

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	4
Título: Mariana, Brumadinho e.....	4
Título: Lama política e corporativa	6
Título: Trem descarrilado da mineração	7
Título: Dentro da caixa	8
Título: A força do lobby da lama	9
Título: Memórias de Brumadinho	10
Título: Tragédia força recuo em crítica à fiscalização	11
Título: Modelo de barragens em xeque.....	12
Título: O risco do São Francisco	14
Título: Número de mortos chega a 65, e desaparecidos já são 279	16
Título: Técnica da Vale para barragem é vetada no Chile.....	17
Título: Dodge: executivos podem responder criminalmente	18
Título: Sem descanso, equipes de resgate se desdobram	19
Título: Parentes de moradores desaparecidos criticam a Vale.....	21
Título: Voluntários tentam salvar novilho isolado no lamaçal.....	22
Título: Após 7 horas de cirurgia, Bolsonaro está estável e sem dor, diz Planalto.....	23
Título: Depósitos ligam assessora de Ceciliano a deputado eleito	24
Título: Tombo histórico	26
Título: Analistas veem riscos em ações coletivas e licenças	28
Título: Vale suspende dividendos e bônus para diretoria.....	29
Título: Nova lei deixa em aberto indenização a trabalhadores	31
Título: Declaração de Mourão eleva incerteza para Vale	33

Título: Empresa integra índice de sustentabilidade da Bolsa	35
Título: Alívio a estados custará R\$ 166 bi até 2022	36
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	37
Título: Sirenes que não soam	37
Título: A farrados falastrões	38
Título: Contrapé	39
Título: RODA VERDE	40
Título: Socuerro! A Vale é reincidente!	41
Título: Governo federal aposta em maioria em conselho para destituir direção da Vale	42
Autor: Tássia Kastner	44
Título: Vale perde R\$ 71 bi e tem maior queda da história	44
Título: Procurador do Trabalho aponta falhas da Vale	47
Título: Vale precisa ter saúde financeira preservada, diz diretor da companhia	48
Título: Tragédia pode ser maior acidente do trabalho do país	50
Título: Petrobras pode retomar venda de ações da Braskem	52
Título: Sem tragédias de MG, Vale já tem ações ambientais de R\$ 8 bilhões	53
Título: Valor total de ações contra empresa é de R\$ 60 bilhões	55
Título: Vale não responde; Samarco diz que 'há aspectos' em análise	56
Autor: Fernando Tadeu Moraes e Talita Fernandes	57
Título: Governo Bolsonaro modera discurso sobre licenciamentos	57
Título: Cresce pressão por investigação criminal de executivos da Vale	58
Título: Lama chega ao São Francisco no meio de fevereiro	60
Título: Irmão de auxiliar de Bolsonaro fez contrato ligado à barragem	61
Título: Equipamentos israelenses não são efetivos, diz comandante	63
Título: 'Não esperem nada da Vale', diz promotor de Mariana	65
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	66
Título: » Reforço	66
Título: Tragédia sem ideologia	67
Título: Direção da Vale tem seguro de reputação de US\$ 150 mi	68
Título: Lista de tarefas	70
Título: Quando a impunidade mata	71
Título: Vale perde R\$ 71 bi na Bolsa e governo fala até em afastar direção da empresa	73
Título: Advogados dos EUA já preparam ações contra a Vale	74
Título: Empregados temem destino das operações	76

Título: EUA bloqueiam acesso do chavismo a dinheiro da venda do petróleo.....	77
Título: ‘Pode estar viva ainda’, diz marido. Famílias cobram informação	81
Título: Trata-se do pior desastre do gênero em dez anos	83
Título: Primeiro corpo em ônibus é alcançado	83
Título: Vindos do alto, disparos de misericórdia.....	84
Título: Parentes buscam família de São Paulo e terceirizados	85
Título: Ouvidos e olhos eletrônicos podem, sim, fazer a diferença	86
Título: Governo manda vistoriar barragens em todo o País	87
Título: Rejeito já percorreu 57 km no leito do rio.....	89
Título: Vale anuncia doação de R\$ 100 mil a cada família de vítima	89
Título: Mesmo após Mariana, projetos buscam afrouxar legislação	90
Título: Barragem tinha modelo ultrapassado	92
Título: ‘Giovana Girardi Se os culpados não forem punidos, tudo recomeçará’	94
Título: A OMC na nova política Direção da Vale tem seguro comercial brasileira	95
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	97
Título: Desastre coloca a Vale no olho do furacão.....	97
Título: Diretoria na corda bamba	99
Título: Pânico na Bolsa: perda de R\$ 71 bi.....	100
Título: Governo faz fiscalização de emergência.....	101
Título: Maior acidente trabalhista do país	103
Título: Desembargador vê culpa conjunta	104
Título: Viver é muito perigoso.....	105
Título: Congresso busca medidas severas.....	107
Título: Rejeito já ocupa área de 3,5km²	109
Título: Sepultamentos começam em MG	110
Título: Suporte emocional.....	112
Título: Pouco movimento e comércio fechado	112
Título: Alta ainda sem previsão	113
Título: Só assim	114
Título: Só assim	115
Título: Israelenses reforçam equipe.....	115
Título: Tensão e medo em Paracatu	117
Título: Governo pagará diesel em abril	120
Título: A sociedade exige respeito	121

Título: Hora de falar, responder e cobrar	122
Título: Novo fôlego para Angra 3	123
VEÍCULO: Valor Econômico.....	125
Título: Com térmicas menos acionadas, consumo de gás natural recua 27% em novembro	125
Título: EUA adotam sanções contra o petróleo da Venezuela.....	126
Título: Tragédias na mineração poderiam ter sido evitadas.....	127
Título: Vale terá que rever a governança depois de tragédia em Brumadinho	129
Título: Perdas da mineradora atingem fundos de pensão.....	132
Título: Destaques	133
Título: Quintão atuou a favor do setor na criação da agência de mineração.....	134
Título: Mortos chegam a 65, e equipamento israelense ainda não pode ser usado	136
Título: Mourão recua sobre afastar diretoria da Vale	139
Título: Minério sobe após acidente da Vale.....	141
Título: Seguradoras estimam perdas de US\$ 4,5 bi	142
Título: Impacto negativo sobre a economia de Minas.....	144
Título: Tüv Süd fez inspeção em julho de 2018.....	145
Título: 'Ênfase agora é em ação emergencial e não solução estruturante'	147
Título: Usinas do Madeira perdem 50% da geração	148
Título: Vale tem pior pregão da história	151
Título: Revisão de ativos deve se estender pelos próximos meses	153
Título: Reação de fundos com viés ambiental é risco para Vale.....	156

VEÍCULO: O Globo

Data: 29/01/2019

Seção: Colunas

Autor: Gil Castello Branco

Título: Mariana, Brumadinho e...

No triste fim de semana passado, lembrei-me de um texto de George Santayana, filósofo e poeta espanhol. Uma das frases é instigante: “...quando a experiência não é retida, como acontece entre os selvagens, a infância é perpétua.” De fato, três anos após a tragédia de Mariana, apesar das inúmeras

advertências da academia, dos ambientalistas e do Ministério Público, o que aprendemos? Foram 19 mortos e nenhuma condenação; empresas envolvidas em desastres ambientais quitaram apenas 3,4% dos R\$ 785 milhões aplicados em multas; das 24.092 barragens cadastradas no país, apenas 3% foram vistoriadas em 2017 e, dentre essas, 723 apresentam riscos de acidentes e danos potenciais altos; famílias que tiveram suas vidas destruídas pelo rompimento da barragem do Fundão (2015) ainda aguardam indenizações, pois o acordo entre a promotoria e as mineradoras foi fechado apenas em outubro do ano passado, quase três anos após a tragédia.

Na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, somente um dos três projetos de lei apresentados pela Comissão Extraordinária de Barragens foi aprovado. Dormem em gavetas os outros dois, que preveem restrições para a construção de barragens e direitos para os atingidos. No Senado, projeto que endurecia a política de segurança de barragens foi arquivado. Muitas perguntas objetivas continuam sem respostas consistentes: o que foi feito para recuperar o Rio Doce? Quais as medidas adotadas para aprimorar a fiscalização das barragens? Nesse marasmo irresponsável, lamentavelmente a história se repetiu em Brumadinho. A impunidade em relação ao que ocorreu na barragem do Fundão, em Mariana, é certamente uma das causas da tragédia de Brumadinho.

O rompimento da barragem da Vale na Mina do Feijão não foi, obviamente, um acidente ocasional. Em Mariana e Brumadinho, o que ocorreu foram crimes, praticados pelas empresas que negligenciam na construção, manutenção e no monitoramento desses empreendimentos e pela leniência do Estado na concessão de licenciamentos e na fiscalização. Dessa forma, além da indignação e da vergonha que sentimos como brasileiros, precisamos cobrar as punições dos agentes privados e públicos. O enredo e o filme são conhecidos. As autoridades sobrevoam a área devastada, declararam estado de calamidade e prometem providências e recursos. Os dados orçamentários, porém, também espelham o descaso do poder público.

Conforme dados pesquisados pela Associação Contas Abertas, com base em critérios de um estudo de técnicos do Senado, nos últimos 19 anos (2000 a 2018) dos R\$ 444,4 milhões autorizados no Orçamento da União para ações destinadas às barragens, efetivadas pelos ministérios da Integração, **Minas e Energia** e Meio Ambiente, somente R\$ 167,3 milhões (37,6%) foram realmente pagos. Logo após o maior acidente ambiental do país, em Mariana, em 2015, no auge da consternação, o orçamento conjunto das pastas destinado às barragens praticamente dobrou, passando de R\$ 62,3 milhões para R\$ 121,9 milhões (2016). No entanto, no fim de 2016 o valor efetivamente gasto somou apenas R\$ 22,7 milhões, praticamente o mesmo de 2015. Em 2017, o gasto efetivo ficou

no mesmo patamar, tendo aumentado para a casa dos R\$ 32,8 milhões em 2018.

Para 2019, pasmem, o valor autorizado é de apenas R\$ 67,9 milhões, praticamente o mesmo de 2015, o ano da tragédia de Mariana! Para que o leitor tenha uma ideia de quanto são insignificantes esses dispêndios, o valor pago no ano passado (R\$ 32,8 milhões) é inferior às despesas da União com festividades e homenagens (R\$ 40,4 milhões). O minguado orçamento para ações relacionadas às barragens é mais uma evidência de que não absorvemos as experiências passadas. Assim, vale a pena reler as frases finais de um parágrafo do texto do espanhol George Santayana, publicado em “A vida da razão” (1905): “...quando a experiência não é retida, como acontece entre os selvagens, a infância é perpétua. Aqueles que não conseguem lembrar o passado estão condenados a repeti-lo”. Quando irá acontecer a próxima tragédia?

VEÍCULO: O Globo

Data: 29/01/2019

Seção: Colunas

Autor: José Casado

Título: Lama política e corporativa

Afundam, se arrastam e escavam na lama à procura dos soterrados pela escória química da Vale. São servidores públicos, bombeiros na maioria. Trabalham para o Estado de Minas sem saber quando e como serão pagos. O último governador, Fernando Pimentel, expoente do Partido dos Trabalhadores, foi embora sem pagar a folha de 2018. E o sucessor, Romeu Zema, do Partido Novo, não tem ideia de quando vai conseguir saldar a dívida. Minas entrou em colapso pouco antes de uma subsidiária da Vale e BHP Billiton despejar um rio de lama tóxica sobre 230 cidades mineiras e capixabas, deixando um legado de miséria e desemprego na região onde a mineração avança desde a Colônia. Naquele 2015, a Petrobras também entrou em convulsão.

Por corrupção, em parceria com grupos privados como Odebrecht, SBM (Holanda) e Keppel Fels (Cingapura). Os executivos Murilo Ferreira (Vale) e Andrew Mackenzie (BHP) acertaram com os governos Dilma Rousseff, Fernando Pimentel (MG) e Paulo Hartung (ES) a contenção dos danos corporativos (US\$ 2 bilhões) a 3% das suas vendas (US\$ 60 bilhões). Foram aplaudidos por 166 deputados federais e 14 senadores eleitos com o dinheiro de empresas de mineração. Elas bancaram, por exemplo, 47% dos gastos do deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG), aliado de Eduardo Cunha (PMDB-RJ) — condenado a mais de 40 anos de prisão por corrupção na Petrobras e na Caixa nos governos Lula e Dilma.

Quintão retribuiu com eterna gratidão: promoveu a “modernização” das normas sobre mineradoras, a partir de um texto produzido em laptop da banca Pinheiro Neto, que defende a Vale e a BHP Billiton. Não foi reeleito, mas conseguiu abrigo na Casa Civil de Bolsonaro, onde serão filtradas as mudanças na lei setorial. Depois de inventar o socialismo de direita e o capitalismo de laços, o Brasil inova com a criação de passivos intangíveis em escala industrial: algumas das maiores empresas avançam na produção de dívidas imensuráveis em responsabilidade social, governança e meio ambiente. A lama é política e corporativa.

VEÍCULO: O Globo

Data: 29/01/2019

Seção: Colunas

Autor: Miriam Leitão

Título: Trem descarrilado da mineração

Para um setor que dobrou de tamanho em pouco mais de uma década e só no ano passado gerou US\$ 20 bilhões em exportação, é inaceitável o jogo de empurra diante dos crimes ambientais em Mariana e Brumadinho. Em 2015, Vale e BHP tentaram se eximir de responsabilidade pela operação da Samarco, apesar de a empresa ser uma joint venture entre as duas gigantes da mineração, com 50% de participação de cada.

Há um ano, o presidente da Vale, Fabio Schvartsman, dizia em um evento para investidores em São Paulo que o trabalho de recuperação do Rio Doce era "uma história extraordinária" e que a "resposta das duas companhias estava à altura do desastre". O que as reportagens mostravam era uma realidade diferente: muita reclamação, atrasos e um dano ambiental incalculável.

Ontem, a bateção de cabeça envolveu o vice-presidente, Hamilton Mourão, que falou que o comitê de gestão de crise poderia recomendar a destituição da diretoria da Vale, apesar de não ter certeza de que isso era possível. Por se tratar de uma empresa privada com ações em bolsa, a afirmação causou estranheza. Certamente, não é esse o caminho para eventuais punições aos executivos da mineradora.

Logo em seguida, foi a vez do advogado Sergio Bermudes falar que a Vale não reconhecia responsabilidade pelo acidente e que pediria o desbloqueio de todos os seus bens. O sentimento de perplexidade foi generalizado, e a companhia se viu obrigada a soltar dois comunicados oficiais para desdizer o advogado. A Justiça criminal ficou parada após Mariana, os órgãos de fiscalização continuaram esvaziados diante da crise fiscal. A mineração no Brasil cresceu demais, e parece que não há ninguém no controle.

O DOBRO EM 15 ANOS

A produção de minério de ferro da Vale saltou 117% em 15 anos, como mostra o gráfico abaixo. Os relatórios anuais da companhia mostram que a extração saltou de 169 milhões de toneladas, em 2002, para 367 milhões em 2017 (o balanço de 2018 ainda não foi divulgado). O crescimento foi acelerado principalmente nos anos 2000, quando teve início o chamado "boom" das commodities. A demanda chinesa por produtos primários aumentou, e isso fez disparar os preços nos mercados internacionais. A maior parte desse aumento de produção, porém, aconteceu no chamado Sistema Norte, puxado por Carajás, no Pará, que tem um minério mais rico e não utiliza barragens como as de Minas Gerais.

QUEDA LIVRE NA BOLSA

A perda de valor da Vale na bolsa — a maior da história em um único dia segundo a Economática — mostra que o investidor entendeu que ela tem responsabilidade na tragédia. A opinião contrária do advogado da companhia não convenceu. Karel Luketic, analista-chefe da XP, conta que a atenção dos investidores está voltada para as repercussões na Justiça, aqui e lá fora. As perdas não serão só financeiras, já olhadas com lupa pelas agências de classificação de risco. A investigação poderá manchar ainda mais a imagem da empresa. Ontem, a Fitch rebaixou a mineradora.

EM MINAS, PREOCUPAÇÃO FISCAL

Em Minas, além do choque com a tragédia, há a preocupação com a crise fiscal. No ano passado, somente a extração de minério de ferro gerou R\$ 914 milhões em receitas ao governo, sem contar os efeitos indiretos sobre a cadeia de fornecedores. Um forte abalo nessa indústria poderia agravar ainda mais as contas estaduais. O orçamento mineiro já prevê R\$ 11,5 bilhões de déficit este ano.

Com Alvaro Gribel e Marcelo Loureiro (interinos)

A colunista está de férias.

VEÍCULO: O Globo

Data: 29/01/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Dentro da caixa

A Vale comprou, em 2001, a Ferteco, responsável pela construção da barragem de Brumadinho. Um ano antes, adquirira 50% da Samarco, que tinha erguido a barragem de Mariana. Será que a mineradora olhou bem o que tinha dentro da caixa? É apenas uma dúvida.

UM PAÍS NA LAMA

Num país com só 154 fiscais para supervisionar 24 mil barragens, os deputados, mesmo lulistas ou bolsonaristas, empregam gente além da conta. A Assembleia do Rio tem hoje 5,5 mil servidores, 4.226 deles nomeados livremente.

VEÍCULO: O Globo

Data: 29/01/2019

Seção: Colunas

Autor: Bernardo Mello Franco

Título: A força do lobby da lama

Depois da tragédia, vêm as promessas. Nos últimos dias, políticos anunciaram medidas para evitar que o desastre de Brumadinho se repita. Já aconteceu em 2015, quando o rompimento de outra barragem matou 19 pessoas em Mariana. O Congresso criou duas comissões especiais para discutir a catástrofe da Samarco. O trabalho resultou em seis projetos para reforçar a fiscalização sobre as mineradoras. Até hoje, nenhum deles foi aprovado. O senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) tentou endurecer a Política Nacional de Segurança de Barragens. Sua proposta recebeu parecer favorável na Comissão de Meio Ambiente, mas foi arquivada.

“Forças subterrâneas impediram a votação”, diz o tucano. O deputado Arnaldo Jordy (PPS-PA) propôs regras mais rígidas para as empresas que armazenam rejeitos tóxicos. O texto também foi bloqueado antes de chegar ao plenário. “O lobby das grandes mineradoras é pesado”, ele reclama. Na Câmara, a bancada do setor é suprapartidária, mas tem um líder conhecido: o deputado Leonardo Quintão (MDB-MG), ex-escudeiro de Eduardo Cunha. Em 2014, as mineradoras bancaram 42% de sua campanha. Ele retribuiu com uma atuação incansável pró-empresas. No fim de 2015, Quintão assinou o relatório do Código de Mineração. Antes da votação, descobriu-se que o texto havia sido redigido no escritório de advocacia que defendia a Vale e a BHP.

O deputado não se reelegeu, mas foi alojado na Casa Civil do governo Bolsonaro. Dos 27 titulares da comissão que debateu o Código, 20 declararam doações de mineradoras. A lista incluía o presidente, Gabriel Guimarães (PT-MG), e o vice, Marcos Montes (PSD-MG), atual secretário- executivo do Ministério da Agricultura. Protagonista das tragédias de Mariana e Brumadinho,

a Vale investiu R\$ 88 milhões nas eleições de 2014. Com a proibição das doações empresariais, o lobby do setor pode ficar um pouco menos escancarado. “Ainda não sabemos como as empresas vão se articular para continuar operando no Congresso”, diz a pesquisadora Alessandra Cardoso, do Inesc.

VEÍCULO: O Globo

Data: 29/01/2019

Seção: Colunas

Autor: Arnaldo Bloch

Título: Memórias de Brumadinho

Uma semana antes do crime de Brumadinho, sonhei que fui à praia. Nada de mais, a não ser o fato de a praia ficar em Minas: uma enseadinha no topo de uma ladeira em pleno BH. A praia do sonho não tinha areia, só mar, delimitado por duas montanhas, nas laterais da esquina.

Fascinado pela praia suspensa, salto do táxi e chego perto, quando uma onda gigante, como o mundo, como Minas Gerais, arenosa e turva, se ergue do fundão das águas, abismo da Terra. Tento fugir, mas é tarde: acabou a praia, a montanha, acabou o mar, a vida. O sonho acabou.

Não sou de acreditar em premonição. Prefiro interpretar os sonhos à Freud: mensagens do inconsciente, teatralizadas num diálogo do individual. Mas quando saíram as notícias de Brumadinho, senti o arrepio da ficha que cai e escorre pela espinha.

Minhas antenas se voltaram para o carnaval de 2015, que passei em BH e durante o qual aproveitei para ir a Inhotim, quase deserto por causa da folia. De carro, usei o GPS, com o qual não era familiarizado. O robô me jogou para estradas secundárias.

Depois de passar por bairros pobres e pequenas favelas, fui parar numa ladeira de terra batida, amarela, que, aos poucos, ia ficando vermelha, até assumir uma cor de sangue talhado.

Subi, subi, e me vi só. Ninguém vinha por aquela rota, só eu, e caminhões. Trabalhadores de capacete me faziam sinais alarmados. O aviso numa placa imensa não deixava dúvidas: "Cuidado: explosões ao meio-dia". Olhei o relógio. Faltavam 15 minutos. E não era sonho.

O trajeto por aquela mina começava a virar descida. Outros operários indicavam que eu deveria me apressar. Minutos mais tarde, eu chegava a um bairro cheio de gente simples, casebres, biroskas, crianças nas portas da casa, cultura local.

Numa placa de rua, li: "Brumadinho". Foi quando ouvi a explosão, lá em cima, conforme previsto. Daquela vez, Brumadinho escapou.

Já em Inhotim, num daqueles altiplanos com obras de arte ao ar livre, vi o relevo dos entornos, com o mato e a terra retalhados pela mineração. A típica paisagem de Minas, fatiada, como se um dragão devorasse, em nacos, suas montanhas. A entrada do complexo de galerias, uma placa exaltava a Vale do Rio Doce: "Parceiro Premium".

No final daquele ano, a tragédia de Mariana mataria gente e os rios, que viviam um período de renascimento. Pensei em sonhos passados em Mariana. Na época da faculdade, lá por 1983, um festival de música mineira tomou conta da região. Toninho Horta lá no morro, Milton aqui, Venturini acolá, Lô ali, Beto no correquinho.

Na cosmologia ianomâmi, a mineração é considerada uma atividade canibal. Idealmente, não se deveria extrair da terra nada que não fosse alimento. Trata-se, é claro, de uma utopia: a civilização precisa de ferro, de veículos, de ouro.

Mas a perversidade com que no Brasil se conduz a violação desse preceito provoca uma reação que não recai sobre quem explora a terra — esses sempre se safam. Mas os que nela, miseravelmente, mal sobrevivem. Infelizmente, está difícil acordar: estamos às vésperas de uma farra de licenciamentos. A noite se anuncia tenebrosa. Torrentes de pesadelos no horizonte. Se a utopia é intangível, a distopia é real.

VEÍCULO: O Globo

Data: 29/01/2019

Seção: Editorial

Autor:

Título: Tragédia força recuo em crítica à fiscalização

Bolsonaro atacou na campanha cuidados com o meio ambiente que fizeram falta em Brumadinho

É comum governantes reverem alguma promessa de campanha quando assumem o poder. Pois a realidade sempre se impõe, e vai depender da sensibilidade do político fazer correções de rota, de forma mais rápida ou não, para não insistir com ideias equivocadas, inviáveis. Com Jair Bolsonaro não será diferente, e, em menos de um mês de Planalto, acontece a tragédia de Brumadinho, no rompimento de uma represa de rejeitos de mineração da Vale, na Mina do Feijão, sendo contabilizados até ontem à tarde quase 300 desaparecidos e já com 65 mortes confirmadas. Deverá ser o maior acidente de trabalho da história do país. A catástrofe atinge em cheio promessas do ainda

candidato Bolsonaro de flexibilizar a fiscalização ambiental, para melhorar a vida dos empresários.

Intenção louvável em si, se o objetivo for depurar o ambiente de negócios no país, deteriorado, segundo pesquisas, entre outras causas, pela espessa cultura burocrática do Estado brasileiro. Mas Brumadinho força o presidente e equipe a fazerem uma reflexão. Afinal, há três anos, ocorreu acidente idêntico, também em Minas Gerais, na região de Mariana, em que o rompimento de uma barragem de mineração da Vale riscou do mapa a localidade de Bento Rodrigues e enlameou o Rio Doce, jogando rejeitos de minério no Atlântico, a 600 quilômetros de distância. Até então o maior desastre ambiental do país, responsável por 19 mortes. Bolsonaro foi pródigo em críticas à estrutura de fiscalização e punição por crimes ambientais, sem deixar de agredir organizações não governamentais que atuam no setor e recebem parte das penalizações financeiras.

Em uma de suas críticas ao Ibama e ao ICMBio, o ainda candidato prometeu tirar o Estado do “cangote de quem produz”. Logo após o primeiro turno das eleições, disse que acabaria com a “indústria de multas” lavradas por organismos de defesa do meio ambiente. Sabe-se como são campanhas eleitorais. A tomar ao pé da letra o que afirmou o candidato, seu governo seria de absoluta liberdade para a produção. Desejável, mas, é certo, considerados alguns limites ditados pelo bom senso. A tragédia de Brumadinho, na sexta, inspirou declarações equilibradas de autoridades. Por exemplo, o ministro do Gabinete de Segurança Institucional, Augusto Heleno, esclareceu:

“Flexibilizar para que algumas obras saiam do papel não significa afrouxar”. Em entrevista no domingo ao G1, por sua vez, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, execrado por ambientalistas, defendeu que o projeto da lei de licenciamento que está no Congresso precisa ter rigor e foco em projetos de alto impacto, caso da mineração. Tem lógica. Ficou comprovado, de forma dramática, ilustrado por dezenas de mortos, que todo o aparato burocrático de preservação ambiental, pelo menos na mineração, é pouco ou nada eficaz. A solução não é eliminá-lo, mas reformá-lo.

VEÍCULO: O Globo

Data: 29/01/2019

Seção: Artigos

Autor: Emanuel Alencar

Título: Modelo de barragens em xeque

Os mares de lama que varreram o distrito de Bento Rodrigues, em Mariana, e parte de Vila Feterco, em Brumadinho, deixaram centenas de mortos e

desaparecidos e já alteraram irreversivelmente ecossistemas e cursos hídricos. Os desastres ambientais com perdas humanas de valor incalculável (melhor falar em ecocídios) representam um alerta sobre a exaustão do modelo de exploração mineral do país. Após o rompimento da barragem de Bento Rodrigues, conversei com Bruno Milanez, pesquisador de avaliação dos impactos da cadeia minero-metalúrgica da Universidade Federal de Juiz de Fora. Questionei sobre o método de depósitos de rejeitos de minérios aplicados majoritariamente no Brasil, notadamente em Minas. Ele foi contundente: é imprescindível a adoção de um modelo menos exploratório e mais regulado. Há que se pensar em alternativas ao método de “alçamento para montante”, o mais barato e também mais inseguro.

Em 2016, o órgão ambiental estadual de Minas (Feam) identificara 27 barragens de mineração tidas como “não seguras”. A estrutura colapsada de Mariana foi curiosamente considerada segura pela auditoria. Tragicamente, o mesmo ocorre agora, com a barragem de alçamento do Córrego do Feijão —o discurso é de incredulidade, dadas as garantias de que o rompimento seria extremamente improvável. O site da Feam informa que “a Barragem B1 da Vale possuía laudo de um auditor (contratado pela Vale) de 2018 garantindo sua estabilidade entregue à Agência Nacional de Mineração (AMN)”. Questões que põem em xeque a confiabilidade dos sistemas de auditoria, todos eles. “A total falta de controle dessas barragens de rejeitos da mineração chama a atenção”, disse-me Milanez, há três anos.

Como os danos socioambientais de acidentes que envolvem rejeitos tóxicos são de difícil reparação, prevenir é o único caminho. Pelo mundo, há inclusive movimentos de resistência ao modelo de construção de novas barragens. Na Costa Rica e nas Filipinas, medidas extremas proibiram a mineração metálica a céu aberto em determinados territórios. É claro que são países com economias menos ancoradas na mineração —na Costa Rica, 0,1% do PIB; nas Filipinas, algo como 1% —, mas chama a atenção o papel da sociedade civil nos processos decisórios nas agendas de desenvolvimento. Desastres com fortes impactos geraram mudanças de paradigmas, como mostra a publicação “Diferentes formas de dizer não — Experiências internacionais de resistência, restrição e proibição ao extrativismo mineral”.

No Brasil, onde a mineração responde por quase 5% do PIB, é preciso discutir com urgência alternativas que gerem menos impactos ao meio ambiente e à população, como tecnologias para substituir as barragens de rejeitos de alçamento para montante. E que novas tecnologias são essas? Há ao menos dois tipos de modelos de “tratamento” dos rejeitos mais ambientalmente adequados. Um deles é a filtragem a vácuo e a disposição dos rejeitos em pilhas. O outro é a produção de pastas sólidas, por meio de um processo de separação

do sólido e do líquido —um processo conhecido como espessamento. Em ambos os casos, atesta o engenheiro Roberto Galery, professor do Departamento de Engenharia de Minas da Universidade Federal de Minas Gerais, as tecnologias podem substituir as barragens, historicamente bastante suscetíveis a problemas (basta lembrar que Brumadinho é a oitava tragédia do tipo no Brasil, embora disparada a mais terrível).

Esses processos são estudados no Brasil, mas as alternativas podem custar o dobro em relação à tradicional disposição em barragens. Então, a equação com que o empresário se depara é: custo operacional em alta em preços oscilantes do minério. Está formado o cenário que cria barreiras às inovações pelo ponto de vista dos custos. O novo e absurdo episódio deve acelerar a busca por horizontes mais sustentáveis. Uma das possibilidades é o reaproveitamento de sílica dos rejeitos para a construção civil e o uso da lama para a confecção de tijolos. Não temos outra alternativa: a substituição dos procedimentos deverá acontecer. Enquanto isso, a recuperação dos passivos será dolorosa e longa —e as perdas de vidas e cicatrizes, permanentes.

Emanuel Alencar é jornalista e editor de conteúdo do Museu do Amanhã

VEÍCULO: O Globo

Data: 29/01/2019

Seção: O País

Autor: Manoel Ventura E Bruno Rosa

Título: O risco do São Francisco

A TRAGÉDIA SE REPETE

Vale fará ‘cortina’ para tentar deter lama

Enquanto em Brumadinho (MG) a luta ainda é para encontrar sobreviventes, governo federal e Vale têm agora uma nova preocupação: impedir que a lama de rejeitos de minério atinja o Rio São Francisco. Símbolo da integração nacional, o rio está a 30 quilômetros da hidrelétrica de Retiro Baixo, que deve reter a maior parte da pluma (mistura de rejeito e água) vazada da barragem da Vale. Caso Retiro Baixo não dê conta de segurar toda a lama que saiu da barragem em Brumadinho, o material irá para o lago da hidrelétrica de Três Marias, o primeiro do Rio São Francisco, que passa por cinco estados. O diretor-financeiro da Vale, Luciano Siani, anunciou ontem a empresa vai construir uma “cortina” de contenção de rejeitos, uma espécie de dique, no Rio Paraobeba, na altura de Pará de Minas, a cerca de 75 quilômetros de Brumadinho.

— Vamos construir essa membrana a partir de amanhã (hoje). Objetivo é reter esses colóides, que são partículas muito grossas (de minério), e permitir a

continuidade da captação de água. Nosso objetivo é que não haja ruptura na captação de água nas cidades a jusantes (que seguem a correnteza) do Rio Paraopeba — disse o executivo. Na mesma entrevista, a Vale anunciou que irá fazer uma doação emergencial de R\$ 100 mil, de imediato, a cada família das vítimas fatais da tragédia; manterá a compensação financeira de recursos minerais para o município de Brumadinho; e usará uma equipe de psicólogos do Hospital Israelita Albert Einstein especializada em tratamento de vítimas de catástrofes atender a famílias dos atingidos.

O Rio Paraopeba é um dos principais afluentes do São Francisco. Por isso, a preocupação da lama da barragem de Brumadinho chegar a Três Marias. Ontem, dois relatórios elaborados por pesquisadores do Serviço Geológico do Brasil (CPRM) e da Agência Nacional de Águas (ANA) divergiram sobre a possibilidade da água com barro invadir o Velho Chico.

APREENSÃO

O primeiro boletim, divulgado pela manhã, previa que lama chegaria a Três Marias entre 15 e 20 de fevereiro. Depois, à noite, o governo recuou, afirmando que a “expectativa é que todo o rejeito fique retido no reservatório” da usina da Retiro Baixo, onde chegará entre os dias 5 e 10 do próximo mês, “não alcançando o reservatório da Hidrelétrica de Três Marias”. A onda de lama percorre a região a uma velocidade de 1km/h, segundo o governo. O vice-presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco, Maciel Oliveira, disse que equipes técnicas monitoram a qualidade da água do rio. Municípios da região de Três Marias e órgãos de abastecimento de água, Ibama e Cemig (responsável pela hidrelétrica), preparam uma força-tarefa para acompanhar a situação no reservatório. — Estamos nos preparando para receber a lama — disse Maciel. — Os municípios do entorno de Três Marias estão sendo mobilizados para traçar imediatamente uma estratégia de ação de como enfrentar essa situação — acrescentou.

Apesar da ANA e do CPRM sustentarem que Retiro Baixo será capaz de conter a lama, outro órgão, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) — responsável pela fiscalização de hidrelétricas — enviou ofício à usina solicitando relatório sobre a capacidade do seu reservatório de suportar os rejeitos. A barragem de Retiro Baixo foi uma das 122 estruturas fiscalizadas in loco pela Aneel entre 2016 e 2018 “e está em boas condições”, segundo nota. A hidrelétrica de Retiro Baixo tem potência de 82 MW e está atualmente operando em cerca de 20 MW, para diminuir o nível de seu reservatório a fim de reter a lama. A unidade vai continuar gerando até que seu reservatório atinja o nível operacional mínimo. O reservatório tem área de 22,58 km², com profundidade média de 22 metros.

VEÍCULO: O Globo**Data: 29/01/2019****Seção: O País****Autor: Cleide Carvalho****Título: Número de mortos chega a 65, e desaparecidos já são 279**

Forças de resgate identificaram 31 corpos, e buscas continuam

O número de mortos em decorrência do rompimento da barragem 1 da Mina do Feijão, da Vale, em Brumadinho (MG), subiu para 65. Segundo o tenente coronel Flávio Godinho, um dos coordenadores da operação de resgate, 31 corpos foram identificados. O número de desaparecidos chega a 279, segundo o último boletim, divulgado ontem à noite. Uma equipe com cerca de dez bombeiros esteve no local onde foi encontrado um ônibus. Cães farejadores e uma escavadora auxiliam nas buscas de corpos. Ainda não se sabe quantas pessoas estavam no ônibus. Um morador de Córrego do Feijão que acompanhou o resgate desde cedo disse que no local onde estava o ônibus havia uma estrada.

— Ali era um terreno muito baixo, há muita, muita lama — disse o morador. A lama vermelha chegou ontem pelo Rio Paraopeba na altura da ponte do centro da cidade de Brumadinho. O Paraopeba, dizem os moradores, era o que tinha mais peixes na região do Vale do Paraopeba, que fica entre seis serras, como Rola-Moça e a da Moeda. O trabalho de resgate recebeu ontem o reforço de 136 militares de Israel, que chegaram anteontem a Belo Horizonte, com 16 toneladas de equipamentos de alta tecnologia, como sonares usados em submarinos para localizar pessoas em grandes profundidades. Cães farejadores também foram enviados pelo governo de Israel. A previsão é que os israelenses ajudem nas buscas durante uma semana. Um dos equipamentos israelenses é capaz de encontrar pessoas com vida a 30 metros de profundidade. Apesar de a lama dificultar a sobrevivência, os bombeiros não descartam a possibilidade de ainda encontrar pessoas com vida.

— Eles já solicitaram amostras em relação ao tipo de composição da lama. É para ver se eles conseguem detectar pela sensibilidade desses sonares, a diferença entre o material de lama e o material de um corpo humano. E também equipamentos relacionados à identificação de sinal de celular. Então, se existe algum sinal de celular emitindo naquela profundidade da lama, esses equipamentos são capazes de detectar — disse o tenente Pedro Aihara, do Corpo de Bombeiros. (Com G1)

VEÍCULO: O Globo**Data: 29/01/2019****Seção: O País****Autor: Daiane Costa E Patrik Camporez****Título: Técnica da Vale para barragem é vetada no Chile**

Para especialistas, modelo usado pela mineradora em Brumadinho oferece risco porque ampliação é feita sobre os próprios rejeitos, que formam uma base frágil; governo recomenda fiscalizações imediatas em todo o país

A barragem da Vale que se rompeu em Brumadinho (MG) usava uma técnica de construção que, por ser menos segura, já foi proibida no Chile, país que é o maior produtor de cobre do planeta. O método é o mesmo usado na estrutura da Samarco, que desmoronou em Mariana (MG), em 2015. Ontem, o governo federal decidiu recomendar aos órgãos reguladores que determinem fiscalizações imediatas em todas as barragens do país classificadas como de alto “dano potencial associado”. Além disso, as empresas precisarão atualizar os planos de segurança. As medidas vão ser publicadas hoje no Diário Oficial. O sistema usado em Brumadinho, chamado de alteamento a montante, permite que o dique inicial seja ampliado para cima quando a barragem fica cheia de rejeitos de minério, usando o próprio material descartado — uma lama formada por ferro, sílica e água — como fundação. Segundo especialistas, ele é mais usado por ser mais barato e ocupar menos espaço, mas tem mais riscos de se romper pela falta de uma base sólida.

— Não existe risco zero na engenharia, mas o nível vai depender de quanto se quer gastar. Menor risco, maior custo — diz Alberto Sayão, professor de engenharia de barragens da PUC-Rio. Willy Lacerda, professor de engenharia geotécnica da Coppe/UFRJ, classifica esse tipo de barragem como “bomba-relógio” e defende que o modelo seja banido também no Brasil: — Por ser mais econômica, tem vários problemas. O nível de segurança depende muito mais da qualidade da construção e de um controle de estabilidade eficiente. Em 1974, um terremoto destruiu todas as barragens de rejeitos das minas de cobre, no Chile, que então fez a mudança de técnica. O modelo chileno é conhecido como alteamento a jusante. Mais seguro, é composto por prismas de terra sólida, apoiados no solo. É mais caro, ocupa mais espaço e consome mais terra. Por isso, é menos usado pelas mineradoras.

— Muitas barragens têm esse tipo de modelo e desenho de Brumadinho, com o refeitório e a área administrativa aos seus pés, porque ficam dentro de áreas industriais que têm espaço bastante limitado — afirma Alberto Sayão. Willy Lacerda acrescenta que o controle de risco de rompimento, feito pela medição, geralmente manual, da pressão da água no interior da barragem, deveria ser

acrescido de um instrumento chamado de inclinômetro, que mede a deformação do interior da barragem em vários níveis. Segundo ele, o aparelho identifica se há movimento, um sinal mais fiel de que há possibilidade de a estrutura ruir. Outra medida, segundo Lacerda, seria fazer um estudo que avalia os potenciais impactos da ruptura de uma barragem, chamado de dambreak.

— É um programa de computador que calcula a largura e o alcance da mancha de lama resultante do rompimento da estrutura. Isso permite fazer um zoneamento e tirar pessoas do caminho dos rejeitos — aponta o professor. Outro ponto de risco citado por Alberto Sayão, em relação à barragem de Brumadinho, é o fato de a parede de contenção ser apoiada em cima do rejeito mole. O resíduo é fluido porque a mistura de ferro e sílica ganha água antes de ser jogada na barragem para que o despejo ocorra por tubulação. Assim, toda barragem precisa ter um sistema de drenagem altamente eficiente, para eliminar tanto essa água quanto a da chuva, impedindo que o excesso de líquido abale a estrutura, levando ao rompimento.

GASTO BAIXO EM SEGURANÇA

A Vale informou que vai apresentar um plano para aumentar os níveis de segurança das barragens. O presidente da empresa, Fabio Schvartsman, disse que a mineradora precisa “ir além de qualquer norma, nacional ou internacional”. O controle de acidentes também não virou uma prioridade do governo federal, mesmo após a tragédia de Mariana. Um levantamento da ONG Contas Abertas mostra que dos R\$ 86,5 milhões autorizados para aplicação na segurança de barragens no país, em 2018, apenas R\$ 32,7 milhões foram efetivamente investidos pela União — apenas 37,9% do valor previsto. Nos últimos 18 anos, o governo federal tem investido, em média, 1/4 do total previsto no orçamento para a segurança na área de barragens. De 2000 a 2018, foram autorizado gastos de R\$ 444,4 milhões nessa área, mas o montante pago foi de R\$ 167,2 milhões. (Colaboraram Ramona Ordoñez e Jussara Soares).

VEÍCULO: O Globo

Data: 29/01/2019

Seção: O País

Autor:

Título: Dodge: executivos podem responder criminalmente

Procuradora-geral defende que mineradora seja punida ‘severamente’ e que Justiça priorize processos sobre indenizações

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, disse ontem que os executivos da Vale podem responder criminalmente pela tragédia de Brumadinho. Ela

defendeu que a mineradora seja responsabilizada “severamente” e que a Justiça priorize as ações sobre pagamento de indenizações às famílias das vítimas da tragédia. Segundo Dodge, o assunto será tratado hoje com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli.

— É muito importante que a Justiça dê uma resposta eficiente, dizendo que este caso deve ser tratado como prioridade. É preciso responsabilizar severamente, do ponto de vista indenizatório, a empresa que deu causa a este desastre, e promover a persecução penal. Executivos podem ser penalizados também — afirmou a procuradora-geral, que participou de um seminário em São Paulo. Ainda de acordo com Dodge, o responsável pelo departamento de perícia de meio ambiente da Procuradoria-Geral da República (PGR) vai a Belo Horizonte para ajudar os profissionais que trabalham na apuração das causas do acidente. A tragédia também vai gerar uma manifestação da Organização das Nações Unidas (ONU). Hoje, o comissário especial da entidade para casos de rejeitos tóxicos, o advogado e químico turco Baskut Tuncak, vai pedir uma investigação criminal dos responsáveis pelo desastre.

A carta deve ser entregue à representação diplomática do Itamaraty em Genebra. — Esse desastre exige responsabilidade e deve ser investigado como crime. O Brasil deveria ter implementado medidas para prevenir colapsos de barragens mortais e catastróficas após o desastre da Samarco de 2015. Nem o governo nem a Vale parecem ter aprendido com seus erros e tomado as medidas preventivas necessárias após o desastre da Samarco — diz Tuncak, em trecho do documento antecipado pelo comissário ao GLOBO.

VEÍCULO: O Globo

Data: 29/01/2019

Seção: O País

Autor: Ana Lúcia Azevedo, Cleide Carvalho E Camila Bastos

Título: Sem descanso, equipes de resgate se desdobram

Identificação dos corpos também desafia técnicos; a partir de amanhã, material genético de familiares será coletado

Equipes de resgate têm trabalhado no limite. Quando não estão dependuradas em helicópteros na tentativa de identificar corpos, estão em solo. Precisam caminhar horas sobre o lamaçal que cede e chegam a afundar quase o corpo inteiro. Em alguns lugares só chegam rastejando na lama fétida e já contaminada por corpos de pessoas e animais em decomposição. Em outros é preciso escalar barrancos instáveis seja à noite, seja sob sol quente. Além das dificuldades para o resgate, a identificação dos corpos também tem sido difícil.

Até o fechamento desta edição foram reconhecidas 31 vítimas, todas por meio da datiloscopia (análise da impressão digital).

O superintendente de Polícia Técnico-Científica da Polícia Civil de Minas Gerais, médico-legista Thales Bittencourt de Barcelos, explica que essa é a técnica mais rápida: — É um procedimento rápido, eficaz e seguro. Após a identificação da impressão digital, os familiares são chamados para confirmação mas, devido à condição dos corpos, não está sendo feito o reconhecimento visual. Barcelos ainda esclarece que, com o avanço da decomposição do corpo, fica mais difícil identificá-lo pela digital.

Por isso, a partir de amanhã, será coletado material genético de familiares e objetos pessoais dos desaparecidos, que permitam a análise de DNA e arcada dentária, como escovas de dentes e radiografias. Em Belo Horizonte, o ponto de apoio aos familiares foi montado na Academia de Polícia Civil (Acadepol), próxima ao IML. É para lá que os familiares estão se dirigindo para se cadastrar em busca de informações dos desaparecidos. Até agora, foram catalogadas 492 famílias e cinco delas já tiveram material genético recolhido. O número é alarmante porque ultrapassa, em muito, os dados oficiais de 279 desaparecidos. Segundo a Polícia Civil, pode haver duplicidade e esses dados ainda serão compilados.

CORPOS CRUZAM O CÉU

O mar de lama da Vale em Brumadinho começa a devolver suas vítimas. Ontem, três dias após a tragédia, os mortos afloravam sob o sol quente. Do início da manhã ao anoitecer, helicópteros trabalharam sem descanso. E cruzavam o céu com os corpos em redes penduradas. O sargento bombeiro Leonardo e seu cão, o border collie Thor participavam da busca por corpos presos num ônibus em Córrego do Feijão. Exaustos, ambos deixavam uma missão e já se preparavam para outra. No domingo as buscas foram suspensas na maior parte do dia, por causa do risco de colapso de outro reservatório da Vale, desta vez de água. Moradores foram acordados por sirenes.

DE SONARES A APITOS

Na busca por vítimas, equipes lideradas por bombeiros usam de sonares a apitos. A lama tem alta densidade e, por isso, o primeiro passo do protocolo dos bombeiros é procurar pessoas na superfície. É assim que a maioria dos corpos foi achada até agora. O trabalho é feito por helicópteros. Os socorristas usam cajados para perfurar a lama em busca de corpos, sobreviventes ou veículos que possam estar soterrados. Como a lama está fofa, os pés afundam.

Alguns estão usando roupas de mergulho. Para não afundar e colocar a vida dos próprios socorristas em risco, os bombeiros ficam de bruços no lamaçal e se arrastam, o que aumenta a área de contato e evita o afundamento rápido. Para auxiliar nas buscas, militares israelenses levaram sonares para Brumadinho. Os socorristas também usam apitos para chamar a atenção de sobreviventes.

Ao assoviar, os bombeiros indicam que estão presentes naquele ponto, e pessoas soterradas ainda em consciência podem emitir qualquer outro som para indicar o local exato onde estão. Outro recurso utilizado é a análise de imagens de satélite para identificar locais em que ficavam fazendas, chácaras, pousadas, estradas ou outros tipos de construção. A Justiça de Minas Gerais autorizou quebra de sigilo telefônico de pessoas que estavam em Brumadinho.

Assim, é possível identificar quais celulares estavam ligados no momento da tragédia na região onde ocorreu o vazamento. O forte odor na área onde há mortos é outro foco de pesquisa. Os bombeiros contam com um cone, que perfura a lama e permite exalar cheiros até 6 metros de profundidade. Nos casos das margens de rios e matas, 11 cães farejadores estavam sendo usados. Parentes de vítimas têm se arriscado para encontrar seus mortos, e o Corpo de Bombeiros apela para que esperem pelas buscas oficiais. (*Especial para o GLOBO, com G1)

VEÍCULO: O Globo

Data: 29/01/2019

Seção: O País

Autor:

Título: Parentes de moradores desaparecidos criticam a Vale

‘É como se fossem de segunda classe’, diz filha de vítima que trabalhava em pousada, reclamando da falta de informações

Sempre que os helicópteros de resgate cortam o céu de Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG), transportando corpos enrolados e pendurados por cordas, as irmãs Leidiane Paula e Neiriane Lopes erguem os olhos e choram. — Será nossa mãe? Tiraram ela daquela lama? — questiona Leidiane, de 24 anos. A família sobrevive entre o desespero da falta de notícias e o medo da confirmação da daquilo que já esperam. A mãe, Cristina Paula, de 41 anos, trabalhava na pousada Nova Estância, a mais famosa da região, da qual não restaram sequer destroços. Onde havia um pequeno paraíso, existe um campo de rejeito de minério da Vale.

— O que mais nos revolta é a falta de respeito da Vale com a família das vítimas. Minha mãe sequer constava da lista de desaparecidos. Os funcionários do posto

montado aqui em Córrego só corrigiram pela terceira vez. Não nos dão informação. É como se os mortos e desaparecidos daqui do distrito fossem de segunda classe — diz Leidiane, aos prantos. Passados quatro dias do desastre, elas procuram ainda pela amiga Jussara, o cunhado Reinaldo e a melhor amiga da mãe, Diomar. E é o marido de Diomar, a cozinheira da pousada, Luis Custódio da Silva, de 55 anos, que conta não ter perdido a esperança: — Eu já perdi tudo. Tenho que ter alguma coisa, então procuro guardar um restinho de esperança. O dia raia e seu Luis sai “mato adentro”. Anda os cerca de dez quilômetros de sua casa em Córrego do Feijão até o campo de lama onde, em algum lugar, estão os destroços da pousada.

— Ela trabalhava numa casa de madeira, então fico pensando, quem sabe, não se agarrou num pedaço de pau. E fico olhando, procurando as tábuas — diz. Ele desce correndo o barranco de lama de mais cinco metros de altura ao ver uma equipe de bombeiros rastejando junto a árvores quebradas como palitos de fósforo pela tsunami de rejeito, que chegou ali com pedra e lama à velocidade de 70 quilômetros por hora. — Quem sabe acharam. Não queria que ela ficasse perdida aqui não. Os bombeiros continuam sua busca rio abaixo na direção do lugar onde ficava a casa de um dos funcionários da pousada desaparecidos. (Ana Lúcia Azevedo, enviada especial)

VEÍCULO: O Globo

Data: 29/01/2019

Seção: O País

Autor:

Título: Voluntários tentam salvar novilho isolado no lamaçal

Animal está preso em área de intenso trabalho, onde há um ônibus soterrado

Voluntários de grupos de proteção aos animais ainda têm esperança de salvar um novilho nelore isolado desde sexta-feira na lama de rejeitos, em Brumadinho (MG). Desde o início da manhã de ontem, eles levam a toda hora água e feno para o animal, preso próximo à área onde bombeiros trabalham sem parar no resgate de corpos de um ônibus soterrado. A vaca que agonizava perto dele foi sacrificada no domingo porque não havia condições de removê-la. Voluntários e moradores tiveram que protestar para tentar salvar o animal. Funcionários da Vale e policiais não queriam autorizar o salvamento dos animais. A esperança ontem era que o novilho consiga sair com as próprias forças, já que a lama começa a secar com a melhora do tempo.

A veterinária Amélia Oliveira, que trabalhou no resgate de animais no desastre de Mariana, explica que o novilho está nervoso e fraco, e não pode ser sedado para ser transportado por helicóptero. Mais cedo, os voluntários comemoraram

o resgate de um cão vira-lata. Assustado e a contragosto, o animal foi levado por voluntários para ser tratado e alimentado. Os bombeiros acreditam que o dono do cachorro possa estar sob a lama de rejeitos. — Ele passa horas parado no mesmo lugar e tenta impedir que se aproximem. E sabemos que há corpos nessa área. Achamos que o dono está lá — afirma Amélia. (Ana Lúcia Azevedo, enviada especial)

VEÍCULO: O Globo

Data: 29/01/2019

Seção: O País

Autor: Dimitrius Dantas E Gustavo Schmitt

Título: Após 7 horas de cirurgia, Bolsonaro está estável e sem dor, diz Planalto

Presidente vai despachar do próprio hospital, em São Paulo. Ele está consciente e deve ter alta médica em dez dias

O governo montou um gabinete em área anexa à Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital Albert Einstein, em São Paulo, onde ontem o presidente Jair Bolsonaro passou por uma cirurgia de sete horas de duração para a reversão de uma colostomia. Será nesse gabinete que Bolsonaro despachará a partir de amanhã, após as 48 horas em “repouso absoluto” determinadas pela equipe médica. Em boletim divulgado após a cirurgia, o hospital informou que o presidente estava “cl clinicamente estável, consciente e sem dor”. “Bolsonaro foi submetido à cirurgia de reconstrução do trânsito intestinal.

(...) O procedimento ocorreu sem intercorrências e sem necessidade de transfusão de sangue”, diz boletim assinado pelo cirurgião Antônio Luiz Macedo, o clínico e cardiologista Leandro Echenique e o diretor superintendente do hospital israelita, Miguel Cendoroglo. Para prevenir eventuais complicações, os médicos descartaram uma ligação entre duas partes do intestino grosso, e optaram por ligar o intestino grosso com o intestino delgado e o cólon transversos. A previsão é que Bolsonaro receba alta médica em dez dias e retome suas atividades externas. Ele ainda ficaria um período de observação em casa até que seja liberado para retomar a rotina no Palácio do Planalto, em Brasília.

RECUPERAÇÃO

As informações sobre o período pós-cirúrgico foram divulgadas em coletiva de imprensa pelo porta-voz do governo, Otávio Rego Barros. Ele respondeu questionamentos dos jornalistas e reiterou que Bolsonaro deve mesmo despachar do próprio hospital após as primeiras 48 horas de recuperação. Até lá, o vice-presidente Hamilton Mourão seguirá ocupando interinamente a

Presidência. — A cirurgia foi conduzida de forma especial e cuidadosa porque havia uma quantidade grande de aderências, e elas exigiram uma obra de arte da equipe médica — disse Rego Barros. Familiares de Bolsonaro estiveram no hospital. Além da primeira-dama, Michelle, também os filhos Eduardo, Carlos e Jair Renan permaneceram durante todo o dia no Albert Einstein.

AUSÊNCIA DE FLÁVIO

O porta-voz confirmou que Carlos — o mesmo filho que desfilou em carro aberto ao lado do pai durante a posse — acompanhou a cirurgia dentro do centro cirúrgico. Flávio Bolsonaro, alvo de uma série recente de denúncias, não esteve ontem no hospital. O porta-voz disse ainda não ter sido informado pela equipe médica se Bolsonaro teria limitações provocadas pela cirurgia. Disse também que não tinha informações sobre valores do procedimento e quem estava arcando com as despesas decorrentes da cirurgia. A nota divulgada pelo Albert Einstein também diz que Jair Bolsonaro está na UTI, à base de remédios para “prevenção de infecção e de trombose venosa profunda”.

Esse foi o terceiro procedimento ao qual Bolsonaro se submeteu desde o atentado a faca do qual foi vítima em 6 de setembro do ano passado, em plena campanha. O objetivo desta intervenção foi retirar a bolsa de colostomia que ele utilizava desde o episódio. Havia uma expectativa de que a cirurgia do presidente durasse menos. — O prazo para a cirurgia foi o necessário para ser exitosa. Falei em “obra de arte” porque foi um trabalho espetacular — reforçou o porta-voz da Presidência.

VEÍCULO: O Globo

Data: 29/01/2019

Seção: O País

Autor: Marco Grillo

Título: Depósitos ligam assessora de Ceciliano a deputado eleito

Três contas ligadas a auxiliar do presidente da Alerj receberam R\$ 448 mil de empresa de Gelson Azevedo, aliado político do petista

Três contas ligadas a uma assessora do presidente da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj), André Ceciliano (PT), receberam R\$ 448 mil em depósitos de uma empresa do deputado federal eleito Gelson Azevedo (PHS), aliado político do petista. As transferências aconteceram entre janeiro de 2011 e maio de 2017, e a maior parte, R\$ 275 mil, aconteceu no período eleitoral de 2016 — Ceciliano foi derrotado na disputa pela prefeitura de Japeri, enquanto Azevedo elegeu-se vice-prefeito de São João de Meriti. As duas cidades ficam na Baixada Fluminense. A assessora, Elisângela Barbieri, o marido dela e ex-assessor de

Ceciliano, Carlos Alberto Dolavale, e o pai, Benjamin Barbieri, movimentaram R\$ 44,8 milhões entre janeiro de 2011 e maio de 2017, por meio de contas da mesma agência do Itaú em Paracambi, onde vivem, também na Baixada.

A disparidade entre o volume de transações e as rendas declaradas pelo trio chamou a atenção do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). De todos os funcionários da Alerj citados no relatório, Elisângela é a recordista individual, com movimentação de R\$26,5 milhões no período. Atualmente, ela recebe R\$ 5 mil de salário, em valores líquidos. Ela já foi sócia de uma empresa, que está inativa no cadastro da Receita Federal desde 2015. Já o marido movimentou R\$ 16,1 milhões de janeiro de 2011 a maio de 2017. Entre maio e novembro de 2016, Elisângela recebeu R\$ 54 mil da empresa Banddo Vilar Agência de Automóveis, uma concessionária de carros que pertence a Gelson Azevedo. A maior parte dos recursos, no entanto, entrou na conta do pai, também operada por ela: R\$ 221 mil.

Aposentado, Benjamin Barbieri tem renda declarada de cerca de R\$ 5 mil. Já o marido recebeu da empresa R\$ 103 mil no período mais amplo, entre 2011 e 2017. Em 2016, as doações de empresas a candidatos já estavam proibidas por lei. Ceciliano e Azevedo têm proximidade política. Em evento de campanha em Belford Roxo, em agosto do ano passado, o presidente da Alerj pediu votos ao então candidato a deputado federal e citou a “alegria e a felicidade” de estar ao lado de Azevedo, que, segundo Ceciliano, defenderia “a Baixada em Brasília”. O volume de saques em espécie de Elisângela e Carlos Alberto também alertou o Coaf: R\$ 1,4 milhão em 185 operações, uma média de R\$ 7.600 por saque.

O órgão de controle registrou algumas movimentações específicas, como o saque de R\$ 110 mil feito pela assessora do presidente da Alerj em 16 de setembro de 2014. Ao banco, ela disse que compraria um imóvel. Fontes ouvidas pela reportagem relataram que o casal Elisângela e Carlos Alberto conhece Ceciliano de longa data — o presidente da Alerj viveu em Paracambi, município do qual foi prefeito por dois mandatos. O GLOBO esteve na rua onde Elisângela e o marido moram, em Paracambi. Uma funcionária do casal disse que eles não estavam em casa — a reportagem deixou um telefone, mas Elisângela e Dolavale não retornaram.

OUTRO LADO

Em nota, Ceciliano afirmou que Elisângela faz “a relação entre o mandato e os moradores de Paracambi e outras cidades vizinhas da Baixada Fluminense”. Ele afirmou saber que a assessora “tem sociedade com o marido em empresas”, mas afirmou que desconhece as movimentações financeiras dela. Ceciliano disse que não sabe o motivo das transferências feitas pela empresa do deputado eleito Gelson Azevedo e negou que tenham sido uma maneira de

financiar sua campanha. O presidente da Alerj afirmou que a relação com Azevedo é política. O deputado eleito disse que as transferências para as três contas ligadas à Elisângela não aconteceram para financiar a campanha de Ceciliano. Ele afirmou que a empresa recebe muitos cheques pré-datados e que é “comum que esses cheques sejam trocados no mercado”.

VEÍCULO: O Globo

Data: 29/01/2019

Seção: Economia

Autor: Ana Paula Ribeiro

Título: Tombo histórico

Vale perde R\$ 72,7 bi em um único dia, e investidores já se articulam na Justiça

SÃO PAULO E RIO- O novo desastre ambiental envolvendo a Vale, cerca de três anos depois da tragédia de Mariana, começa a ter efeitos financeiros para a empresa, e analistas veem mais problemas à frente. Ontem, no primeiro dia de funcionamento dos mercados após o rompimento da Barragem de Brumadinho — na sexta-feira, a Bolsa não funcionou, por ser feriado em São Paulo — as ações da Vale registraram o tombo histórico de 24,52%. Para completar, a companhia teve sua nota rebaixada por uma agência de classificação de risco, e investidores se preparam, no Brasil e no exterior, para entrar contra ela na Justiça.

A queda nos papéis representou uma perda de R\$ 72,7 bilhões em valor de mercado

— a maior já registrada por uma empresa brasileira. Com isso, a Vale passou a valer R\$ 223,9 bilhões. Essa queda fez com que a minera-dora perdesse o posto de terceira maior companhia em valor de mercado do país, passando à quinta posição.

O diretor financeiro da Vale, Luciano Siani, afirmou ontem em coletiva que considera secundária a perda bilionária na Bolsa: - Essas considerações são secundárias neste momento. A Vale tem cerca de 200 mil acionistas pessoas físicas, além de grandes fundos de pensão e outros 200 mil pensionistas Brasil afora, que dependem do resultado da empresa. São cerca de 100 mil empregados, entre próprios e terceiros.

Há pelo menos 500 mil famílias, ou dois milhões de pessoas, cujo ganha-pão está diretamente atrelado à companhia. Há o dever de encontrar as melhores soluções que atendam ao anseio da sociedade quanto à reparação da tragédia, como também preservar a companhia para que ela continue gerando riqueza para o país.

REBAIXAMENTO DA NOTA

As ações da Bradespar, acionista da Vale, desabaram 24,49%, reflexo das incertezas que cercam a mineradora a curto prazo. Até agora, a Vale já teve mais de R\$ 11 bilhões bloqueados pela Justiça e recebeu multas de cerca de R\$ 300 milhões. Essa conta deve subir, porque acionistas irão à Justiça contra a mineradora. Dois escritórios no exterior — Rosen Law e BLB & G — já entraram com ações coletivas em nome de acionistas estrangeiros. Pomerantz e The Schall também devem abrir processos.

O presidente da Associação Brasileira de Investidores (Abradin), Aurélio Valporto, disse que aguarda o resultado das perícias e investigações sobre as causas da tragédia em Brumadinho para, caso seja comprovada negligência, entrar com uma ação civil pública contra a mineradora:

— Este é um momento delicado, de comoção, de perda de familiares. Mas, mais uma vez, existem indícios de negligência no rompimento da barragem. Vamos aguardar o relatório dos peritos, que as investigações avancem, e, se isso ficar comprovado, entraremos com uma ação civil pública para defender o interesse dos minoritários.

A regulamentação para o setor de mineração pode ficar mais severa, e o governo federal já demonstrou insatisfação com o desastre. O presidente em exercício, Hamilton Mourão, chegou a afirmar ontem que a diretoria da Vale poderia ser trocada. Isso gerou temores, no mercado, de ingerência na empresa.

Com tanta incerteza, a agência de classificação de risco Fitch rebaixou ontem a nota de crédito da Vale, de "BBB+" para "BBB-". Isso significa que ela terá mais dificuldade para se financiar no exterior. A mineradora ainda foi colocada em perspectiva negativa, ou seja, há chances de um novo rebaixamento.

Em seu relatório, a Fitch disse esperar multas substanciais, lembrando o desastre de Mariana.

PRESSÃO POR MUDANÇA

Na avaliação de Pedro Galdi, analista da corretora Mirae, a pressão sobre as ações da Vale irá continuar. A capacidade da empresa em continuar lucrativa, afirmou, permanece, mas os custos da tragédia vão pesar: — A empresa vai sofrer uma pressão muito grande para revisar as barragens, a legislação pode mudar, ficando mais rigorosa e prevendo maiores punições, e uma mudança nos royalties não está descartada. Não vai ser fácil a vida para a Vale.

A maior cobrança deve vir dos investidores estrangeiros, que, cada vez mais, exigem comprometimento com energias renováveis e governança corporativa.

O banco de investimentos Clarksons Securities, por exemplo, reduziu a recomendação dos papéis da Vale de compra para neutro, classificando o desastre em Brumadinho como "a pior tragédia de mineração que testemunhamos nos nomes sob nossa cobertura desde 2005".

Rafael Passos, analista da Guide Investimentos, lembra que a Vale terá de provisionar em seus balanços as multas e as indenizações. Tudo isso, ressaltou, afeta o preço da ação, assim como a suspensão do pagamento de dividendos, anunciada pelo Conselho de Administração da empresa.

— Não há impacto relevante na parte operacional, na produção, mas vai precisar fazer as provisões para multas e indenizações — disse Passos, acrescentando que a empresa tem condições financeiras para lidar com essa situação.

Com participação de mais de 10% na composição do Ibo-vespa, principal índice de ações da B3, a Vale afetou os negócios. O índice caiu 2,29%, aos 95.443 pontos.

(Colaboraram Léo Branco, João Sorima Neto e Bruno Rosa)

VEÍCULO: O Globo

Data: 29/01/2019

Seção: Economia

Autor: Bruno Rosa E Ana Paula Ribeiro

Título: Analistas veem riscos em ações coletivas e licenças

Especialistas começam a incluir nas projeções problemas como perspectiva de redução na produção e nos investimentos

RIO E SÃO PAULO- Redução na produção, ações judiciais no Brasil e no exterior, diminuição de nota, demora maior na concessão de licenças, investimento menor e até mesmo a possibilidade de interferência direta do governo são alguns dos riscos que os analistas começam a incluir em suas projeções para a Vale.

Com mais de R\$ 11 bilhões bloqueados, pouco menos da metade do caixa, de R\$ 24 bilhões, Sabrina Cassiano, analista da Coinvalores, avalia que a companhia terá de reduzir investimentos no curto prazo, além de adotar medidas como a que foi anunciada ontem, de suspender o pagamento de dividendos:

— O bloqueio vai trazer impacto a curto prazo, mas a informação que o mercado tem é que a companhia já entrou com recurso para desbloquear, oferecendo ativos como garantia. Há muitas incertezas em torno da Vale.

Para Karel Luketic, analista-chefe da XP Investimentos, as operações da Vale poderão ser afetadas pelos próximos seis meses. Ele frisou que a companhia terá de detalhar seu plano de contingenciamento no sistema Sul-Sudeste.

— Podem ocorrer paradas em outros complexos além de Paraopeba.

Segundo Luketic, a mineradora vive um momento de "estresse" financeiro.

— É uma situação de estresse, mas a companhia tem flexibilidade. A dívida da empresa é de cerca de US\$ 10 bilhões e sua geração de caixa, de US\$ 18 bilhões. Mesmo que haja redução na produção a curto prazo, a mineradora tem flexibilidade financeira. É diferente do que aconteceu na Samarco, em que a mina parou. A Vale tem outros sistemas de produção — explicou.

Ele pondera, porém, que novos problemas podem surgir adiante, como as ações coletivas movidas por investidores.

Ontem, em entrevista coletiva, o diretor executivo de Finanças e Relações com Investidores, Luciano Siani, evitou dizer se a companhia vai adiar a divulgação de seu balanço financeiro do quarto trimestre, mas disse que os dados podem ser apresentados até 30 de abril.

Para Pedro Guilherme Lima, supervisor da Ativa Investimentos, a Vale deve, a médio e longo prazo, arcar com custos de uma regulamentação mais severa, embora isso não tire a vantagem.

Rafael Panonko, analista-chefe da Toro Investimentos, afirma que um dos impactos será a demora no licenciamento de projetos.

— As próximas licenças serão mais burocráticas. Tudo fica comprometido após esse novo desastre e é preciso mensurar os impactos — disse.

VEÍCULO: O Globo

Data: 29/01/2019

Seção: Economia

Autor: Cleide Carvalho, Daiane Costa E Patrícia Valle

Título: Vale suspende dividendos e bônus para diretoria

Em decorrência da tragédia em Brumadinho, empresa cancelou a distribuição de R\$ 1,142 bilhão aos acionistas em março. Executivos também deixarão de receber R\$ 51,15 milhões em remuneração variável

BRUMADINHO (MG) E RIO- A Vale anunciou ontem que suspendeu o pagamento de dividendos a acionistas e também de bônus a título de remuneração variável a todos os seus executivos em decorrência da tragédia de Brumadinho. Os acionistas da Vale deveriam receber ao menos US\$ 1,142 bilhão em dividendos e juros sobre capital próprio em março deste ano.

Já em relação ao bônus, a previsão da Vale era pagar R\$ 51,15 milhões a sua diretoria. A remuneração variável desses executivos relativa a 2017 somou R\$ 46,45 milhões. As decisões foram tomadas em reunião extraordinária do Conselho de Administração, realizada no domingo.

"MEDIDA NECESSÁRIA"

A Vale paga remuneração aos acionistas duas vezes por ano: em setembro (referente ao resultado da empresa no primeiro semestre) e em março (referente ao resultado do segundo semestre do ano anterior).

Pedro Paulo Silveira, economista-chefe da Nova Futura Investimentos, diz que a medida é "mais do que necessária, tendo em vista as obrigações financeiras decorrentes do desastre":

— Vão pressionar demais o caixa dela, que já tem R\$ 11 bilhões bloqueados. É preciso reter o máximo da remuneração dos executivos, até porque essa diretoria tem participação direta ou indireta nesse desastre, e não faz sentido eles receberem bonificações.

COMITÊS INDEPENDENTES

Silveira lembra que a Vale ficou sem pagar dividendos aos acionistas entre 2013 e 2017 para reforçar o caixa e reduzir o endividamento decorrente de dois fatores: a queda do preço internacional do minério e o acidente em Mariana.

Para Alexandre Di Miceli, fundador da consultoria de governança corporativa Direzione, é importante entender quais são os incentivos que a mineradora usa para remunerar seus executivos:

— Qual é o conceito de sucesso da Vale? No que ela quer que os seus executivos foquem? Parece-me que a cultura da empresa é muito voltada aos resultados financeiros. A questão da sustentabilidade deveria ser um conceito de desempenho e remuneração dos executivos — afirmou Di Miceli.

A Vale informou ainda que criou dois comitês independentes, formados por pessoas que não pertencem aos quadros da companhia e que têm experiência e "reputação ilibada". Um desses comitês vai acompanhar as ações de assistência às famílias e às vítimas do rompimento da barragem do Córrego do Feijão, bem como da reparação de danos. O outro vai apurar as causas e responsabilidades pela queda da barragem.

VEÍCULO: O Globo

Data: 29/01/2019

Seção: Economia

Autor: Cassia Almeida E Geralda Doca

Título: Nova lei deixa em aberto indenização a trabalhadores

Texto limita compensação, mas decisão depende de interpretação do juiz

RIO E BRASÍLIA- Com a mudança na legislação trabalhista, que entrou em vigor em novembro de 2017, a indenização por danos morais para as famílias dos trabalhadores da Vale e de empresas terceirizadas vítimas do rompimento da barragem em Brumadinho poderá ficar limitada a até 50 vezes o salário do funcionário da mina, limite para os danos gravíssimos, conforme o artigo 223. Para a indenização por danos materiais, não há limite.

E o governo não pretende alterar esse ponto. Como a reforma tem pouco mais de um ano, alguns juízes podem, no entanto, considerar o artigo inconstitucional e afastar o teto para cálculo da reparação, dizem especialistas. Ontem à noite, o número de mortos havia subido para 65. Ainda há 279 desaparecidos.

O advogado Luiz Marcelo Góis, do escritório Barbosa Mussnich Aragão (BMA), lembra que o governo Michel Temer chegou a editar medida provisória que excluía acidentes de trabalho com morte do limite para indenização por dano moral:

— A MP da reforma excluía a limitação especificamente para acidente com morte e estabelecia que a indenização ficaria limitada a 50 vezes o teto do INSS (R\$ 5.839), para evitar a falta de isonomia.

DIFERENÇA ENTRE AS VÍTIMAS

Quando chegou a hora de a MP ser votada na Câmara, um impasse: houve mais de mil emendas. O governo, então, desistiu, e a MP caducou. O argumento do governo para não mudar as regras é que a derrubada da MP foi parte de um acordo da gestão anterior com o Senado para não atrasar a votação da reforma.

Na Justiça trabalhista, os trabalhadores poderão requerer o pagamento das verbas indenizatórias (direitos trabalhistas, como hora extra e FGTS), por exemplo, e por danos morais. Isso também é possível na esfera cível. Quem não tinha relação de emprego com a Vale, como turistas e donos de pousadas, também pode recorrer à Justiça comum.

A nova legislação prevê ainda que o limite para danos morais pode ser dobrado se houver reincidência, desde que o novo evento envolva as mesmas partes. Góis ressalta, porém, que isso dependerá da interpretação do juiz.

No caso, as minas onde houve os acidentes foram diferentes: Mariana e Brumadinho. Mas o juiz pode entender que, como foi o mesmo tipo de evento, com a mesma empresa, o valor da indenização tem de ser dobrado.

Essa limitação nas reparações por danos morais cria uma situação inusitada: as famílias dos trabalhadores da Vale e terceirizados poderiam receber uma indenização inferior à das famílias dos moradores vítimas do soterramento.

— Os familiares dos hóspedes da pousada, por exemplo, terão as indenizações calculadas pelo juiz, de acordo com a dor, já que não há relações de trabalho — afirmou o procurador-geral do Trabalho, Ronaldo Curado Fleury.

Outro ponto é que o artigo 223 calcula a indenização conforme o salário. Ou seja, quem ganha mais receberá mais.

Uma alternativa aos parentes dos trabalhadores é recorrer à Justiça comum. Mas, segundo Góis, é difícil que esta decida julgar ações de acidentes de trabalho:

— A Justiça comum deve encaminhar para a do Trabalho, declarando-se incompetente para julgar os casos.

A advogada trabalhista Juliana Bracks afirma que, apesar de a lei fixar um teto para as indenizações, o valor da reparação moral pode ser até maior, mesmo na Justiça do Trabalho, dependendo da interpretação do juiz. E ressalta: — Quando se trata de indenização para parentes, chamado dano em ricochete, não se aplicaria o artigo 223 e sim o direito civil, sem teto.

A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho entrou com ação este mês no Supremo Tribunal Federal, pedindo que os artigos sobre dano moral sejam considerados inconstitucionais.

VEÍCULO: O Globo**Data: 29/01/2019****Seção: Economia****Autor: Karla Gamba, Geralda Doca. Bruno Rosa E Patrícia Valle****Título: Declaração de Mourão eleva incerteza para Vale**

Presidente em exercício afirma que gabinete de crise poderia estudar destituição da diretoria da mineradora, medida que precisaria ser articulada junto ao Conselho de Administração. Analistas temem ingerência na companhia

BRASÍLIA E RIO- Declarações do presidente em exercício, Hamilton Mourão, aumentaram ontem as incertezas em torno do impacto que a tragédia ocorrida em Brumadinho (MG) terá sobre o comando da Vale. Mourão afirmou que o gabinete de crise criado no Palácio do Planalto para tratar do assunto poderia estudar a destituição da diretoria da empresa. A frase gerou preocupação sobre o risco de possível ingerência do governo na empresa.

As declarações fizeram cair ainda mais as ações da Vale no mercado financeiro. O governo detém a chamada golden share, uma ação especial com direito a veto em decisões estratégicas, e poderia convocar uma reunião do conselho para discutir o futuro de sua diretoria.

— Essa questão da diretoria da Vale está sendo estudada pelo grupo de crise e vamos aguardar para ver quais são as linhas de ação que eles estão levantando. Tenho que estudar isso aí, não tenho certeza que possa fazer essa recomendação — afirmou o presidente em exercício.

Mourão, que assumiu a presidência na manhã de ontem enquanto Jair Bolsonaro era operado em São Paulo, defendeu a investigação e punição criminal dos culpados.

— Primeiro, a que dói no bolso já está sendo aplicada. Segundo, é (apurar) se houve imperícia, imprudência ou negligência por parte de alguém dentro da empresa. Essa pessoa tem que responder criminalmente porque, afinal de contas, quantas vidas foram perdidas nisso aí? É aquela velha frase que eu já disse outro dia, apurar e punir quem tiver que ser punido. Agora tem que punir mesmo —defendeu Mourão.

Mais tarde, com a repercussão das declarações, o presidente em exercício tentou minimizar o efeito de suas palavras. Em entrevista ao GLOBO, afirmou que o governo não tem planos para destituir a diretoria da Vale: — Não existe isso. Não há um plano claro para destituir a diretoria da Vale — afirmou o presidente.

Perguntado sobre a declaração anterior, Mourão disse que apenas respondeu a uma pergunta sobre se a diretoria poderia ser afastada: — Eu disse que isso poderia ser estudado.

FUNDOS DE PENSÃO

Segundo Mourão, o afastamento poderia ser considerado caso as investigações do caso comprovem que a companhia teve culpa na tragédia. O presidente em exercício admitiu, no entanto, que o afastamento da diretoria da empresa é algo "complexo" e que só pode ser feito via Conselho de Administração, em um movimento articulado entre governo e os principais acionistas.

A golden share do governo permite interferir em questões como mudança de sede, liquidação da empresa, venda ou encerramento de atividades, jazidas minerais, entre outros, mas não permite explicitamente uma troca no comando. O estatuto da empresa apenas prevê que o detentor da golden share tem o direito de eleger e destituir, um membro do Conselho Fiscal e o seu respectivo suplente. A alternativa, neste caso, seria uma articulação com outros dos principais acionistas.

Investidores estrangeiros têm 47,7% do capital da Vale. Outros acionistas de peso incluem a Litel, que reúne quatro grandes fundos de pensão — Previ, Petros, Funcef e Funcesp — com fatia de 21% das ações. A BNDESPar, subsidiária de participações em empresas do BNDES, detém 6,7%.

O porta-voz da Presidência da República, Olavo do Rego Barros, confirmou a avaliação de Mourão. Ele disse que os estudos para troca do comando estão sendo aprofundados para que a medida ocorra de modo "natural e dentro dos ditames legais".

Segundo uma fonte, o comitê de crise está aguardando o resultado das investigações pela Polícia Federal. E, havendo indicativos de culpa pessoal, essa medida poderá ser adotada.

SINAL NEGATIVO

Para Sabrina Cassiano, analista da Coinvalores, o impacto das declarações do presidente em exercício foi negativo para a empresa: — Isso trouxe muita incerteza e preocupação. Apesar de o governo não ter poder para tirar diretamente a diretoria, ele pode usar de algum artifício para isso, embora o mercado não saiba como isso poderia ser feito.

Em 2017, a Vale aprovou um plano de reestruturação societária que a tornaria uma companhia sem controle definido. Dessa forma, ela entrava no Novo

Mercado da Bovespa e melhorava a sua governança. O anúncio na época foi exaltado pelo mercado por limitar as interferências do governo na empresa.

— Pelo estatuto, o conselho é composto por 12 conselheiros e apenas dois precisam ser independentes. Assim, o governo pode indicar vários conselheiros (indiretamente, via outros acionistas). E por sua vez, o conselho decide sobre as questões estratégicas da empresa, como a permanência ou não do presidente da companhia — afirma Marco David, sócio do escritório de advocacia Kuntz.

Para Rafael Passos, analista da corretora Guide Investimentos, as falas de Mourão criaram uma sinalização negativa, pois o mercado considera "complicada" qualquer tipo de intervenção em empresa privada.

Em 2011, o então presidente Luis Inácio Lula da Silva pressionou e conseguiu afastar do comando da empresa o executivo Roger Agnelli. Na ocasião, Lula fez críticas à estratégia da empresa de reduzir o tamanho e investimentos para melhorar os resultados da companhia. Desgastado politicamente na ocasião, Agnelli deixou o comando da mineradora.

VEÍCULO: O Globo

Data: 29/01/2019

Seção: Economia

Autor: Patricia Valle

Título: Empresa integra índice de sustentabilidade da Bolsa

Vale saiu da lista após desastre de Mariana, mas voltou este mês. Estrangeiros estudam veto às ações

As ações da Vale compõem o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bolsa de Valores de São Paulo, a B3. Os papéis da mineradora têm 15,34% de participação na carteira teórica que forma o índice, o maior peso entre as empresas selecionadas. Depois do desastre de Mariana, em novembro de 2015, a empresa foi retirada do índice. Porém, voltou a ser incluída agora, no último dia 7 de janeiro.

Segundo o site da B3, o ISE visa a analisar o desempenho das companhias listadas na Bolsa nos aspectos de sustentabilidade corporativa, eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa.

A B3 diz que a inclusão ou não das empresas no índice é decidida em reuniões do Conselho Deliberativo do ISE. Mas ainda não há previsão de nenhuma reunião extra para tratar do caso da Vale.

Enquanto isso, grandes investidores internacionais já começam a investigar a mineradora após a reincidência da empresa num desastre ambiental de grandes proporções. O Conselho de Ética do Fundo Soberano da Noruega, que administra US\$ 1 trilhão em investimentos do governo norueguês no exterior, afirmou ontem que analisa o impacto para a empresa do vazamento da barragem. Este fundo, o maior do mundo, tinha US\$ 543 milhões em ações da Vale e US\$ 51 milhões em títulos em 2017, segundo dados do Norges Bank Investment Management.

Na Suécia, o Conselho de Ética do fundo de pensão público AP Funds afirmou que provavelmente recomendaria a exclusão da Vale de sua carteira de investimentos.

— É óbvio que consideramos casos como este — disse à Bloomberg Eli Ane Lund, chefe do secretariado do colegiado.

— Acidentes podem acontecer com todos. Mas este é o segundo acidente muito grave desse tipo que afeta a empresa.

(Com agências internacionais)

VEÍCULO: O Globo

Data: 29/01/2019

Seção: Economia

Autor: Marcello Corrêa

Título: Alívio a estados custará R\$ 166 bi até 2022

Estimativa do governo, que não inclui novos pedidos de ajuda, indica o que o Tesouro deixa de receber por causa de programas de refinanciamento de dívidas a partir de 2016. Dívida pública alcançou R\$ 3,8 tri no ano passado

BRASÍLIA- A ajuda oferecida pela União aos estados terá um impacto de R\$ 166 bilhões sobre os cofres públicos até 2022. O valor estimado pelo governo se refere ao dinheiro que deixa de ser pago ao Tesouro Nacional por causa de programas de refinanciamento de dívidas estaduais criados a partir de 2016. A estimativa não considera um eventual novo auxílio a estados em 2019.

Da estimativa total feita pelo Tesouro, R\$ 71 bilhões foram apurados entre 2016 e 2018 — ou seja, já impactaram as contas públicas. Os R\$ 95 bilhões restantes deixarão de ser recebidos pelo governo federal entre 2019 e 2022. No limite, todo o valor terá impacto sobre a dívida pública do país. Isso porque o governo precisa se endividar mais para financiar essas perdas.

Os números foram apresentados ontem na divulgação do Plano Anual de Financiamento (PAF), que traça as estratégias do governo para lidar com a dívida pública, cujo estoque alcançou mais de R\$ 3,8 trilhões em 2018, informou o governo.

O Tesouro considerou dois programas de refinanciamento da dívida, que beneficiaram vários governos locais, e o Regime de Recuperação Fiscal (RRF), que suspende o pagamento do serviço da dívida por até seis anos e no qual, até agora, só o Rio ingressou.

A estimativa de perdas até 2022 não considera eventuais auxílios para outros estados em crise, que tentam entrar no RRF. Os critérios para aderir ao programa são considerados rígidos pelos novos postulantes.

AJUDA A BRUMADINHO

O secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, negou ontem a possibilidade de o governo flexibilizar as regras para ingresso no RRF. Ele disse, no entanto, que é possível que Minas Gerais e Rio Grande do Sul sejam admitidos. Esses dois estados já teriam alcançado os critérios para entrar no programa, mas precisam apresentar um plano de ajuste fiscal para pleitear a ajuda.

A entrada dos dois no programa, no entanto, não alteraria a estimativa de perdas para o governo federal porque ambos já estão liberados do serviço da dívida graças a liminares na Justiça.

O secretário do Tesouro também comentou os preparativos para ajudar Minas, após a tragédia de Brumadinho com o rompimento de uma barreira de rejeitos da Vale no local. Uma equipe do Ministério da Economia participou de reuniões na Casa Civil para definir a ajuda. Ainda não há detalhes, mas o impacto fiscal deve ser pequeno, disse Mansueto.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 29/01/2019

Seção: Opinião

Autor: Hélio Schwartsman

Título: Sirenes que não soam

Nossa espécie é péssima em avaliar riscos. Um ser humano típico tem medo de cobras e tubarões, mas não hesita muito em fumar ou acelerar seu carro. Nos EUA, onde as estatísticas são mais confiáveis, cobras e tubarões matam, respectivamente, cinco e 0,5 pessoas por ano, enquanto o cigarro e os acidentes de trânsito geram 480 mil e 35 mil óbitos anuais.

Nossa sirene interna dispara diante de ameaças que perderam relevância no ambiente urbano, mas é cega para perigos produzidos pela modernidade, como morar a jusante de barragens ou construir cidades em zonas de terremoto.

Imagino que a fiscalização precária e sede de lucros contribuíram para a tragédia em Brumadinho, mas o ingrediente que mais me chama a atenção é que os dirigentes da Vale acreditavam que a barragem era segura, tanto que instalaram o refeitório da empresa bem abaixo dela. De algum modo, a noção de que todo projeto de engenharia carrega risco e a informação de que operavam com uma tecnologia ultrapassada, cuja avaliação de segurança está repleta de pontos cegos, não foram assimiladas pela cúpula da empresa — o que é assustador para uma companhia que lida essencialmente com problemas de engenharia.

Espero que o desastre sirva para arrefecer o clima de “liberou geral” que o governo Bolsonaro prometia levar à área ambiental. Olhando para a frente, seria importante desenvolver mecanismos para que empresas e a própria legislação não se acomodem com as tecnologias antigas e busquem continuamente aprimoramento na segurança, mesmo que a um sobrepreço.

A garotada da minha geração andou de bicicleta e skate sem capacete e isso era visto como normal. À medida que aprendemos mais sobre traumas, o comportamento foi reclassificado como de risco e hoje poucos pais deixam os filhos brincar sem proteção. Essa cultura de busca constante por mais segurança precisa ser disseminada.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 29/01/2019

Seção: Opinião

Autor: Ranier Bragon

Título: A farrados falastrões

Jair Bolsonaro, do PSL, e Romeu Zema, do Novo, tomaram posse há 28 dias e não têm culpa pelo que aconteceu em Brumadinho.

Mas o presidente e o governador de Minas são expoentes de uma corrente — apoiada por parte da sociedade — segundo a qual o errado não é o madeireiro que desmata ilegalmente, o empresário que burla normas sanitárias ou mantém trabalhadores em condições sub-humanas, mas sim o fiscalzinho de colete e seu maldito bloquinho de multas.

Sob o lema de que “é preciso tirar o Estado do cangote de quem produz”, promove-se atualmente uma das mais vigorosas campanhas de contestação ao

trabalho fiscalizador do Estado, em diversas áreas: ambiental, alimentícia, trabalhista.

Longe de combater velhacarias que plantam dificuldade para vender facilidade, muitos querem mesmo é tirar o Estado do próprio cangote.

Bolsonaro e ministros não se cansam de vociferar contra a “indústria das multas”, o excesso de fiscalização, de regulamentação. Coincidentemente, o presidente foi flagrado em 2012 pescando em uma estação ecológica protegida por lei, em Angra dos Reis (RJ). Segundo a autuação, ele se recusou a mostrar documentos e ligou para o então ministro da Pesca do PT, Luiz Sérgio, para tentar dar a famosa “carteirada”.

Não deu certo. Protocolou então defesa dizendo que na hora do flagrante estava, na verdade, no aeroporto. Como havia sido fotografado pelos agentes, a mentira descarada não colou. A multa foi de R\$ 10 mil. “Vou pagar essa multa? Vou. Mas sou prova viva do descaso, da parcialidade e do péssimo trabalho prestado por alguns fiscais do Ibama e ICM-Bio. Isso vai acabar”, disse, já como presidente eleito. De fato, acabou. Dias depois o Ibama anulou a multa e jogou o caso de volta à estaca zero.

Bem mais eficiente do que sobrevoar a lama que mais uma vez se espalha desgraçadamente sobre Minas será enterrar de vez a parolagem malandra de que crescimento só é possível com a exploração inconsequente do meio ambiente e de pessoas.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 29/01/2019

Seção: Colunas

Autor: Daniela Lima

Título: Contrapé

Painel

A tragédia que se abateu sobre os mineiros com o rompimento da barragem de Brumadinho (MG) começou a corroer o capital político de Romeu Zema (Novo), que acaba de assumir o estado. Governadores de outras regiões e políticos de Minas dizem que ele parece perdido e incapaz de responder à crise.

Não custa tentar

Após o segundo rompimento de uma barragem em três anos, o ministro Ricardo Salles (Meio Ambiente) busca no exterior alternativas para o armazenamento

de rejeitos de minério. Durante os próximos dias, ele se reunirá com empresas que trabalham com outras técnicas.

Tiroteio

Desculpas tépidas se amontoam. A Vale, antes conhecida por extrair ferro, se especializou em meter gente debaixo da terra

Do procurador Vladimir Aras, sobre o advogado da Vale ter eximido a diretoria de responsabilidade pelo desastre em Brumadinho (MG)

com Thais Arbex e Julia Chaib

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 29/01/2019

Seção: Colunas

Autor: Mônica Bergamo

Título: RODA VERDE

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, pretende reunir nos próximos dias autoridades do meio ambiente das esferas estaduais e federal, e a Agência Nacional de Mineração, para discutir "resoluções e medidas infralegais" que "possam racionalizar e dar maior efetividade" à fiscalização da área.

Foco

Ele é um entusiasta da liberação de projetos de baixo impacto ambiental mediante apenas uma autodeclaração dos responsáveis, e não depois da análise de fiscais ambientais "que cuidam de coisas sem relevância em vez de focar no que importa".

Foco 2

"A grosso modo, em vez de 60 fiscais se dedicarem a esses projetos, eles poderiam se somar aos que aprovam e fiscalizam projetos de médio e alto impacto ambiental, como as barragens", diz. O tema está em discussão no Congresso.

Na madeira

Salles diz que sempre cita o exemplo de um marceneiro em SP que não conseguia licenciamento para operar seu negócio porque não tinha um exaustor sobre a planta de corte.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 29/01/2019****Seção: Colunas****Autor: José Simão****Título: Socuerro! A Vale é reincidente!**

Salve o planeta! Mande a Vale para outro planeta!

Jornalista, precursor do humor jornalístico

Buembra! Buembra! Macaco Simão Urgente! O esculhambador-geral da República!

Piadas Prontas! 1) Presidente do Inep encarregado do Enem tomando posse: "A eficaz formação dos CIDADÕES". TÓIMMM! E agora? Agora no Enem é pra escrever cidades ou cidadãos. Nas redações! Redação do Enem: "Os cidadãos tem irmãos cristões!" DEZ! Rarará!

2) "Autora de "Cinqüenta Tons de Cinza anuncia novo romance erótico."No Brasil se chamará "Cinqüenta Tons de Laranja". Com Queiroz e Flávio! Ou "Cinqüenta Tons de Goiaba"! Com a Doidamares, ministra dos Delírios Humanos!

3) "Flávio negociou o imóvel de Laranjeiras com Fábio Guerra e Giordana Vinagre." Isso é um combo: Laranjeiras, Guerra e Vinagre!

Rarará!

E atenção! Brumadinho! A primeira prova que não foi acidente é que a Vale é reincidente! Notícia de 14 de novembro de 2015: "Deputados que investigarão tragédia de Mariana recebem R\$ 2 mi da Vale para campanhas eleitorais" Claro! Óbvio!

Outra: "Projeto que endurece regras para barragens não avança na Assembleia de MG" Claro! Óbvio! Salve o planeta! Mande a Vale para outro planeta! Mas aí seria sacanagem com outros planetas! E ainda querem devastar a Amazônia. Vamos ter 800 milhões de toneladas de soja e ninguém pra comer! Soja o que Deus Quiser!

Desculpe o trocadilho, não resisti! Eu amo Minas. Já fiz muitas trilhas em Minas. Minas é um monte de montanhas com pessoas fofas dando adeusinhos! E trilha em Minas era assim: todos de carro quatro por quatro e aí vinha um Fusquinha amarelo ovo e passava todo mundo!

Rarará!

E a multa da Vale? Multa de R\$ 250 milhões pra Vale é cafezinho. A empresa foi multada em um cafezinho! Mas é a lei! Como disse o chargista Luscar: "Vale a Pena Ver de Novo a Vale?" NÃO! NUNCA MAIS! NEVER MORE! ALERTA ROXO!

E o novo ministro do Meio Ambiente que tome juízo! Tô parecendo mãe: tome juízo! Juízo e caldo de galinha! E a telerrepórter: "O presidente Jair Bolsonaro e a primeira dama Michele Obama embarcam para Belo Horizonte". O Bolsonaro botou chifre no Obama? Todo mundo desorientado!

Nóis sofre, mas nó is goza!

Que eu vou pingar o meu colírio alucinógeno!

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 29/01/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Governo federal aposta em maioria em conselho para destituir direção da Vale

BB e funcionários da mineradora apoiam medida; Mourão diz que decisão cabe a Bolsonaro

Brasília e São Paulo- O presidente interino, Hamilton Mourão, afirmou nesta segunda-feira (28) que o gabinete de crise criado pelo Palácio do Planalto estuda a possibilidade de afastamento da diretoria da Vale durante as investigações sobre a tragédia em Brumadinho (MG).

O governo acredita que, como tem representantes aliados em maioria no conselho de administração, conseguirá convencer o restante dos representantes de acionistas da companhia a aprovarem a destituição dos diretores.

Banco do Brasil e funcionários da empresa liderariam esse movimento.

Entram também na conta de aliados para o governo os fundos de pensão Previ e Petros — de funcionários do BB e da Petrobras, respectivamente — e também o BNDESPar — segundo maior acionista da companhia.

O conselho é composto por nove integrantes — atualmente três lugares estão vagos. O governo já teria integrantes aliados. Eles teriam poder de convocar uma assembleia-geral para então discutir a destituição da direção.

"A questão da diretoria tem de reunir o conselho de administração. É ele quem nomeia", disse Mourão. "O presidente [Jair Bolsonaro] é quem tem de decidir isso", afirmou.

O porta-voz da Presidência da República, Otávio do Rêgo Barros, também disse estar em análise a mudança na direção da companhia na fase de investigação do acidente.

"Estudos estão sendo aprofundados para que a decisão seja tomada adequadamente e naturalmente dentro dos ditames legais que regem o nosso dia a dia", afirmou.

Mesmo como acionista da Vale, o governo não tem poder sozinho de afastar a diretoria da companhia.

Com direito a "golden share" — ação com poder de veto, criada na privatização —, ele pode apenas, por exemplo, barrar decisões como a venda de controle ou alteração de local de sede.

Para mudar a cúpula da empresa, ele precisaria convencer os integrantes do conselho de administração a decidirem por um afastamento de seus atuais diretores. Hoje, aliados do Palácio do Planalto são maioria no grupo executivo.

Outra forma de alterar a direção da companhia seria ingressar, por meio da AGU (Advocacia-Geral da União), com uma ação cautelar. A medida judicial, contudo, é avaliada como prematura por auxiliares presidenciais.

Para eles, seria mais prudente aguardar uma investigação do caso para atestar uma eventual responsabilidade da empresa no rompimento da barragem.

Um dos principais advogados da empresa, Sergio Bermudes, disse à Folha que a companhia "não enxerga razões determinantes de sua responsabilidade" e que, portanto, a diretoria não se afastará "em hipótese alguma".

Bermudes reagiu à sugestão do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), que defendeu no domingo (27) o "afastamento cautelar" e "urgente" de toda a diretoria da empresa.

"A Vale não enxerga razões determinantes de sua responsabilidade. Não houve negligência, imprudência, imperícia" afirmou o defensor. "Por que uma barragem se rompe? São vários os fatores, e eles agora vão ser objeto de considerações de ordem técnica".

Bermudes disse que falou em nome próprio, e a Vale o desautorizou.

"A Vale esclarece que não autorizou nem autoriza terceiros, inclusive advogados contratados, a falar em seu nome. A Vale volta a ressaltar, de forma enfática, que permanecerá contribuindo com todas as investigações para a apuração dos fatos e que esse é o foco de sua diretoria, juntamente com o apoio às famílias atingidas", afirmou, em nota.

Mourão defendeu que, caso seja comprovado que a tragédia foi causada por imprudência ou negligência de funcionários da empresa, eles devem responder criminalmente.

"Tem de apurar e punir quem tiver de ser punido. Mas tem de apurar mesmo" disse o presidente interino.

"Se houve imprudência ou negligência, por parte de alguém dentro da empresa, essa pessoa tem de responder criminalmente. Afinal de contas, vidas foram perdidas", ressaltou Mourão.

Ele disse ainda que o meio ambiente "sempre será uma bandeira" do novo governo, em um contraponto ao discurso adotado por Bolsonaro durante a campanha eleitoral. Em outubro, o então candidato disse que pretendia acabar com o "ativismo ambiental xiita".

Segundo Mourão, Bolsonaro fez uma sinalização clara sobre o assunto na semana passada, em sua participação no Fórum Econômico Mundial, quando disse que "por ora" o Brasil permanece no Acordo de Paris.

"Ele deixou firme que o Brasil permanece. Eu também já disse que nós não podemos nos furtar, porque essa é uma questão moderna", disse.

Gustavo Uribe, Julio Wiziack, Talita Fernandes e Mônica Bergamo

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 29/01/2019

Seção: Mercado

Autor: Tássia Kastner

Título: Vale perde R\$ 71 bi e tem maior queda da história

São Paulo- A Vale perdeu R\$71 bilhões em valor de mercado nesta segunda-feira (28), a maior perda em um único dia na Bolsa brasileira, no primeiro pregão após o rompimento de uma barragem da mineradora em Brumadinho (MG),

É o reflexo mais imediato do receio de investidores sobre o impacto financeiro com o qual a empresa terá de arcar após a tragédia.

Antes da perda da Vale nesta segunda, o maior tombo nominal na Bolsa era da Petrobras, que se desvalorizou R\$ 47,3 bilhões em 24 de maio de 2018, segundo a Economatica.

Até a semana passada, a Vale era a terceira maior companhia brasileira na Bolsa, atrás de Petrobras e Itaú. Agora, perde também de Bradesco e Ambev. O que se perdeu nesta segunda equivale a cerca de todo o valor de mercado da empresa de celulose Suzano.

Por enquanto, a Vale teve R\$ 11,8 bilhões bloqueados (quase 50% do caixa da empresa em setembro de 2018) e foi multada em R\$ 250 milhões pelo Ibama e em R\$ 99,139 milhões pelo governo de Minas.

O rompimento da barragem matou 65 pessoas e existem quase 300 desaparecidos na região, segundo os Bombeiros.

A queda na Bolsa reflete ainda a suspensão de uma política agressiva de pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, que garantiu R\$ 7,7 bilhões a acionistas em 2018.

A Vale tem peso de 11% no Ibovespa, principal índice da Bolsa, que recuou mais de 2% e fechou a 95.443 pontos.

Outro efeito da queda das ações da empresa no mercado foi o giro financeiro recorde: cerca de R\$ 24,5 bilhões. A máxima anterior havia sido de R\$ 20,7 bilhões no primeiro pregão após a eleição de Jair Bolsonaro (PSL), em 29 de outubro do ano passado.

As ações da Vale recuaram 24,52% nesta segunda, a R\$ 42,38. O tombo da Vale teve reflexo também sobre a Bradespar, que recuou 24,5%, a R\$ 26,43. A companhia tem cerca de 6% papéis da Vale. Os demais acionistas da mineradora não têm ações em Bolsa.

Em Nova York, os recibos de ações da Vale recuaram 18%, após caírem 8% na sexta, quando a Bolsa brasileira estava fechada.

Desde a tragédia, analistas têm repetido que o impacto do acidente para a companhia será menos sobre a produção e mais relacionado a questões jurídicas.

"Estamos numa névoa, ninguém tem certeza do que vai acontecer. A reincidência pode ser um agravante", diz Tiago Reis, da Suno Research.

Reis fala sobre o rompimento da barragem da Samarco, em Mariana (MG), em novembro de 2015. A Vale tem 50% da Samarco e, à época, foi poupada pelo

mercado financeiro. Após alguns pregões de baixa, a companhia entrou em uma trajetória de recuperação que a levou a uma valorização de mais de 200%.

Em relatório, o banco UBS disse que não está claro o impacto sobre a produção e a logística da empresa após a tragédia e questiona se as multas sobre a companhia não serão maiores desta vez.

Para Reis, da Suno, tampouco a recuperação futura deve ter as mesmas características registradas desde Mariana.

Naquela época, o preço do minério estava em baixa, a Bolsa sofria com a crise econômica e a aversão ao governo de Dilma Rousseff (PT) — o Ibovespa era negociado abaixo dos 40 mil pontos — e a própria Vale vivia incertezas corporativas que se dissolveram quando houve a reestruturação societária, em 2017.

Fundos de pensão das grandes estatais brasileiras (Pre-vi, Petros e Funcef) controlavam a Vale via a empresa Valepar. Eles detinham ações com direito a voto (ordinárias), enquanto os minoritários tinham ações preferenciais.

A reestruturação promovida em 2017 converteu os papéis ordinários, e a empresa migrou para o Novo Mercado, segmento da B3 destinado a empresas com as melhores práticas corporativas.

Esses fatores explicariam por que as ações saltaram de mínimas de R\$ 8,60, em fevereiro de 2016, para os R\$ 56,15 do fechamento da quinta-feira passada, véspera da tragédia.

Do ponto de vista da produção, nesta segunda persistia a visão de que o dano deve ser pequeno sobre o resultados da companhia, mas existem riscos difíceis de mensurar.

"O rompimento da barragem poderá atrasar as concessões e licenças ambientais nas operações Brasil. Há também o risco de novos processos de investidores nos EUA, e rebaixamentos de agências de risco", disse a corretora Guide, em relatório.

A agência de classificação de risco Fitch cortou a nota da Vale para BBB-, de BBB+, destacando as despesas para cobrir multas e indenizações.

No sábado, a Standard & Poor's havia dito que poderia rebaixar a Vale. A nota da agência é de BBB-.

Analistas repetiram que a mina do Feijão, onde está a barragem que se rompeu, produz de 1,5% a 2,5% de todo o minério de ferro da Vale. "Mesmo que uma

parte maior do complexo fique parada temporariamente, o impacto neste aspecto deve ser limitado", disse a XP em nota.

Todo o sistema da região do Paraopeba produz 7% do minério da Vale, segundo dados da empresa do terceiro trimestre.

Apesar da tragédia, a XP mantém a recomendação de compra dos papéis da empresa com horizonte de médio e longo prazo. "Entretanto, uma série de incertezas em relação ao impacto no curto prazo permanecem, portanto sugerimos cautela", escreveu a corretora em relatório.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 29/01/2019

Seção: Mercado

Autor: Natália Cancian

Título: Procurador do Trabalho aponta falhas da Vale

Segundo Ronaldo Curado Fleury, tragédia poderia ter sido evitada se empresa tivesse cumprido medidas preventivas

A tragédia ocorrida com o rompimento de uma barragem de rejeitos de mineração em Brumadinho (MG) poderia ter sido evitada caso a Vale tivesse assumido responsabilidades trabalhistas e tomado providências adequadas há três anos, afirma o procurador-geral do Trabalho, Ronaldo Curado Fleury.

Ele se refere às medidas preventivas solicitadas pelo Ministério Público do Trabalho à empresa em 2015, após o desastre gerado também com o rompimento de uma barragem em Mariana.

“Uma dessas medidas era um alarme de emergência. De tudo que foi apurado até agora em Brumadinho, principalmente em depoimentos de sobreviventes, nenhum alarme tocou. Ou não instalaram ou não funcionou. Se a Vale tivesse tomado as providências de forma adequada, não estaríamos hoje com todo esse sofrimento e calamidade”, afirma o procurador.

Para Fleury, a atitude da Vale após o acidente de Mariana mostra que a empresa “não está preocupada com a vida e o bem-estar dos trabalhadores”.

“Ela se recusou a assinar diversas vezes um termo de ajustamento conduta baseado em laudos técnicos e que exigia uma série de medidas, como plano de emergência e sistema de alarme.

Ela também não aceitou, no caso de Mariana, pagar indenização trabalhista pelo dano moral coletivo, como se o ser humano trabalhador fosse um ser humano menor.”

Sem o acordo, o Ministério Público do Trabalho entrou com ação na Vara do Trabalho de Ouro Preto, ainda não julgada.

Segundo o procurador, o novo acidente dá sinais de outras falhas que precisam ser investigadas. É o caso da existência de um refeitório e outras estruturas administrativas próximos à barragem.

“Mesmo que essas estruturas já existissem antes da compra pela Vale, se estavam no curso de um possível rompimento da barragem, teriam que ter sido alteradas”, afirma Fleury.

“Hoje, não temos como saber nem quem estava trabalhando nem quem não estava, porque o relógio de ponto estava na área da administração que foi varrida pela lama.”

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 29/01/2019

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona, Joana Cunha e Tássia Kastner

Título: Vale precisa ter saúde financeira preservada, diz diretor da companhia

Acionistas minoritários falam em descaso; fundos de pensão cobram rigor na apuração da tragédia

RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO- O diretor financeiro da Vale, Luciano Siani, defendeu nesta segunda-feira (28) que qualquer solução para os estragos causados pelo rompimento da barragem de Brumadinho (MG) passe pela preservação da companhia.

Ele alegou que cerca de 500 mil famílias, entre trabalhadores e acionistas, dependem da empresa.

"Evidentemente, a solução ideal deveria passar pela preservação da saúde financeira da companhia", afirmou, em entrevista para anunciar medidas de apoio a vítimas do desastre.

Ações judiciais já bloquearam R\$ 11,8 bilhões da mineradora brasileira.

Siani não quis comentar a queda das ações em Bolsa nem a possibilidade de intervenção do governo no comando da empresa, dizendo que a prioridade no momento é o resgate de vítimas e a remediação dos danos ambientais.

Ele evitou também falar sobre as causas do acidente, que ocorreu pouco mais de três anos após o rompimento de outra barragem em Mariana (MG), que deixou 19 mortos e um rastro de lama que chegou ao Oceano Atlântico.

Em nenhum dos casos, o sistema de monitoramento preventivo detectou falhas.

Segundo Siani, em comum nos dois casos está o fato de serem barragens com alta-mento a montante, tecnologia que não é mais usada pela empresa.

Siani disse que a Vale planeja um "plano robusto" de investimentos para melhorar a segurança das barragens.

Enquanto a direção da empresa pede cautela na questão financeira, acionistas da mineradora cobraram investigação rígida e responsabilização para a tragédia.

Descaso foi a palavra usada pelo presidente da Abradin (associação de acionistas minoritários), Aurélio Valporto, para definir o rompimento da barragem que deixou dezenas de mortos e centenas de desaparecidos na lama da mineradora.

"Certamente é descaso, economia de custos, é achar que não vai acontecer nada. É jogar na loteria com a vida dos outros. Temos de esperar a apuração dos fatos para ver se cabe acusação criminal contra eles", afirmou.

Valporto disse que, por respeito às vítimas, por ora, a Abradin não vai se movimentar.

Mas pretende reunir acionistas até alcançar 5% do capital da empresa, o que permite a convocação de uma assembleia-geral extraordinária cuja pauta será a responsabilização dos administradores.

Ele estimou que os acionistas da empresa nos Estados Unidos rapidamente entrarão com uma "class action" (ação coletiva), o que pode desencadear novas perdas para os acionistas no Brasil.

"O americano preserva muito o investidor, ao contrário daqui. Vai haver pagamento a quem investiu em ADRs [recibo de ação negociado em Nova York]. E o investidor brasileiro vai pagar duas vezes: agora, com a desvalorização das ações pelo acidente, e, depois, vai pagar também a desvalorização com a perda da Vale no momento do acerto com os americanos", disse Valporto.

Já os acionistas majoritários Petros, Previ e Funcef, fundos de pensão que têm participação na Vale por meio da Litel, cobraram rigor da mineradora.

A Petros, dos funcionários da Petrobras, afirmou em nota que "demanda que a companhia realize uma rigorosa apuração dos fatos que levaram ao rompimento da barragem, com conseqüente e necessária penalização exemplar dos responsáveis".

A Previ (Banco do Brasil) disse que, como acionista, quer se certificar de que a Vale está dando suporte adequado aos atingidos e de que adotará providências para apurar os motivos.

Questionada sobre como foi impactada financeiramente pelo desastre, a Previ diz que ainda é cedo para falar e que "não tem urgência de venda da sua posição na Vale" porque tem um colchão de liquidez que lhe dá conforto e permite aguardar o desenrolar dos fatos.

A Funcef (Caixa), por sua vez, diz querer garantir "que os motivos do acidente sejam apurados com a máxima transparência".

As manifestações chegam na esteira de cobranças feitas por autoridades.

O presidente interino, Hamilton Mourão, disse nesta segunda que o gabinete de crise criado pelo Palácio do Planalto estuda a possibilidade de afastamento da diretoria da Vale durante as investigações.

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, afirmou que executivos da mineradora podem ser penalizados.

A CVM (Comissão de Valores Mobiliários) abriu dois processos para analisar a conduta da Vale na divulgação ao mercado do rompimento da barragem na sexta-feira (25).

O órgão regulador coletará informações para apurar se a mineradora seguiu os procedimentos de divulgação de comunicados a investidores em ações da Vale.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 29/01/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Tragédia pode ser maior acidente do trabalho do país

Segundo o procurador-geral do Trabalho, Ronaldo Curado Fleury, caso o número de desaparecidos seja confirmado, a tragédia ocorrida em Brumadinho pode ser o maior acidente trabalhista já ocorrido no país.

Até as 20h30 desta segunda-feira (28), o rompimento da barragem já havia deixado ao menos 65 mortos e 292 desaparecidos. Segundo as autoridades, 279 pessoas ainda estão desaparecidas, 386 foram localizadas e 31 corpos foram identificados.

Se confirmar esses números como sendo de trabalhadores da Vale e de terceirizadas, será sim o maior acidente de trabalho da história do Brasil.”

Antes de Brumadinho, o pior acidente trabalhista já registrado foi o desabamento de um pavilhão de um parque de exposições em Gameleira, Belo Horizonte, em 1971.

A tragédia levou à morte de 69 trabalhadores e deixou mais de 100 feridos.

Nesta segunda, a Vara do Trabalho de Betim acatou pedido do Ministério Público do Trabalho e determinou o bloqueio de R\$ 800 milhões nas contas da Vale. O objetivo é assegurar a indenização de trabalhadores.

A ação também determina que a empresa mantenha o pagamento dos salários a familiares de trabalhadores desaparecidos e custeie possíveis despesas de funeral e traslado de corpos.

Para Fleury, no entanto, ainda que haja garantia do pagamento das indenizações, é preciso rever um dispositivo da reforma trabalhista que limita o valor em até 50 vezes o valor do salário.

“É um retrocesso total. Ele vale menos como trabalhador do que se estivesse como turista”, afirma.

Outro problema, diz, está na distorção em relação aos salários, o que acaba por dividir o trabalhador em “castas sociais”. “Com isso, quanto mais ganha, mais a família vai receber”, diz.

Ele lembra que o próprio governo chegou a editar uma medida provisória alterando o artigo. “Mas a MP caducou”, diz.

Agora, Fleury diz que o Ministério Público do Trabalho deve voltar a questionar o tema. Ele lembra que uma ação que questiona esses limites, ajuizada pela Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho), aguarda análise no STF (Supremo Tribunal Federal).

Em outra frente, afirma, a Procuradoria deve integrar uma força-tarefa em conjunto com o Ministério Público Federal e outras instituições para propor uma reavaliação de todas as barragens de rejeitos no país.

“Para ter ocorrido esse segundo acidente em tão curto espaço de tempo, talvez esses parâmetros técnicos hoje adotados não sejam suficientes”, afirma.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 29/01/2019

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Petrobras pode retomar venda de ações da Braskem

O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, sinalizou que a empresa retomará a proposta de vender sua fatia na Braskem, que havia sido suspensa para estudos pela gestão anterior.

Em encontro na sexta (25), o presidente da estatal disse ainda que a companhia “não é a melhor” em distribuição e analisa a possibilidade de venda da BR Distribuidora.

As afirmações foram feitas em reunião com analistas do mercado financeiro. Em relatórios, dois dos bancos que enviaram representantes dizem que Castello Branco se comprometeu a acelerar o processo de venda de ativos para focar a exploração do pré-sal, que considera a principal atividade da companhia.

A negociação da fatia da estatal na Braskem foi anunciada ainda em 2017, na gestão de Pedro Parente. Em julho de 2018, porém, o então presidente da companhia, Ivan Monteiro, disse à Folha que a proposta seria reavaliada, diante da possibilidade de parceria com a gigante global Lyondell Basell, que negocia a fatia da Odebrecht na companhia.

Na avaliação da gestão atual, a Braskem não é estratégica para a companhia. A decisão pela venda, no entanto, dependerá da proposta da Lyondell Basell pela fatia. A Petrobras tem 36,1% das ações da empresa, na qual divide o controle com a Odebrecht.

“Pré-sal sim, petroquímica não”, disse o presidente da Petrobras, segundo os analistas do UBS Luiz Carvalho e Gabriel Barra. A companhia já se desfez de outros ativos no segmento, como a Petroquímica Suape, como parte de seu plano de desinvestimentos.

Para o analista do Banco do Brasil Investimentos Daniel Cobucci, não é o melhor momento para a venda. “Em nossa opinião, a Braskem está sendo negociada com grande desconto em comparação a seus pares e a Petrobras pode deixar dinheiro na mesa se vender o ativo neste momento.”

Com relação à BR, Castello Branco disse que a atividade de distribuição de combustíveis não é foco da companhia. Segundo os analistas do UBS, ele comentou que a BR tem rentabilidade menor do que os seus concorrentes, o que indica que a Petrobras não é o melhor agente no setor.

No fim de 2017, a estatal vendeu 18,75% do capital da distribuidora por R\$ 5 bilhões. Segundo os analistas, Castello Branco disse que, com relação ao futuro da subsidiária, “todas as opções estão na mesa”.

A possibilidade de venda da BR foi levantada pela primeira vez pelo vice-presidente Hamilton Mourão.

Em suas primeiras entrevistas após a nomeação, Castello Branco disse que o tema seria estudado e reforçou que o foco será a exploração e produção do pré-sal.

Desde que iniciou o programa de venda de ativos, em 2015, a Petrobras já se desfez de campos de petróleo, gasodutos, petroquímicas e ativos em outros países, levantando US\$ 19,8 bilhões (cerca de R\$ 75 bilhões, na cotação atual).

No momento, negocia gasodutos, refinarias e campos de petróleo. Mais adiantada, a venda da malha de gasodutos do Norte e Nordeste à francesa Engie pode render outros US\$ 7 bilhões (R\$ 26 bilhões), segundo estimativa do UBS.

Em seu plano de negócios para o período entre 2019 e 2021, a companhia estima arrecadar US\$ 26,9 bilhões (R\$ 101 bilhões) com venda de ativos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 29/01/2019

Seção: Cotidiano

Autor: João Pedro Pitombo e Thiago Amâncio

Título: Sem tragédias de MG, Vale já tem ações ambientais de R\$ 8 bilhões

Empresa reservou só 0,16% para curto prazo; diferença mostra dificuldade de cobrança

Salvador e São Paulo - Dona da barragem que se rompeu em Brumadinho (MG) e deixou ao menos 65 mortos, a Vale está envolvida em processos ambientais

que podem resultar em condenações de R\$ 7,93 bilhões, sem contar a tragédia de Mariana, em 2015, e a atual.

Apesar disso, a empresa prevê em seu caixa somente R\$ 13 milhões para custear perdas nessas ações no curto prazo — 0,16% do total.

Os recursos estão na rubrica "provisões judiciais" do mais recente balanço financeiro da companhia, publicado em setembro de 2018. O valor inclui processos judiciais e administrativos que ainda estão em litígio nos quais a mineradora pode ganhar ou perder

O balanço diz que as demandas de Mariana não são consideradas na conta porque não é possível fazer uma estimativa confiável de quanto a companhia pode perder financeiramente nesses processos.

A Vale é dona de metade da Samarco, proprietária da barragem de Fundão, que se rompeu em Mariana. A outra metade pertence à BHP Billiton

A discrepância entre o valor total das ações e o que a Vale reservou para pagá-las reflete a dificuldade de efetivar o pagamento por danos ambientais, seja em processos judiciais ou administrativos.

A questão ganha relevância no momento em que a empresa é alvo de diversas decisões judiciais para bloqueio de contas em razão da tragédia de Brumadinho. Desde o desastre, R\$ 11,8 bilhões foram bloqueados da Vale, sendo R\$ 5 bilhões para compensação de danos ambientais.

A disparidade entre o que é cobrado e o que é pago no setor fica evidente ao se analisar as cobranças feitas após a tragédia de Mariana. Só em multas aplicadas por órgãos ambientais pelo desastre, a Samarco deve R\$ 610 milhões.

Desde novembro de 2015, a empresa foi multada 56 vezes pelo Ibama e pela Semad (secretaria de meio ambiente de MG) e pagou apenas parte de uma única multa — 5,6% do valor total devido.

Do Ibama, foram 25 autos de infração, que somam R\$ 346 milhões. O instituto notificou a empresa 73 vezes e a Samarco recorreu de todas essas multas. Segundo o órgão do governo federal, a mineradora busca "afastar sua responsabilidade pelo desastre." O Ibama diz que medidas legais estão sendo tomadas para cobrar a empresa.

A Semad, do governo mineiro, aplicou outras 31 infrações, que somavam R\$ 370 milhões. Algumas foram canceladas na Justiça ou tiveram seus valores alterados. Segundo último balanço, as multas restantes somavam R\$ 306 milhões.

Só foram pagos R\$ 41 milhões desse valor, segundo o governo, parte da primeira multa, de R\$ 112,7 milhões, que foi parcelada em 60 vezes — 17 parcelas foram pagas.

Além das multas por órgãos ambientais, a Samarco foi ainda alvo de uma série de processos na Justiça. Num deles, logo após o rompimento da barragem, o Governo Federal e os governos de Minas e Espírito Santo ajuizaram uma ação civil pública contra a empresa, a Vale e a BHP no valor de R\$ 20,2 bilhões.

Em maio de 2016, o Ministério Público Federal ajuizou uma ação em que pedia pagamento de dano moral coletivo na ordem dos R\$ 155 bilhões.

Em junho de 2018, a Samarco, suas controladoras, os ministérios públicos Federal, de Minas Gerais e do Espírito Santo, as defensorias públicas da União e dos dois estados e as advocacias públicas da União e dos dois estados fecharam um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) extinguindo a primeira ação, de R\$ 20,2 bilhões, e suspendendo a segunda, de R\$ 155 bilhões.

A Samarco e suas controladoras também enfrentam processos na Inglaterra e nos Estados Unidos, sob acusação de que a empresa teria feito declarações falsas ou que deixou de divulgar o risco real da barragem do Fundão.

Reportagem do jornal Estado de Minas de novembro mostrou que a Renova, fundação criada para reparar os danos da barragem de Mariana, condicionava a liberação da ajuda à desistência de processos judiciais.

Nenhum executivo da Samarco ou da Vale, nem ninguém da VogBR (empresa responsável por atestar a estabilidade da barragem que ruiu em Mariana) foi preso ou responsabilizado criminalmente. Em 2016, 22 pessoas se tornaram réus. Em 2018, começaram as audiências do caso, mas a ação foi temporariamente suspensa e não há prazo para ser retomada.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 29/01/2019

Seção: Cotidiano

Autor:

Título: Valor total de ações contra empresa é de R\$ 60 bilhões

De acordo o balanço financeiro mais recente, a Vale é alvo de ações que somam R\$ 60 bilhões. O valor, chamado potencial passivo, inclui ações ambientais, trabalhistas, cíveis e tributárias. Desse total, empresa tem R\$ 5,2 bilhões em caixa para saldar as perdas decorrentes de procedimentos nos quais a mineradora avalia que tem mais chance de revés em curto prazo.

Outros R\$ 54 bilhões estão classificados na rubrica "passivos contingentes", relacionados a causas cuja expectativa de perda é classificada como possível, mas a companhia entende que não é necessário prever recursos em caixa para saldá-las.

O grosso do passivo é relacionado a ações tributárias, cujos valores chegam a R\$ 36,3 bilhões. No campo trabalhista, as causas em andamento chegam a R\$ 8,5 bilhões.

A Vale ainda é parte em 44 ações que constam no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, base de bancos do Tribunal Superior do Trabalho que reúne pessoas ou empresas que são devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista transitada em julgado. O rompimento da barragem em Brumadinho deve aumentar exponencialmente esse número.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 29/01/2019

Seção: Cotidiano

Autor:

Título: Vale não responde; Samarco diz que 'há aspectos' em análise

OUTRO LADO

A Vale, responsável pela barragem que se rompeu em Brumadinho e deixou dezenas de mortos, não respondeu aos pedidos da reportagem.

Sobre as multas ambientais que não foram pagas, a Samarco, controlada pela Vale e pela BHP Billiton, afirmou que "há aspectos jurídicos em análise" e que cerca de R\$ 45 milhões foram pagos em MG.

Além disso, afirma que, até dezembro, a Fundação Renova, instituição criada para reparar os danos do rompimento da barragem do Fundão, gastou R\$ 5,2 bilhões nas ações de reparação. A empresa disse que não comentaria a ação penal em curso.

Sobre a pressão para que prefeitos desistissem de ações, a Renova afirmou que esses processos inviabilizam o cumprimento de um acordo fechado com a Justiça Federal e que a proposta "permite a concretização do acordo resultante do longo processo de discussão."

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 29/01/2019****Seção: Cotidiano****Autor: Fernando Tadeu Moraes e Talita Fernandes****Título: Governo Bolsonaro modera discurso sobre licenciamentos**

Brasília- Após a tragédia de Brumadinho (MG), o governo federal passou a modular o discurso crítico ao licenciamento ambiental e defende agora facilitar licenças apenas para empreendimentos de baixo impacto. Durante e após a campanha, Jair Bolsonaro (PSL) repetiu diversas vezes que pretendia rever as regras de licenciamento.

"Essa questão de licença ambiental atrapalha quando um prefeito, governador, presidente, quer fazer uma obra de infraestrutura", disse Bolsonaro em dezembro.

À Folha, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, disse que a proposta é facilitar o licenciamento de atividades de menor impacto, e deu como exemplo a agropecuária, para a qual bastaria uma autodeclaração. Salles foi apoiado pela bancada ruralista.

Tais declarações também são repetidas por outros ministros. Salles, no entanto, nega que haja uma mudança no discurso governamental e diz que as falas do presidente foram mal interpretadas.

O argumento de Salles para a proposta de flexibilização é que a mudança liberaria profissionais para os licenciamentos considerados de médio e alto risco. Tal medida, no entanto, teria pouco efeito na atuação do Ibama, que é responsável, na grande maioria dos casos, pelo licenciamento de empreendimentos complexos, de grande porte e de maior impacto, como hidrelétricas e linhas de transmissão.

Em geral, os licenciamentos de baixo risco são realizado por estados e municípios.

Hoje, a lei já prevê processos simplificados para obras de baixo impacto, a chamada licença única, em contraposição à licença trifásica, que consiste em autorização prévia, de instalação e de operação.

Reservadamente, membros do governo na área ambiental dizem acreditar que a tragédia de Brumadinho deve levar a uma moderação do Planalto nas críticas à fiscalização realizada pelo Ibama.

O presidente se notabilizou por denunciar, durante a campanha, uma suposta indústria da multa no órgão federal. Em janeiro de 2012, Bolsonaro foi multado em R\$ 10 mil pelo Ibama por pesca ilegal numa estação ecológica protegida. A multa, no entanto, foi anulada neste mês após parecer da Advocacia-Geral da União.

A Folha apurou que Salles quer criar regras para punir fiscais que apliquem multas consideradas inconsistentes pela pasta. O plano é responsabilizar servidores que tenham autos de infração revertidos em outras instâncias.

Salles foi alvo de investigação da Promotoria de SP quando secretário estadual do Meio Ambiente, sob suspeita de ter escondido alterações no zoneamento do rio Tietê, que afrouxariam a proteção a essas áreas. À época, ele negou irregularidades.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 29/01/2019

Seção: Cotidiano

Autor: Fabrício Lobel

Título: Cresce pressão por investigação criminal de executivos da Vale

Especialistas preveem embate jurídico em torno de acusação de homicídio

São Paulo- Três dias após o desastre de Brumadinho (MG), cresce a pressão para a abertura de inquéritos que visam responsabilizar criminalmente os executivos da Vale.

Para especialistas ouvidos pela Folha, além de gerar indenizações e multas, os crimes causados pela tragédia podem levar a um processo penal ainda mais sério, com a implicação de executivos por homicídio com dolo eventual.

A primeira demonstração do aumento de tom nessa discussão foi dada pela procuradora-geral da República, Raquel Dodge, nesta segunda-feira (28). Segundo ela, executivos da mineradora podem ser responsabilizados na esfera criminal individualmente pela tragédia.

Afala é nitidamente mais firme do que o pronunciamento feito por ela à imprensa em Brumadinho no fim de semana, quando evitou falar em crimes e disse que era prematuro identificar os responsáveis.

Dodge disse agora que o Ministério Público atuará nas esferas administrativa, civil e criminal. "É preciso responsabilizar severamente, do ponto de vista indenizatório, a empresa que deu causa a este desastre e também promover a persecução penal", declarou após um evento em São Paulo.

Ela afirmou ainda que, junto com o presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de justiça, Dias Toffoli, buscará que a responsabilização dos infratores seja a prioridade da justiça.

"Me parece que há uma cadeia de responsabilidades que precisa ser esclarecida e bem definida para que todos os envolvidos sejam efetivamente responsabilizados", disse, ressaltando a palavra "todos".

Agora, para Dodge, um dos objetivos é definir quais são as implicações trabalhistas, civis e criminais do caso.

Até mesmo o lugar onde foi construído o centro administrativo da Vale, logo abaixo da barragem, deve ser considerado no inquérito criminal.

O relator especial da ONU para o direito humano em relação a substâncias tóxicas também cobrou nesta segunda que a tragédia seja investigada como um crime. "O Brasil deveria ter implementado medidas para prevenir colapsos de barragens mortais e catastróficas após o desastre da Samarco de 2015", disse o turco Baskut Tuncak à BBC Brasil.

As declarações vieram no mesmo dia em que o advogado da Vale, Sergio Bermudes, disse que empresa não enxerga sua responsabilidade no rompimento da barragem.

"A Vale não enxerga razões determinantes de sua responsabilidade. Não houve negligência, imprudência, imperícia", afirma o defensor.

Mais tarde, a empresa informou que não reconhecia as declarações de Bermudes e o desautorizava a dar declarações em nome da empresa.

A fala dele, diz a advogada Vanessa Hasson, parece ter vindo de quem ignora o direito ambiental. A responsabilidade sobre o ocorrido é objetiva e decorre da própria prática da atividade. Nem mesmo casos de força maior são reconhecidos na jurisprudência como exceção a esse entendimento. Ou seja, quando a empresa assume a atividade com risco poluente, ela assume responsabilidades objetivas", afirma ela que é especialista em direito ambiental.

Hasson lista como crimes ambientais o fato de matar, impedir a procriação ou destruir o criadouro da fauna e flora, provocar a morte de espécimes aquáticos, danificar ou destruir vegetação de mata atlântica e causar poluição que possa resultar em danos à saúde humana ou a mortandade de animais.

Para o especialista em direito ambiental, Fernando Dantas, porém, os crimes ambientais em Brumadinho podem ter um desdobramento ainda mais grave na justiça, devido a ocorrência de mortes.

"É cedo para se atribuir responsabilidades. Mas se for demonstrado que o fato foi ocasionado, por exemplo, a partir de omissão, negligência ou de questões como a falsificação de documentos, o que se infere é que o caso deságue em um processo de homicídio com dolo eventual", diz o advogado do escritório Carvalho Dantas e Palhares.

O discurso de Dodge e do defensor da Vale, afirma Dantas, dão uma prévia de que é uma disputa jurídica está em curso.

Segundo Dantas, o que determinará o sucesso dessa acusação será o conjunto de provas levantadas desde a fase de perícia. Para efeito de comparação, no desastre de Mariana o Ministério Público chegou a pedir a condenação dos réus por homicídio, mas depois mudou a tipificação do crime. O caso está suspenso e sem data para ser retomado.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 29/01/2019

Seção: Cotidiano

Autor:

Título: Lama chega ao São Francisco no meio de fevereiro

São Paulo- A lama com os rejeitos de minério de ferro da barragem da Vale que rompeu na última sexta (25) em Brumadinho (MG) deve chegar à usina hidrelétrica de Três Ma-rias, no rio São Francisco, entre os dias 15 e 20 de fevereiro.

A previsão consta num boletim de monitoramento do rio Paraopeba divulgado na tarde desta segunda (28) pelo CPRM (Serviço Geológico do Brasil), estatal vinculada ao **Ministério de Minas e Energia**.

O rio Paraopeba, que passa por Brumadinho e carrega a lama com os rejeitos, é um dos principais afluentes do São Francisco.

Antes de chegar a Três Ma-rias, usina administrada pela Cemig, a lama, que se desloca a 1km/h, deve passar pela região de São José da Varginha nesta terça (29) e pela hidrelétrica de Retiro Baixo, operada por Furnas, entre 5 e 10 de fevereiro.

É a primeira vez que a informação de que a lama chegará ao São Francisco, que se baseia nas condições verificadas pelos pesquisadores no final da manhã desta segunda, é divulgada por um órgão governamental. As previsões serão atualizadas diariamente.

Mais cedo, o secretário de Geologia, Mineração e Transformação Natural do **Ministério de Minas e Energia**, Alexandre Vidigal, havia avaliado que os rejeitos não deveriam chegar à usina de Três Marias.

No domingo (27) o ministro do Desenvolvimento Regional, Gustavo Canuto, chegou a afirmar que a probabilidade da lama alcançar o São Francisco era reduzida.

Segundo ele, a expectativa é que a chegada dos rejeitos à usina de Retiro Baixo amortecia o escoamento da lama.

A ANA (Agência Nacional de Águas) soltou uma nota no início da noite desta segunda (28) informando que, a depender de sua operação, a usina de Retiro Baixo realmente pode amortecer a onda de lama.

Além disso, informou que "está-se avaliando, ainda, se a onda de rejeitos alcançará o reservatório da usina de Três Marias, no rio São Francisco".

Furnas, que chegou a interromper as atividades em Retiro Baixo na sexta e as retomou no dia seguinte, informa que a Retiro Baixo está avaliando o deslocamento e a densidade da lama que segue em direção à usina e que não há risco estrutural para a barragem.

A empresa afirma também que seus técnicos ainda estão fazendo cálculos, considerando diversos cenários possíveis da chegada da lama ao local, "para determinar quais padrões operativos seguir, visando a segurança das pessoas, do meio ambiente e dos equipamentos".

Até a noite desta segunda, os corpos de 65 vítimas do rompimento da barragem já haviam sido encontrados. Desses, 31 já foram identificados, segundo o Corpo de Bombeiros.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 29/01/2019

Seção: Cotidiano

Autor: Artur Rodrigues

Título: Irmão de auxiliar de Bolsonaro fez contrato ligado à barragem

Projeto previa explorar rejeitos na área da tragédia em MG; empresa de deputado do PT também participou

São Paulo- Uma empresa da família de um dos principais articuladores políticos do governo Jair Bolsonaro (PSL), o deputado federal Leonardo Quintão (MDB-MG), teve contrato para explorar a bacia de rejeitos do Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG), onde a barragem da mineradora Vale se rompeu na sexta (25).

O contrato deu origem a um projeto de exploração dos rejeitos, que ocorreu em 2014 — antes da tragédia que deixou ao menos 65 mortos e 279 desaparecidos.

O parlamentar, que foi relator do Código da Mineração, e hoje ocupa a Subchefia de Assuntos Parlamentares da Casa Civil, subordinado direto ao ministro Onyx Lorenzini (DEM), tem relação próxima com mineradoras: campanha foi financiada por empresas do setor.

A empresa Elijah Administração e Participações LTDA, de Rodrigo Quintão, irmão do deputado, fechou um "memorando de entendimentos" com a mineradora Green Metals Soluções Ambientais para explorar rejeitos de propriedade da Vale na bacia do Córrego do Feijão.

Uma empresa do deputado estadual eleito por Minas Virgílio Guimarães (PT) também participou do negócio. Segundo Guimarães, a Brasil Século 21 Consultoria LTDA teve apenas papel de estruturação nos negócios. "Uma das coisas que me pareceu na ocasião por volta de 2012,2013, é que tinha uma enorme possibilidade de exploração mas-siva de rejeitos", diz.

Segundo ele, o projeto acabou não indo adiante. "Infelizmente, porque, se tivesse ido para frente, esse acidente não teria ocorrido", diz.

O plano era implantar um projeto de beneficiamento de rejeitos a seco. Rodrigo Quintão disse à Folha que o projeto foi inviabilizado por questões econômicas.

"Começamos [o projeto]. Entretanto, devido à crise alguns anos atrás, com a queda do preço do minério, a operação foi inviabilizada. Só chegamos a fazer os testes", disse.

Rodrigo atua com várias empresas relacionadas à mineração, enquanto o irmão tem a área como foco em sua atuação no Congresso.

Embora ambos não sejam sócios em empresas mineradoras, os irmãos têm negócios em comum em outras áreas. Além disso, Rodrigo doou, em 2014,

R\$ 160 mil, em valores corrigidos, à campanha do irmão — 40% do arrecadado pelo deputado em 2014 veio do setor da mineração.

Rodrigo critica supostas distorções, em associações entre seu trabalho e o do irmão, que hoje faz a interlocução do governo Bolsonaro com o Senado. "Tenho ônus por ser irmão do Leonardo, que tem uma vida independente da minha", diz. "Em Minas Gerais, [a mineração] é um setor que é importante. O Leonardo lutou pelo interesse do estado, mas as pessoas distorcem as coisas".

Leonardo Quintão, que foi relator do Código da Mineração, afirmou em audiência pública defender o setor.

"Não tenho nenhuma vergonha de ser financiado, dentro da lei, por mineradoras. Nosso projeto impede e inibe toda e qualquer especulação no setor mineral", disse. "Eu defendo, sim, o setor mineral, respeitando as leis brasileiras".

Segundo reportagem da BBC Brasil, o Código da Mineração foi escrito em computadores do escritório de advocacia Pinheiro Neto, que tem como clientes mineradoras como Vale e BHP.

O parlamentar teve representação para investigação na Comissão de Ética arquivada em 2014.

O deputado afirmou, em mensagem de texto, que retornaria ligação da Folha, mas não o fez até anoite desta segunda. Procurada, a Vale também não se manifestou sobre o acordo com as empresas para exploração de rejeitos em sua propriedade em Brumadinho.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 29/01/2019

Seção: Cotidiano

Autor: Rubens Valente, Gabriel Alves e Daniela Kiesch

Título: Equipamentos israelenses não são efetivos, diz comandante

Embaixador de Israel no Brasil rebateu críticas e afirmou que há ciúmes

BRUMADINHO (MG), SÃO PAULO E TEL AVIV (ISRAEL)- Os equipamentos levados de Israel para Brumadinho (MG) não são efetivos para esse tipo de desastre,

disse o comandante das operações de resgate, o tenente-coronel Eduardo Ângelo.

"O ministro de Israel se pronunciou a respeito das dificuldades que eles tiveram. O imagiador que eles têm pegam [identificam] corpos quentes, e todos os corpos [na região] são frios. Então esse já é um equipamento ineficiente". Indagado sobre que outros equipamentos israelenses podem ser usados nas buscas, o comandante afirmou: "Dos equipamentos que eles trouxeram, nenhum se aplica a esse tipo de desastre".

O militar reconheceu que o detector de imagens poderia ser eficaz para localização de sobreviventes, já que capta o calor humano. No entanto, nenhum sobrevivente foi localizado pelas buscas nas últimas 48 horas. "O que faz a imagem é a temperatura. Quando a temperatura está homogênea é como se não houvesse nada no solo".

O comandante, porém, disse que o apoio dos israelenses é importante e funciona "como mão de obra".

Yossi Shelley, embaixador de Israel no Brasil, rebateu as afirmações de Ângelo. Disse que a missão do país já encontrou cinco corpos em poucas horas de atuação e que há pessoas com ciúmes.

"Israel tem todo o equipamento necessário para salvar vidas, inclusive para mergulhar na lama. Essa notícia que saiu é fake news."

A equipe da Força de Defesa de Israel (FDI) trouxe ao país um sistema de localização de sinal de celular e estratégias de resgate com cordas e construção de bases para operações na água, além de drones.

"Vamos deixar de lado as pessoas que querem brigar. Nós faremos o trabalho que é preciso fazer e os resultados virão ao longo dos próximos dias. Nossas ações mostram a grande cooperação e o grande coração de Israel. Não precisamos escutar as pessoas que estão com ciúmes. Fazemos tudo com o coração", disse Shelley.

"Em outros países recebemos só elogios, como no México, nas Filipinas. Quem estiver frustrado com a melhora no relacionamento entre Israel e Brasil que se acostume e "engula o chapéu"."

O comandante das operações voltou a dizer que são pequenas as chances de achar sobreviventes. "O que a literatura [científica] fala é que após 48 horas a chance é quase nula. Há registro de pessoas que foram encontradas vivas dias depois, mas é um ponto fora da curva."

A delegação israelense que chegou no domingo (27) a Minas Gerais tem cerca de 130 soldados e oficiais reservistas, entre eles especialistas em engenharia, médicos e pessoal de resgate, além de soldados da Unidade Canina Oketz (picada, em hebraico), bombeiros da Brigada de Incêndio Lehava (chama) e membros da unidade submarina da Marinha. Ela é chefiada pelo comandante da Unidade Nacional de Resgate, o coronel (Res.) Golan Vach.

A brigada é conhecida pela mobilização rápida, pesquisa de engenharia de edifícios, pelas provisões de assistência médica e o uso de equipamentos tecnológicos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 29/01/2019

Seção: Cotidiano

Autor: Carolina Linhares

Título: 'Não esperem nada da Vale', diz promotor de Mariana

Brumadinho (MG)- "Não esperem da Vale nada. Vocês que vão conseguir, unidos, resolver o problema de vocês", disse o promotor do Ministério Público de Minas Gerais, André Sperling, a cerca de 200 atingidos pelo rompimento da barragem da Vale, na sexta (25), em Brumadinho.

Na tarde desta segunda (28), os atingidos do bairro Parque da Cachoeira fizeram sua segunda assembleia sobre o caso e receberam orientação do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Ordem dos Advogados do Brasil e do Movimento dos Atingidos por Barragens.

À noite, a companhia afirmou que doará R\$ 100 mil a parentes de cada vítima do rompimento da barragem (leia mais em Mercado). Autoridades confirmam 65 mortos e 279 desaparecidos.

Uma funcionária da Vale, designada para ser o canal com a comunidade na assembleia, respondeu a questionamentos dos moradores, prometendo resolver problemas. Foi a primeira comunicação direta efetiva da mineradora com os atingidos desse bairro desde sexta.

Lauriane Pereira, 34, perdeu a casa em que vivia com o marido e dois filhos. "Não levamos nem documento", diz, ao narrar a correria quando viram a lama se aproximando. Cerca de 30 casas foram destruídas no bairro.

Ela não sabia, por exemplo, que existe um centro de apoio da Vale em Brumadinho, onde ela pode solicitar estadia em hotel. Atingidos e familiares de vítimas reclamam da falta de informações por parte da empresa.

"A gente tem uma bagagem do acidente de Mariana e muitos erros estão propensos a acontecerem aqui igual aconteceram lá. A nossa atuação aqui é desde o início para tirar o protagonismo das empresas e passar para os atingidos", disse Aylton Magalhães, defensor público.

"Nada vai ser de mão beijada. Vocês precisam formar uma comissão e se manter unidos. Normalmente, os culpados tentam dividir a comunidade, por exemplo, dando auxílio emergencial para uns e não para outros", afirmou Sperling, também antecedendo situações de Mariana.

No domingo (27), representantes da Vale estiveram no centro comunitário do bairro para cadastrar atingidos. O cadastro, porém, foi considerado insuficiente pelo Ministério Público em Mariana, por não conseguir abranger os danos sofridos pelas famílias.

Organizou-se então uma primeira assembleia e ficou definido que a comunidade, órgãos públicos e empresa se reuniriam novamente nesta segunda para listar demandas e estabelecer uma comissão de representantes.

"Não é o momento de fazer cadastramento com a Vale. Vocês vão buscar indenização por meio de uma assessoria técnica escolhida por vocês, com assistente social, advogado, engenheiro. Não é a Vale que vai dizer o direito que vocês têm, são vocês", completou Sperling.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 29/01/2019

Seção: Colunas

Autor: Alberto Bombig

Título: » Reforço.

Coluna do estado

A Vale contratou Nizan Guanaes após o acidente de Brumadinho (MG). O marqueteiro, célebre entre outras coisas pelo jingle "adoro pizza com guaraná", já se reuniu com a direção da empresa.

COM JULIANA BRAGA E MARIANNA HOLANDA. COLABOROU RAFAEL MORAES MOURA

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 29/01/2019****Seção: Colunas****Autor: Eliane Cantanhêde****Título: Tragédia sem ideologia**

Em entrevista à Rádio Eldorado, o ministro Ricardo Salles disse que o meio ambiente "não é questão de direita e esquerda" e "não pode ser capturado por barreiras ideológicas". Quem haveria de discordar? O ministro tem toda razão, mas nem por isso deixou de jogar pesadas críticas sobre a esquerda.

Segundo ele, a esquerda tem mania de se apossar da defesa do ambiente como se fosse a única preocupada com a preservação do planeta, mas, ora, ora, tanto a tragédia de Mariana quanto a de Brumadinho ocorreram ou durante ou em seguida aos governos da petista Dilma Rousseff em Brasília e Fernando Pimentel em Minas.

Logo, o ministro não quer que a discussão seja entre esquerda e direita, mas ele bem que deu um empurrãozinho para que assim seja. E lembrou que, logo no início, o presidente Jair Bolsonaro sobrevoou a região mineira e sete ministros foram pessoalmente lá. Tomara que esse empenho no calor dos acontecimentos decante em medidas realmente eficazes.

Já imaginaram uma terceira Mariana? Quem também foi pessoalmente a Brumadinho foi ex-ministra Marina Silva, que é uma das principais referências brasileiras do setor no cenário internacional, mas foi bastante criticada por omissão no desastre de Mariana e desta vez ficou esperta. Em outras palavras, ela também disse à Rádio Eldorado que a questão não é de direita ou esquerda e apontou o dedo em várias direções.

Segundo Marina, "é um erro demonizar os agentes ambientalistas" e há três culpados no rompimento de represas: a ganância do setor privado, a falta de ética na política e a flexibilização oportunista de regras pelo setor público. Como ministra de Lula, e ainda no PT, Marina vivenciou intensos debates e embates com Dilma, chefe da Casa Civil. Uma exigia rigor nos licenciamentos e na fiscalização.

A outra, pretendendo-se mais pragmática, queria apressar licenças e agilizar empreendimentos. A questão central, portanto, não é ideológica, é o velho embate entre ambientalistas, chamados de "puristas" (ou "sonháticos"?), e os que defendem "passar o trator" e dar toda a prioridade a represas, plantações, pecuária. O "desenvolvimento" a qualquer custo.

Como novo ingrediente, o governo Bolsonaro demonstra desdém pelo meio ambiente, quase empurrou a pasta para a Agricultura e abriga um chanceler que acusa o "ambientalismo" de ser uma espécie de facção da esquerda mundial para destruir o Ocidente. Para Marina, Brumadinho é um alerta para o governo Bolsonaro, que "sucateou e diminuiu o ministério de alto a baixo".

Ela exemplificou: a Agência Nacional de Águas e o Serviço Florestal saíram da pasta e os contratos com ONGs ambientalistas foram suspensos. E cutucou: "Pela primeira vez um ministro do Meio Ambiente assumiu com discurso de interesse dos ruralistas". Para Salles, o alerta é "para toda a sociedade".

Mas, com tantos mortos e centenas de desaparecidos, que Brumadinho sacuda os poderosos, provoque debates, gere punições e, sobretudo, lembre a todos, principalmente ao novo governo, sim, que Meio Ambiente não é uma questão supérflua, diletante nem coisa de esquerdopatas. Assim como mata pessoas e destrói famílias inteiras, ameaça o próprio futuro do planeta e da humanidade.

Discutam muito senhores e senhoras de esquerda e de direita, mas que o setor privado não privilegie a ganância em detrimento da vida, os governos não flexibilizem regras para favorecer negócios e os políticos tenham ética e respeitem seus mandatos e seus eleitores. Utopia? Pode ser. Mas não há alternativa: é salvar ou salvar o futuro da humanidade.

Quem ameaça-lo e quem for culpado por tragédias e mortes não apenas deve, mas tem de ser punido pesadamente. Aliás, e os culpados por Mariana, por onde andam?

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 29/01/2019

Seção: Colunas

Autor: Aline Bronzati, Cynthia Decloedt e Fernanda Guimarães

Título: Direção da Vale tem seguro de reputação de US\$ 150 mi

Coluna do broadcast

Os executivos da Vale contam com seguro para proteger seus bens de atos e decisões em suas funções (D&O, na sigla em inglês) em cerca de US\$ 150 milhões. É o chamado seguro de reputação e que pode ser usado após a tragédia em Brumadinho (MG). Antes do desastre de Mariana, há três anos, o proteção chegava a US\$ 200 milhões. Desde o desastre de 2015, a Vale teve de diminuir a cobertura e passou a pagar mais. Para se proteger, a mineradora chegou a pagar US\$ 1,39 milhão para a vigência da apólice entre 2015 e 2016. Essa conta, porém, subiu bastante com a percepção de maior risco da atividade mineradora e chegou a US\$ 2,22 milhões para o contrato 2017/2018, conforme

informações mais recentes. Nos últimos anos, a apólice esteve nas mãos de seguradora Zurich.

» Guarda-chuva. O seguro protege executivos da mineradora de prejuízos por reclamações em virtude de atos ou omissões culposas ocorridos no exercício de suas funções. Estão no grupo de protegidos os membros do Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e de qualquer outro órgão estatutário, além de alguns funcionários de níveis estratégicos e gerenciais. O seguro cobre, inclusive, custos de defesa dos segurados.

» Só que não. Analistas do mercado atentam para o risco de a tragédia de Brumadinho motivar uma onda de processos judiciais contra a mineradora. Representantes do governo também já afirmam que executivos da Vale podem ser responsabilizados pessoalmente pelo ocorrido. Quando o presidente da mineradora, Fabio Schvartsman, tomou posse em maio de 2017, disse que o lema da mineradora passaria a ser "Mariana nunca mais".

» Colchão. A Vale oferece ainda um "Contrato de Indenidade" para membros do Conselho de Administração e Diretores Executivos. Por esse acordo, a mineradora se responsabiliza por gastos "razoáveis" e valores que estes sejam condenados a pagar em virtude de inquérito, processos administrativos e/ou judiciais por ações ou omissão no exercício de suas funções. Procurada, a Vale não comentou. A Zurich também não se manifestou.

» Help me! Seguradoras e resseguradoras já procuram escritórios de advocacia diante da tragédia de Brumadinho. Como há vários agentes envolvidos nos seguros, o sinistro, estimado em bilhões de dólares, deve movimentar também o meio jurídico. Na apólice de dano material, a líder é a Chubb Seguros, ao lado de Mapfre, Swiss Re Corporate Solutions, que tem a Bradesco Seguros como sócia, e FM Global. O resseguro está com o IRB Brasil Re e outras 15 resseguradoras. Já o contrato de responsabilidade civil é da Allianz, com resseguro intragrupo.

» Efeito dominó. Nesses casos, explica um especialista do setor, é acionada a chamada "cláusula de seguir a sorte", conhecida como follow the fortune: resseguradoras seguirão exatamente a decisão das seguradoras, respondendo automaticamente pelo quinhão do risco que assumiram no contrato. Ou seja, se a seguradora pagar, a resseguradora também o fará sem questionamentos. Note-se que a maior parte do prejuízo deve sobrar para a própria Vale, uma vez que o mercado securitário impôs restrições após o desastre de Mariana.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 29/01/2019****Seção: Colunas****Autor: Sonia Racy****Título: Lista de tarefas**

Direto da fonte

Uma das primeiras coisas que Fabio Schvartsman fez ao assumir a Vale, em maio de 2017, foi tomar medidas para que tragédias como a de Mariana não se repetissem. Trabalhou para garantir que as barragens fossem seguras. Como? Segundo se apurou, foi iniciativa do executivo contratar estudos sobre a situação das barragens. O resultado final foi o de que a empresa de mineração estaria cumprindo todos os protocolos técnicos de contenção exigidos. O que leva a crer – ante o crime ambiental em Brumadinho – que estas diretrizes estão erradas e terão de ser revistos com urgência máxima.

Ação latente

Além das ações que o MPF deve ajuizar por conta de Brumadinho, a mais recente tragédia pode reascender uma ação de indenização de R\$155 bilhões contra Vale, BHPB e Samarco pela tragédia de Mariana. Ajuizada em maio de 2016, a ação foi suspensa... provisoriamente, em agosto. A ideia era levar até dois anos na negociação de um acordo em torno de reparação dos danos.

Caminho livre

O processo movido pela Caixa contra Andre Laloni, cotado para ser vice-presidente do banco, foi extinto em 2017. O ex-UBS devia pouco mais de R\$ 200 mil ao banco desde 2013, não pagou, foi acionado e acabou fazendo acordo.

Impedida

Luísa Mell não poupou adjetivos negativos sobre tratamento pela Vale a protetores dos animais. Segundo a ativista, ela e sua equipe estão sendo sabotados. "Viemos voluntariamente, compramos tapumes – que a empresa se negou a comprar – e eles não nos deixam nem mapearmos os animais", afirmou à coluna ontem.

Impedida 2

Luísa desconfia que a Vale não quer que se filme tragédia. "Não queriam que entrássemos com celular", conta, frisando que a empresa desmarcou voo de helicóptero sem explicações "A Vale, que é bilionária, só cedeu um dos 16

helicópteros. Queríamos trazer um particular, mas o espaço aéreo está fechado".

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 29/01/2019

Seção: Notas e Informações

Autor:

Título: Quando a impunidade mata

O Brasil parece incapaz de punir quem age de maneira irresponsável e coloca em risco a vida de terceiros. Se o fizesse, conforme mandam a lei e os imperativos morais, quase com certeza tragédias como a ocorrida em Brumadinho (MG) não ocorreriam. Em meio à comoção geral que esses terríveis eventos suscitam, autoridades se apressam a prometer rigor na investigação dos fatos, na identificação dos culpados e na edição de medidas para impedir que os desastres se repitam.

As empresas envolvidas pedem desculpas e se comprometem a renovar seus protocolos de segurança, e o Ministério Público promete caçada implacável aos criminosos. O País já viu esse filme incontáveis vezes, sempre com o resultado da impunidade geral. Espera-se que, ante as centenas de vítimas soterradas sob 12 milhões de metros cúbicos de lama e rejeitos de mineração, nesse desastre de proporções inéditas que cobriu o País de vergonha e indignação, os responsáveis sejam devidamente castigados, à altura do crime cometido.

Pois é de crime que se trata. Mas o fato é que, passados alguns dias da ruptura da barragem da mineradora Vale, tudo se repete como nas tragédias anteriores. O presidente da Vale, Fabio Schvartsman, pediu "desculpas a todos os atingidos, à sociedade brasileira", embora considere o desastre "indesculpável". Em seguida, porém, assegurou que a Vale, "uma empresa muito séria", "fez um esforço imenso" e tomou "uma lista infundável de ações" para "deixar nossas barragens na melhor condição possível" – tudo isso, disse o executivo, "especialmente depois de Mariana".

A cidade mineira de Mariana virou sinônimo de tragédia ambiental em novembro de 2015, quando houve ali a ruptura de uma barragem de rejeitos de mineração, soterrando sob 43 milhões de metros cúbicos de lama vários distritos da região, matando 19 pessoas e causando o que até agora era considerado o maior desastre ambiental da história do Brasil. A barragem era

de responsabilidade da mineradora Samarco, controlada por uma joint venture entre a Vale e a mineradora anglo-australiana BHP Billiton.

Na ocasião, a direção da Samarco também garantiu ter cumprido todas as exigências de segurança para prevenir acidentes como aquele. Ou as empresas envolvidas nessas tragédias faltam com a verdade quando dizem ter seguido todos os procedimentos de segurança, ou esses procedimentos são evidentemente insuficientes. Tanto em Mariana como em Brumadinho, as barragens eram consideradas de "baixo risco" de acidente pelas autoridades responsáveis pela fiscalização. Não é preciso ser especialista para concluir que há algo de errado nessas avaliações, até porque, nos dois casos, não houve acidente natural.

O que houve foi a escolha deliberada de tipos de barragem de baixo custo e alto risco, acrescida de fiscalização e controle no mínimo desidiosos. Depois do que aconteceu em Mariana, esperava-se que a comoção nacional gerasse ações concretas para impedir sua repetição. Na ocasião, constatada a insuficiência da fiscalização, foram feitas promessas de maior rigor na manutenção das barragens e garantiu-se que haveria reparação para as famílias atingidas.

Três anos depois, a fiscalização continua insuficiente, poucas famílias receberam indenização e nenhum executivo ou autoridade respondeu por seus atos ou omissões. O governo montou um "gabinete de crise" para acompanhar os desdobramentos do desastre de Brumadinho, mas a maior crise a ser administrada é moral, e isso "gabinete de crise" nenhum será capaz de fazer.

A tragédia de Mariana, os deslizamentos de terra que mataram centenas de pessoas em morros do Rio de Janeiro, o incêndio da boate Kiss, que matou 242 pessoas há cinco anos, e outras catástrofes que revoltaram os brasileiros nos últimos tempos têm algo em comum entre elas, além do grande número de vítimas: em nenhum dos casos, os responsáveis foram punidos. E a sequência dos casos sinistros é a evidência de que "fiscalização", para o poder público, é um amontoado de letras sem qualquer significado.

Agora, no caso de Brumadinho, urge que o Estado aja com firmeza para que os culpados realmente paguem pelo que fizeram – dos empresários que, além de arriscar seus capitais, colocaram vidas em perigo, até os funcionários públicos, que se omitiram criminosamente. Aí está a chave para evitar que tais desastres se repitam.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 29/01/2019****Seção: Economia****Autor:****Título: Vale perde R\$ 71 bi na Bolsa e governo fala até em afastar direção da empresa**

Ações da mineradora tiveram queda de 24,5% no primeiro dia útil após o desastre em Brumadinho; bloqueio nas contas da empresa chega a quase R\$ 12 bilhões, mas analistas dizem que a questão financeira talvez nem seja a mais problemática para a companhia

No primeiro dia de mercado financeiro aberto após a tragédia de Brumadinho (MG), a Vale foi fortemente castigada na Bolsa. As ações da mineradora caíram 24,5%, e a empresa perdeu nada menos que R\$ 71 bilhões em valor de mercado (foi de R\$ 289,7 bilhões na quinta-feira para R\$ 218,7 bilhões ontem). É a maior perda em um só dia, em volume, já registrada na Bolsa brasileira, segundo a Economática.

Mas a pressão em cima da empresa não veio só do mercado financeiro. Cresce cada vez mais o cerco sobre a mineradora, com praticamente toda a sociedade cobrando uma punição exemplar. O presidente da República em exercício, Hamilton Mourão, afirmou que o gabinete de crise montado pelo governo para lidar com a situação estuda até a possibilidade de afastar a direção da mineradora.

"Essa questão da diretoria da Vale está sendo estudada pelo grupo de crise", afirmou. Mourão defendeu uma punição rigorosa para os culpados, até mesmo criminalmente. A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, também pediu uma punição dura. "É preciso responsabilizar severamente, do ponto de vista indenizatório, a empresa que deu causa a esse desastre e promover também a punição penal", disse.

O governo, porém, não tem poder para destituir diretores na empresa, mesmo tendo uma "golden share" (ação especial que dá direito a, por exemplo, vetar alterações no nome ou mudança de sede da empresa). A decisão teria de ser tomada pelos acionistas Previ (fundo de pensão do Banco do Brasil), Bradespar (braço de investimentos do Bradesco) e a japonesa Mitsui. Previ e Bradespar não comentaram o assunto.

Bloqueio. No lado financeiro, a Vale já viu a Justiça bloquear quase R\$ 12 bilhões de seu caixa para garantir o pagamento de indenizações com a tragédia

causada pelo rompimento de uma barragem de rejeitos de minério, que deixou dezenas de mortos, centenas de desaparecidos e um enorme dano ambiental. Para analistas, apesar de o montante soar expressivo, esse nem é o problema mais grave, já que a empresa tem cerca de R\$ 23 bilhões no caixa.

A maior dificuldade, neste momento, são as dúvidas que ainda devem demorar muito tempo para serem respondidas. "Muitas variáveis são imensuráveis, como indenizações para as vítimas, custo de reconstrução da área atingida e, principalmente, a repercussão negativa na imagem da empresa, reincidente numa catástrofe desse porte", disse Rafael Panonko, analista-chefe da Toro Investimentos, lembrando que a empresa é sócia da Samarco Mineração, responsável por acidente parecido na cidade de Mariana (MG), em 2015.

O acidente em Mariana trouxe fortes prejuízos, tanto de imagem quanto financeiros, para a Vale. As ações da empresa, à época, chegaram a cair mais de 50%. Mas depois se recuperaram, e chegaram a subir mais de 250% de lá para cá. Agora, os danos caminham para ser ainda maiores. A avaliação é de que, apesar de a produção na região atingida pelo desastre não ser significativa em tamanho dentro da Vale, os desdobramentos podem ter impacto direto nos investimentos da companhia.

Segundo os analistas dos bancos Bradesco BBI e BTG Pactual, a crise pode trazer restrições mais severas às operações de outras minas, elevando os custos e comprometendo potencialmente a produção de minério. Os impactos também serão diretos para os acionistas. Além do preço das ações ter desabado, a Vale anunciou a suspensão do pagamento de dividendos – além de ter cancelado os bônus a seus executivos.

No ano passado, o presidente da mineradora, Fabio Schvartsman, havia afirmado que uma das metas da empresa era pagar dividendos "polpudos" aos acionistas.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 29/01/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Advogados dos EUA já preparam ações contra a Vale

Pelo menos quatro escritórios anunciaram ações coletivas para indenizar acionistas por perdas; Fitch rebaixou nota da mineradora

Pelo menos quatro escritórios americanos de advocacia anunciaram a intenção de ingressar na Justiça dos Estados Unidos com ações coletivas contra a Vale. Os processos vão buscar a reparação das perdas causadas aos investidores pelo

acidente com a barragem da mineradora em Brumadinho (MG), na sexta-feira. Os escritórios Rosen Law Firm, de Nova York; The Schall Law Firm; de Los Angeles; e Wolf Popper e Bronstein, Gewirtz & Grossman afirmam que vão aos tribunais para recuperar perdas.

"A Rosen Law está preparando uma ação coletiva para recuperar as perdas sofridas pelos investidores da Vale", informou comunicado dos advogados enviado a investidores. O escritório diz estar investigando se a mineradora brasileira pode ter "emitido ao público informações de negócios materialmente falsas". "Este é um caso que envolve milhões de ações da companhia e deve ter causado dano a um número muito amplo de investidores", comentou ao Estadão/ Broadcast Robert Finkel, sócio do Wolf Popper.

Segundo ele, o caso da Vale "é mais forte" que o ocorrido com a Petrobrás e Eletrobrás no âmbito das investigações da Operação Lava Jato, que também resultou em ações coletivas contra as duas estatais na Justiça americana. "O caso da Vale é mais sério, pois ocorreu falha de medidas de precaução de segurança que provocou mortes, enquanto nos episódios da Petrobrás e Eletrobrás aconteceu corrupção para o benefício dos agentes interessados, mas sem a morte de pessoas", disse Finkel.

Na sexta-feira, os ADRs (um tipo de ação) da Vale caíram 8% na Bolsa de Nova York. Ontem, a queda foi de 18%. A Vale já foi alvo de dois processos semelhantes nos EUA em 2015 após o acidente da Samarco em Mariana (MG). Rebaixamento. A agência de classificação de risco Fitch rebaixou a nota de crédito em moeda estrangeira da Vale de BBB+ para BBB-, e colocou o rating em observação para um eventual novo corte.

Em comunicado divulgado ontem, a Fitch aponta que o rebaixamento reflete a expectativa de que a empresa terá pela frente "pesados custos de reparação como resultado do acidente em Brumadinho". De acordo com a agência, o corte na nota de crédito da Vale também vem na esteira de expectativas de que as multas contra a empresa serão "substanciais, já que o acidente de mineração ocorreu aproximadamente três anos depois que outra barragem se rompeu (a barragem da Samarco, que tem a Vale como sócia)".

Além disso, a Fitch argumenta que o corte reflete uma expectativa de diminuição da produção da empresa no curto prazo e também o investimento adicional para reforço e outras despesas para garantir a segurança em várias outras barragens da Vale. "O acesso da empresa ao financiamento provavelmente também será prejudicado por conta de preocupações com questões ambientais, sociais e de segurança", afirmou a agência.

Vários bancos e corretoras estrangeiras cortaram as recomendações dos papéis da Vale. "Estamos rebaixando a Vale após a pior tragédia de mineração que testemunhamos com todas as mineradoras que cobrimos desde 2005", disse Jeremy Sussman, da corretora americana Clarkson Securities. Também reduziram recomendações ou abaixaram as ações da Vale os bancos HSBC, Bank of Montreal e o banco de investimento australiano Macquarie, entre outros. CVM.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) abriu ontem um segundo processo administrativo para apurar a qualidade da divulgação de informações conduzida pela Vale no desastre da barragem. O primeiro procedimento do tipo tinha sido instaurado na última sexta-feira, dia em que ocorreu o acidente. Segundo registros da CVM, trata-se de dois processos de supervisão, para análise de notícias, fatos relevantes e comunicados.

Nos procedimentos administrativos, a área responsável reunirá e analisará toda a divulgação feita pela empresa em torno do acidente, desde a tarde de sexta-feira. O objetivo é avaliar se o conteúdo e a intempestividade das divulgações condizem com as orientações da autarquia. Um terceiro processo administrativo foi aberto contra a Vale nesta segunda-feira, motivado por uma reclamação de um investidor pessoa física. /ALTAMIRO SILVA JUNIOR, GABRIEL BUENO DA COSTA, SÉRGIO CALDAS e RICARDO LEOPOLDO

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 29/01/2019

Seção: Economia

Autor: Renata Batista ENVIADA ESPECIAL BRUMADINHO (MG)

Título: Empregados temem destino das operações

Em Minas, trabalhadores da Vale receiam que empresa concentre cada vez mais os investimentos no Pará

Funcionários da Vale ouvidos pelo Estadão/Broadcast temem que a empresa não consiga obter novos licenciamentos de barragens, após o desastre em Brumadinho, Minas Gerais, ocorrido na última sexta-feira. Na mina Córrego do Feijão, nem empregados que estão em serviço na área do acidente ocorrido na sexta-feira nem os que trabalhavam na operação se identificaram, mas todos apontam dúvidas sobre o destino de operações muito semelhantes às da Mina do Córrego do Feijão, cujo rompimento de uma barragem provocou uma tragédia que pode alcançar mais de 300 mortos.

Os trabalhadores receiam que haja uma concentração cada vez maior das atividades da companhia na região Norte do País, onde o território é menos povoado e o governo trabalha para liberar novas áreas para mineração, o que preocupa principalmente os terceirizados de menor qualificação. O sistema Norte, formado pelas minas de Carajás e pela recentemente inaugurada S11D, já responde pela maior parte da produção da companhia, principalmente para exportação.

Uma eventual mudança teria reflexos econômicos para prefeituras e para a população local. Na manhã de ontem em entrevista no centro de operações, o prefeito de Brumadinho, Avimar de Melo Barcelos (PV), defendeu a atividade. Segundo ele, mais de 60% da receita do município vem da mineradora. Ontem, o diretor financeiro da Vale, Luciano Siani, garantiu que o pagamento de royalties à cidade será mantido, mesmo com a produção interrompida.

Outra mina. Além de poder perder a arrecadação decorrente da Mina do Córrego do Feijão, Brumadinho tem outras operações de mineração em risco. Uma segunda mina da Vale no município tem conformação quase idêntica à que foi destruída no rompimento da barragem. Além disso, algumas empresas, que vinham trabalhando no beneficiamento de minério comprado podem ter problemas para manter as atividades.

A chance de retomada das atividades da Mina do Córrego do Feijão é considerada nula por empregados e terceirizados da Vale ouvidos pela reportagem na região. A mina corresponde a cerca de 2% da produção de minério da Vale. Com o rompimento da barragem, um vale de lama se formou sobre toda a operação. Embaixo, centenas de mortos, muitos deles a mais de 15 metros de profundidade. Acima mais duas barragens, incluindo uma de refugio de minério.

A avaliação é que a empresa pode levar mais de uma década para recuperar a região. Embora o desastre ambiental tenha dimensões reduzidas, atingiu áreas de reserva florestal, como trechos do parque estadual Serra do Rola-Moça.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 29/01/2019

Seção: Internacional

Autor:

Título: EUA bloqueiam acesso do chavismo a dinheiro da venda do petróleo

Cerco financeiro. Para asfixiar regime de Maduro, Casa Branca congela US\$ 7 bilhões em ativos da PDVSA, proíbe que empresas americanas façam negócio

com a Venezuela e entrega movimentação de contas da estatal para o presidente interino, Juan Guaidó

CARACAS

O governo americano impôs ontem pela primeira vez sanções à PDVSA, estatal do petróleo da Venezuela. Todo o dinheiro da compra de petróleo pelos EUA vai agora para contas bloqueadas que só poderão ser movimentadas pelo "governo democraticamente eleito da Venezuela", segundo o secretário do Tesouro, Steve Mnuchin. Segundo ele, US\$ 7 bilhões em ativos da estatal foram bloqueados pelos EUA.

O presidente Nicolás Maduro anunciou que abrirá ações legais contra os EUA, a quem acusou de querer roubar a empresa Citgo, filial da PDVSA nos EUA. O objetivo das sanções é impedir o acesso da cúpula chavista e de Maduro à renda do petróleo e pressionar os militares, que comandam atualmente a PDVSA, a mudar de lado. Além de congelar os bens da PDVSA, os EUA também impediram que empresas americanas façam negócios com a estatal venezuelana.

"Os EUA estão punindo os responsáveis pelo declínio trágico da Venezuela e seguirão usando medidas diplomáticas e econômicas para apoiar o presidente interino Juan Guaidó", disse Mnuchin. "Essa medida também impedirá Maduro de desviar recursos da PDVSA. O caminho para a remoção das sanções será transferir o controle da empresa para o presidente interino e um governo eleito."

Nesse sentido, pouco antes do anúncio, o líder opositor venezuelano, Juan Guaidó, que na semana passada se declarou presidente interino do país, disse que dará início ao processo de nomeação de novos diretores da PDVSA e da Citgo, a filial americana da empresa. Guaidó afirmou também que o Parlamento assumirá o controle de contas do Estado venezuelano em instituições internacionais.

Reconhecido por grande parte da comunidade internacional, principalmente no continente americano, Guaidó pretende com isso ter acesso a recursos financeiros que antes eram controlados por Maduro. As exportações de petróleo venezuelano para os EUA caíram bastante nos últimos anos, principalmente a partir do agravamento da crise na Venezuela.

Em 2017, segundo o Departamento de Energia, os EUA compravam diariamente 500 mil barris, frente a 1,2 milhão de 2008. Apesar disso, a Venezuela oscila entre o terceiro e o quarto lugar de maior fornecedor de petróleo dos EUA. Analistas lembram, no entanto, que Caracas ainda tem aliados e clientes

importantes que reconhecem Maduro, como é o caso de Rússia, China, Índia, Turquia e Malásia.

Esses países, em tese, poderiam absorver os 500 mil barris que são vendidos diariamente aos EUA. O problema para os chavistas é que sem acesso a bancos europeus e americanos, a logística das exportações fica complicada. De acordo com o economista Russ Dallen, da Caracas Capital, os custos da operação também aumentariam, porque os portos venezuelanos não estão aptos a carregar navios para países tão distantes.

Com isso, a escassez de alimentos e remédio tende a se agravar. A estratégia arriscada e incomum de reconhecer um governo alternativo tem por trás um objetivo econômico: bloquear o acesso do regime chavista aos recursos do petróleo e aos ativos venezuelanos no exterior, o que traz inúmeras implicações jurídicas e financeiras.

O principal alvo da estratégia é a Citgo, a filial americana da PDVSA com sede em Houston, responsável por grande parte das receitas da empresa. Outro alvo seria a quantia de US\$ 1,2 bilhão em reservas de ouro depositadas no Banco da Inglaterra, que correspondem a 15% das reservas internacionais do país. Caso a União Europeia também reconheça o governo da oposição, Maduro poderia ter ainda mais dificuldades para vender petróleo, ampliando os efeitos da crise.

Bruxelas deu até o fim desta semana para Maduro convocar eleições. "A perda da Citgo e do mercado americano afetará o fluxo de caixa do governo, o que levará a mais fome e mais gente fugindo do país", disse Dallen. A produção venezuelana de petróleo está em crise há pelo menos sete anos, com o sucateamento da PDVSA e a fuga de cérebros após o presidente Hugo Chávez demitir diretores críticos de seu governo.

Nos últimos anos, a queda se acentuou e hoje a produção é só um terço do que era há 20 anos. Para Diego Area, do centro de estudos Atlantic Council, a manobra dos EUA é um dos passos de uma espiral veloz de mudança política. "A reconstrução de países é um processo de médio prazo, mas a mudança política é inevitável, porque a comunidade internacional está comprometida e há uma pressão social interna", afirma Area.

A decisão de ontem, porém, foi considerada "perigosa" por economistas como Jeffrey Sachs, que disse à CNN que o passo tomado poderia levar a Venezuela a uma "catástrofe".

Dólar. Ainda ontem, o governo venezuelano desvalorizou o bolívar soberano para pessoas físicas e jurídicas e equiparou a cotação da moeda em relação ao

dólar ao câmbio paralelo. Ainda não estava claro se a taxa preferencial para empresas públicas, alvo de denúncias de corrupção, seguirá existindo.

O conselheiro de Segurança Nacional dos EUA, John Bolton, exortou os militares da Venezuela a aceitarem de forma "pacífica" a saída de Maduro, e reiterou que "todas as opções" estão sobre a mesa, ao ser consultado sobre uma eventual intervenção militar. / COLABOROU BEATRIZ BULLA, COM AFP, EFE, REUTERS e AP

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 29/01/2019

Seção: Metrópole

Autor:

Título: Brumadinho enterra os mortos e consola famílias de desaparecidos

Após 4 dias de buscas, sem a descoberta de mais sobreviventes e com dificuldades no resgate, número de mortos após enxurrada de lama chega a 65 e ainda há 279 desaparecidos; governo e Vale reagem

A pequena Brumadinho, com cerca de 39 mil habitantes, vive um momento de desolação nos cemitérios, com sepulturas cavadas às pressas, às dezenas, para enterros coletivos, e desespero de parentes dos 279 desaparecidos em um mar de lama que desafia equipes de resgate nacionais e internacionais. Assim foi o quarto dia que seguiu à tragédia em Minas causada pelo rompimento de um depósito da mineradora Vale.

Os mortos somam 65, 31 deles identificados até agora, e há 386 pessoas localizadas. Ontem, o maior drama, que se estendeu até uma paralisação dos trabalhos às 21 horas, envolvia 20 brigadistas que tentavam chegar à lataria de um ônibus submerso na lama, para retirar as vítimas. No fim do dia, a missão recebeu até a visita de alguns agentes de Israel, entre eles o comandante da Unidade de Resgate Nacional de Israel, Golan Vach.

O cenário é de guerra – com animais atingidos pela enxurrada tendo de ser sacrificados. As causas do rompimento continuam sob investigação de autoridades estaduais e federais. Mas especialistas apontam que as barragens que romperam em Mariana e Brumadinho, em 2015 e na semana passada, foram erguidas com a mesma técnica, considerada obsoleta e de maior risco.

A repercussão do caso levou o governo federal a realizar uma série de reuniões. Como consequência prática, por portaria a ser publicada hoje, foi determinada a fiscalização imediata de todas as barragens com dano potencial alto associado à vida humana em todos os Estados. Enquanto isso, o diretor Financeiro da Vale,

Luciano Siani, anunciou a doação de R\$ 100 mil para cada família das vítimas e dos desaparecidos.

Mas isso não impediu que no primeiro dia de atividades do mercado após a tragédia, o valor de mercado da empresa caísse de 289,7 bilhões para R\$ 218,7 bilhões. Advogados dos Estados Unidos anunciaram que preparam ações contra a Vale.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 29/01/2019

Seção: Metrópole

Autor: Pablo Pereira ENVIADO ESPECIAL A BRUMADINHO

Título: 'Pode estar viva ainda', diz marido. Famílias cobram informação

Enquanto parentes sofrem com demora na localização das vítimas, clima no cemitério da cidade é de consternação

"O celular da minha mulher (Natália Porto Araújo) está na mata, acima da barragem. Ela pode estar viva ainda", afirmou Jorge Santana Porto Araújo, um dos familiares que estava no posto de informações da Vale que centralizava a busca por desaparecidos. Foi a família de Araújo, desesperada com a demora, que localizou o ponto no qual Nathália teria usado o telefone pela última vez. Durante minutos, a família comemorou a possibilidade de que ela estivesse viva.

Mas, segundo equipes de resgate, até o início da noite não havia confirmação de localização. "A gente rastreou o telefone dela", contou o marido. Por volta das 18 horas, com helicópteros decolando e equipes de resgate chegando a todo momento, Araújo queria que os socorristas fossem até o local indicado por ele para fazer buscas. "A família está desesperada", afirmou a Sueli Araújo, cunhada de Natália, que tem 25 anos e dois filhos.

O drama dessa família repete o sofrimento da família do soldador Josué Oliveira da Silva, de 27 anos, funcionário da Vale. "Está faltando mais empenho", afirmou no fim da tarde o pai de Josué, o pedreiro José Ferreira da Silva, que estava inconsolável, ao lado da mãe do rapaz, Darcília, e da filha, Daiane. No mesmo salão, montado pela Vale para acolhimento das famílias e cadastro das vítimas do desastre, ao lado do ponto no qual se concentram os socorristas e a base dos helicópteros, que saem e chegam a todo momento, mais uma cena de desespero.

A família de Wesley Antonio das Chagas, de 37 anos, casado, operador de máquinas da Vale, também reclamava atenção. "Mas ninguém sabe dizer nada,

dar informação correta", afirmou Samuel Alves da Costa, cunhado da vítima. Enterros. Enquanto isso, o clima nos cemitérios da cidade foi de consternação desde cedo. A movimentação nos cemitérios era para receber os corpos dos primeiros dos 19 mortos identificados no Instituto Médico-Legal de Belo Horizonte – à tarde, o número foi atualizado para 65, com 279 desaparecidos.

O motorista Mauricio de Lemos, de 53 anos, foi o primeiro a ser enterrado no cemitério Parque das Rosas, no bairro Salgado Filho. O corpo dele foi encontrado em um local que fica na frente de onde funcionava o refeitório da Vale, destruído pela avalanche de lama. Desolada, a filha dele, Juliana, afirmou, durante a cerimônia, que o pai contava em casa que teria transportado sacos de areia para a área da barragem.

"Aquilo lá foi uma tragédia anunciada", disse. Ainda pela manhã, foram enterrados no Parque das Rosas outros dois trabalhadores. O local estava sendo preparado desde domingo e tem covas abertas, com três carneiras, com capacidade para receber até 98 corpos. Um deles foi para David Marlon Gomes Santana, de 24 anos, solteiro, que segundo os documentos do Instituto Médico-Legal de Minas Gerais foi vítima de politraumatismo. Ele trabalhava para uma empresa terceirizada da Vale.

Depois, foi a vez de ser sepultado Francis Marques da Silva, de 34 anos, casado, também politraumatizado na avalanche de lama da mina do Córrego do Feijão. "Isso aqui é muito difícil", afirmou Rafael Carlos da Silva, de 21 anos, amigo de David. Segundo a Prefeitura, há enterros que nem contam com velórios. Uma rápida cerimônia de despedida marcou o funeral de David Marlon, já no cemitério Parque das Rosas, minutos antes do sepultamento. Foi assim também com Francis, que deixa uma filha. O enterro de Renato Rodrigues Maia, também resgatado da tragédia, foi no cemitério central, ao lado do centro da cidade, onde foram feitos velórios.

No fim da tarde, a família do empresário Adriano Ribeiro da Silva, de 60 anos, que teve os cinco integrantes atingidos pela tragédia, aguardava informações no centro da Vale. Eles estavam hospedados na Pousada Nova Estância, que foi destruída. Com a mulher, Maria de Lurdes Bueno, de 59 anos, mais os filhos Camila e Luiz, a nora Fernanda Almeida, grávida, que vieram da Austrália para visitar Inhotim, o empresário teve de ir à capital na sexta-feira pela manhã para buscar a filha que deveria ter chegado na véspera, mas o voo atrasou e terminou por pousar em Ribeirão Preto.

Com o contratempo, ela chegou a Belo Horizonte na sexta pela manhã. O pai foi buscá-la. Quando chegaram à pousada, perto do meio-dia, houve o desmoronamento. "Se não tivesse havido esse atraso do voo, eles teriam saído

da pousada cedo", disse o administrador de empresas Renato de Souza Dias, sobrinho de Adriano.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 29/01/2019

Seção: Metrópole

Autor:

Título: Trata-se do pior desastre do gênero em dez anos

A tragédia de Brumadinho (MG) é o pior desastre em uma barragem no mundo em uma década. Quem fez o alerta é a Organização Internacional do Trabalho que, ontem, emitiu um comunicado para apontar a necessidade de medidas de segurança reforçadas para mineração. Em setembro de 2008, o rompimento de uma barragem em Shanxi, na China, fez pelo menos 254 mortos. Em 2015, 113 pessoas morreram em Mianmar, também depois do rompimento de uma dessas estruturas.

A OIT, porém, nota que outras tragédias envolvendo situações similares causaram perda "ainda maior de vidas no passado". Em 1965, um acidente no Chile causou a morte de mais de 300 pessoas e destruiu a cidade de El Cobre. Um ano depois, na Bulgária, outro reservatório rompido causaria oficialmente 107 mortes. As contas extraoficiais, porém, apontam para mais de 480 vítimas no país. / JAMIL CHADE, CORRESPONDENTE

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 29/01/2019

Seção: Metrópole

Autor: André Borges ENVIADO ESPECIAL A BRUMADINHO

Título: Primeiro corpo em ônibus é alcançado

Após horas de trabalho pesado, brigadistas alcançam veículo cravado na lama

Enxadas, pás, picaretas e um trabalho que parece não ter fim. A saga de mais de 20 brigadistas que tentavam ontem chegar à lataria de um ônibus submerso na lama começou logo cedo, por volta das 8h. Ilhados no caos, numa área onde o barro já havia endurecido, tentavam a todo custo alcançar o veículo. "Cinco minutos!", gritou o chefe do grupo quando o relógio já passava das 11h, para que parassem um pouco.

Alguns não obedeceram e seguiram adiante. Às 13h, um helicóptero desceu com a comida. Sentaram-se para almoçar. O brigadista Selmo Andrade buscou uma sombra para descansar. Selmo estava emocionado. Completou 50 anos ontem. Até a semana passada, estava de férias com a esposa e três filhas em Cabo Frio, região dos lagos do Rio de Janeiro, quando foi acionado pelo serviço de emergência. O aniversário foi no local devastado.

"O que a gente pode fazer num momento desses é resgatar as vítimas, dar um mínimo de conforto aos familiares", disse. "É meu aniversário, mas é um prazer estar aqui com meus companheiros fazendo esse trabalho." As dificuldades enfrentadas pela equipe que tenta abrir o ônibus dão uma ideia do trabalho inesgotável que há pela frente em Brumadinho. É um trabalho de formiga. As ferramentas que os agentes usam não conseguem acessar o veículo.

É preciso chamar um helicóptero para trazer serras elétricas e outros equipamentos de perfuração. Pouco depois das 14h, eles conseguem retirar parte da lataria. Encontram a perna de uma vítima. Não se vê o resto do corpo, preso dentro do ônibus. Mais uma hora de trabalho, e a equipe consegue retirar todo o corpo. As indicações são de que há outras pessoas dentro do veículo.

Por rádio, os brigadistas chamam um helicóptero para levar a vítima. Até aquele momento, a reportagem já havia contado, apenas em seu raio de visão, nove helicópteros cortando o céu com corpos embrulhados em redes. No fim do dia, a missão recebeu a visita de alguns agentes de Israel, entre eles o comandante da Unidade de Resgate Nacional de Israel, Golan Vach.

O cenário é de guerra. A dimensão da área devastada pela barragem da mineradora Vale e o volume descomunal da lama espalhada na região contrasta com a esperança de que, um dia, serão encontradas e identificadas todas as vítimas do desastre. "É nosso trabalho", diz a agente Amélia Margarida de Oliveira, voluntária do Conselho Veterinário de Minas Gerais. "Temos que fazê-lo até o fim."

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 29/01/2019

Seção: Metrópole

Autor: ENVIADO ESPECIAL / BRUMADINHO

Título: Vindos do alto, disparos de misericórdia

Os helicópteros que cortavam o céu de Brumadinho na tarde ontem não estavam ocupados apenas em apoiar a retirada de corpos dos escombros e da lama, ou encontrar sobreviventes em meio à destruição. Ao menos uma das

aeronaves tinha a missão de executar, com tiros, animais ilhados, presos na lama ou feridos. Eram 14h37.

Um helicóptero da Polícia Rodoviária Federal (PRF) fazia voos rasantes em uma área devastada do Córrego do Feijão, numa região isolada e mais próxima da barragem de rejeitos. Um agente armado com fuzil mirava, de dentro do helicóptero, locais onde enxergava animais na lama. E disparava. Do meio da mata, o Estado acompanhou a movimentação da aeronave. Foram mais de 20 disparos, até o que o helicóptero partiu.

O sacrifício dos animais ocorreu numa área próxima do local onde mais de 20 brigadistas tentavam abrir um ônibus coberto pela lama, com vítimas dentro. Há muitos bois ilhados ao longo de todo o trecho da cidade que foi varrido pelo barro. Outros estão com parte do corpo presos na lama.

Sacrifício. A decisão de executar os animais foi confirmada ao Estado pelo chefe da Defesa Civil de Minas, coronel Evandro Geraldo Borges. "O que vamos fazer? Deixar o animal sofrendo? Estamos sim, com equipe em campo executando esse trabalho, mas essa decisão só é tomada nos casos em que não há outra opção." Outra parte da equipe, disse o coronel, está empenhada em socorrer animais "em condições de serem retirados" da lama. Mas em muitas situações, declarou, só resta o tiro de misericórdia. "Não tem jeito. Tem animal preso, outro com perna quebrada. Temos de fazer escolhas, de retirar as pessoas, ir atrás de sobreviventes. Tudo que está sendo feito foi pensado. É isso."

Próximo da equipe de brigadistas que tenta abrir o ônibus tomado pelo barro, um boi cansado, sobrevivente da tragédia, foi batizado de Resistente pelos agentes. Um helicóptero se aproxima da área onde Resistente está. Não veio executá-lo, mas carregar o primeiro corpo de uma vítima que os agentes conseguiram retirar do ônibus. Durante as oito horas em que o Estado acompanhou a operação, Resistente chegou na receber um pouco de feno e água. Nesta terça-feira, disseram os brigadistas, o boi deverá ser sedado, para que seja retirado dali. Com vida. /A.B.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 29/01/2019

Seção: Metrópole

Autor:

Título: Parentes buscam família de São Paulo e terceirizados

Uma família de São José do Rio Pardo, em São Paulo, está entre os desaparecidos na tragédia de Brumadinho. Adriano Ribeiro da Silva, de 60 anos, é dono de uma imobiliária na cidade paulista e estava de férias em uma pousada na companhia da mulher Maria Lourdes Ribeiro, de 58 anos, dos dois filhos e da nora grávida de quatro meses. Parentes estão na região da barragem e contam que desde sexta-feira passada, data do rompimento da barragem, eles não se comunicaram.

Entre os mais de 200 desaparecidos também consta a bióloga Angélica Aparecida Ávila, moradora de Guapé (MG) e que vinha prestando serviços na unidade da Vale na cidade de Macacos (MG). Segundo parentes, justamente na sexta-feira ela foi mandada para um trabalho temporário em Brumadinho e desde então não foi mais vista.

Outro que segue desaparecido é Daniel Muniz Veloso, que morava em Coração de Jesus (MG) e era contratado de uma empresa terceirizada. Quem também atuava em uma prestadora de serviço e está sumido é o encarregado de almoxarifado Carlos Roberto Pereira, de 61. /JOSÉ MARIA TOMAZELA

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 29/01/2019

Seção: Metrópole

Autor: ANÁLISE: Roberto Godoy

Título: Ouvidos e olhos eletrônicos podem, sim, fazer a diferença

Pequenos ouvidos digitais que ouvem muito e olhos eletrônicos que tudo veem, além, claro, da experiência de muitas horas de trabalho de campo, resgatando vítimas de atentados a bomba, soterradas sob toneladas de escombros – os recursos e o pessoal técnico que compõem a Unidade Nacional de Busca e Salvamento (NSRU, na sigla em inglês), enviada pelo governo de Israel para auxiliar as buscas por sobreviventes em Brumadinho, podem, sim, fazer diferença na operação de socorro.

O grupo emprega dispositivos de alta tecnologia, desenvolvidos pela indústria local de equipamentos de Defesa. A rigor, as ferramentas mais adequadas à situação encontrada no entorno da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, são de dois tipos. Um deles é uma espécie de sismógrafo capaz de detectar os movimentos de pessoas atingidas pelo deslizamento de lama que, por exemplo, possam ter sido protegidas por algum tipo de estrutura – um pedaço de telhado, uma chapa metálica, blocos de pedra – carregada pela onda de detritos.

Esse movimento forma uma bolha sob o lamaçal, eventualmente metros abaixo da superfície, permitindo um certo tempo de sobrevida. O outro é um sistema de detecção acústica que emite um sinal e depois o recebe de volta – a diferença de variação e intensidade indicaria, por exemplo, a presença de um ferido, preso ao entulho.

Um outro acessório, ou um modo específico de uso de outro aparelho, permitiria também a captação de sinais emitidos por telefones celulares ou outros meios de comunicação pessoal, mesmo desligados. O procedimento só não funciona se a carga das baterias dos aparelhos estiver esgotada. Os técnicos de Israel têm experiência em cenário semelhante ao da zona montanhosa e úmida de Brumadinho.

Em 2010, atuaram na procura por sobreviventes do grande terremoto do Haiti. Depois disso, trabalharam em desastres naturais na África. A NSRU é militar. Os 135 engenheiros, médicos, bombeiros, paramédicos e especialistas em resgate que estão em Brumadinho, são comandados por um coronel do Exército, Golan Vach. O grupo é acompanhado pelo embaixador de Israel no Brasil, Yossi Cheli.

Criada em 1984, como resposta de pronto atendimento às vítimas da crescente onda de atentados terroristas nas principais cidades do país, a unidade está integrada na cadeia operacional do Home Front Command. Recebe treinamento na Escola Bahad 16, em Tzifrin, na região central do território israelense. O caráter da NSRU é a mobilização aerotransportada rápida.

Na sexta-feira, definida a dimensão da crise e emitida a ordem de deslocamento para o Brasil, o grupo estava formado, equipado, pronto para partir do Oriente Médio para a América do Sul, em menos de oito horas, segundo um funcionário do Itamaraty envolvido no processo. Além do viés humanitário, há uma linha da diplomacia bilateral na iniciativa da administração do primeiro ministro Benjamin Netanyahu.

O presidente Jair Bolsonaro anunciou que pretende transferir a embaixada brasileira em Israel para Jerusalém. Netanyahu esteve nas cerimônias da posse de Bolsonaro – em reunião fechada, os dois trataram de acordos cooperação em áreas de segurança, tecnologia e da balança comercial.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 29/01/2019

Seção: Metrópole

Autor: Mariana Haubert Anne Warth / BRASÍLIA

Título: Governo manda vistoriar barragens em todo o País

Portaria exige fiscalização imediata em estruturas de alto risco e plano de segurança atualizado; retirada de instalações será avaliada

No primeiro dia útil após o desastre em Brumadinho, o governo federal realizou uma série de reuniões para atender às vítimas. Foi determinada a fiscalização imediata de todas as barragens com dano potencial alto associado à vida humana em todos os Estados. A decisão, do Conselho Ministerial de Supervisão de Respostas a Desastres, sairá no Diário Oficial da União de hoje.

A fiscalização deverá ser realizada pelos órgãos reguladores, que terão de cobrar, de forma imediata, que as empresas atualizem seus planos de segurança de barragens. Os órgãos deverão ainda avaliar a necessidade de remoção imediata de instalações de suporte aos empreendimentos, "com vistas a resguardar a integridade dos trabalhadores e eventuais visitantes".

Os órgãos de fiscalização federais também terão de atualizar informações sob sua responsabilidade no Sistema Nacional de Informações sobre Seguranças de Barragens. O presidente em exercício, Hamilton Mourão, afirmou que a reunião ministerial de hoje tratará exclusivamente da revisão da Política Nacional de Segurança de Barragens. De acordo com o Conselho, um grupo de trabalho será criado para promover a atualização da lei, de 2010.

Essa subcomissão que será instituída nesta semana terá prazo de 30 dias para concluir seus trabalhos, que serão submetidos ao Conselho Ministerial de Supervisão de Respostas a Desastre. O Ministério da Cidadania também anunciou que vai antecipar o pagamento do Bolsa Família para os beneficiários que moram em Brumadinho e foram atingidos pelo desastre.

Com a medida, o saque poderá ser feito fora do calendário oficial. De acordo com a pasta, 1.506 famílias recebem o recurso no município, totalizando R\$ 272,9 mil repassados mensalmente. Ainda segundo o ministério, nos próximos dias também deve ser anunciada a antecipação do pagamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

O governo também foi obrigado a enfrentar uma discussão sobre aumento do rigor na fiscalização ambiental e mudanças na lei para endurecer as punições de responsáveis por tragédias como essa. Na campanha eleitoral, o presidente Jair Bolsonaro chegou a dizer que a fiscalização ambiental no País era "xiita".

Licenciamento. O porta-voz do governo, general Rêgo Barros, afirmou que ainda não está definido o que será feito a respeito dos licenciamentos de barragens. Mais cedo, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles disse que o governo poderá encampar projetos de simplificação da lei só para projetos de baixo

impacto ambiental para que os órgãos de fiscalização e controle consigam focar nos empreendimentos complexos.

Além disso, o governo determinou uma multa de R\$ 250 milhões que será aplicada pelo Ibama à Vale e Salles afirmou que sua pasta será muito incisiva em relação à cobrança. Rego Barros também afirmou que pagamento do programa Bolsa Família será antecipado ao afetados. O governo também avalia liberar o FGTS para as vítimas. A medida, no entanto, foi aventada durante o fim de semana, mas ainda não foi detalhada.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 29/01/2019

Seção: Metrópole

Autor:

Título: Rejeito já percorreu 57 km no leito do rio

O governo de Minas informou ontem que os rejeitos da barragem de Brumadinho já se deslocaram 57 km do local de rompimento. A velocidade média de deslocamento pelo Rio Paraopeba diminuiu de 1,6 km/h, no domingo, para 0,83 km/h ontem.

O Serviço Geológico do Brasil prevê que os sedimentos alcancem a Usina Hidrelétrica de Retiro Baixo, entre os municípios de Curvelo e Pompéu, até 10 de fevereiro.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 29/01/2019

Seção: Metrópole

Autor: Fabio Grellet Fernanda Nunes / RIO

Título: Vale anuncia doação de R\$ 100 mil a cada família de vítima

O diretor Financeiro da Vale, Luciano Siani, anunciou ontem a doação de R\$ 100 mil para cada família das vítimas fatais e desaparecidos e consequência do rompimento da barragem da empresa em Brumadinho (MG). Ele esclareceu que o dinheiro será doado para "aliviar os problemas de curto prazo" dos atingidos e não será contabilizado como indenização.

A Vale também espera que os danos ambientais sejam limitados com a instalação de uma espécie de "manta" na altura da cidade de Pará de Minas (MG) para conter a lama no Rio Paraopeba, já contaminado. Com isso, a

empresa espera evitar o comprometimento do abastecimento de água na região.

Profissionais de saúde do Hospital Albert Einstein, de São Paulo, foram chamados para ajudar as vítimas. A empresa "vai apresentar um plano ousado" para reestruturar suas barragens, disse Siani. Para minimizar as perdas e os prejuízos à população, a Vale vai manter o pagamento de royalties para Brumadinho por tempo indeterminado, para não prejudicar a arrecadação municipal.

A cidade, de cerca de 38 mil habitantes, recebeu cerca de R\$ 140 milhões no ano passado, 60% relativos à mineração. "Esse valor muda com o preço do minério de ferro, mas o que importa é que a Vale vai continuar compensando o município, por conta da falta desses recursos, já que a produção foi paralisada. Vamos fazer a conta na ponta do lápis: o que seria devido, vamos pagar", afirmou.

"Aparente imprudência". Siani disse ter ficado surpreso com "aparente imprudência" pela construção de um refeitório e de salas administrativas logo abaixo da barragem que rompeu na semana passada. Destacou que o engenheiro responsável pelo monitoramento da segurança estava no refeitório no momento do rompimento e deve estar entre as vítimas.

Questionado sobre os comentários do presidente em exercício, Hamilton Mourão, sobre supostas mudanças na diretoria e controle da Vale, o executivo afirmou não ter competência para responder a esse tipo de questão. Siani disse ainda que essa não é uma prioridade.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 29/01/2019

Seção: Metrópole

Autor: Marcelo Osakabe

Título: Mesmo após Mariana, projetos buscam afrouxar legislação

Pelo menos 6 propostas que chegaram ao Congresso desde 2015 buscam flexibilizar o licenciamento ambiental

Desde a tragédia ambiental do rompimento da Barragem do Fundão em 2015, no município de Mariana (MG), em 2015, ao menos seis novos projetos apresentados na Câmara e no Senado propuseram flexibilizar, de alguma maneira, o licenciamento ambiental no Brasil. É o que mostra um levantamento feito na plataforma Inteligov.

O mais recente deles, o 168/2018, foi proposto pelo senador Acir Gurgacz (PDTR), e dá nova redação ao licenciamento ambiental. Entre as mudanças que foram alvo de críticas por parte de movimentos ambientalistas estão a supressão do parágrafo que obriga Estados a adotarem as mesmas regras de aplicação nacional. O PL também limita o alcance do licenciamento ao fazê-lo se ater somente a área de influência direta dos empreendimentos e não também as indiretas, como consta no texto original.

Gurgacz também foi autor, em 2016, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 65, que ficou conhecida como "PEC da Samarco" por ser apresentada apenas seis meses depois da tragédia ambiental em Mariana. Relatado pelo então senador Blairo Maggi (PR-MT). O texto estabelecia que uma obra não poderia ser embargada a partir da apresentação do Estudo Impacto Ambiental (EIA).

Como o EIA é feito pelo próprio empresário e apresentado no início de qualquer obra, nenhum processo seria interrompido e o licenciamento ambiental perderia o sentido. O texto chegou a ser aprovado na Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ), mas foi engavetado posteriormente.

Deputados. Na Câmara, outros quatro projetos foram apresentados desde o episódio envolvendo a barragem da Samarco, empresa ligada à Vale. Um deles, o 4429/2016, de autoria do deputado Wilson Filho (PTB-PB), cria um "licenciamento ambiental especial" para obras de infraestrutura considerados estratégicos e de interesse nacional.

A classificação, que seria concedida pelo Poder Executivo, poderia beneficiar todo tipo de obra de grande porte: desde transporte de todos os modais a portos até obras de energia, telecomunicações e exploração de recursos naturais. O PL 7143/2017, apresentado por Beto Rosado (PP-RN), isenta de licença a exploração de campos marginais de exploração de petróleo e gás por produtores independentes. Já o PL 7143/2017, de Francisco Floriano (DEM-RJ), prevê "procedimentos diferenciados" para o licenciamento de atividades de baixo impacto ambiental por pequenas e médias empresas.

O 9177/2017, de autoria de Lucio Mosquini (MDB/RO), isenta de licenciamento obras de manutenção em aeroportos, portos, e estradas. Os quatro PLs que tramitam na Câmara estão apensados ao 3729/2004, nova versão da Lei Geral do Licenciamento Ambiental, que tramita em regime de urgência e teve sua última redação apresentada pelo deputado Mauro Pereira (MDB/RS).

Entre outras medidas, o texto, que contou com apoio da Frente Parlamentar Agrícola (FPA), impõe restrições a demarcações de terras indígenas, abre espaço

para que o empreendedor questione ações de compensação ambiental e libera Estados e municípios para criarem as próprias regras de licenciamento.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 29/01/2019

Seção: Metrópole

Autor:

Título: Barragem tinha modelo ultrapassado

Depósitos de Mariana e Brumadinho foram erguidos com técnica mais barata e de risco; MG vetou formato para novas licenças em 2016

As barragens que se romperam em Mariana e Brumadinho, em 2015 e na semana passada, foram erguidas com a mesma técnica, considerada obsoleta e de maior risco por especialistas. No modelo de alteamento à montante, mais econômico, a construção de novas etapas da barragem é feita sobre os rejeitos depositados, na parte interna da estrutura.

É o formato mais comum de depósitos de rejeitos na mineração. Minas, por exemplo, tem registro de outras 53 barragens com essa tecnologia na mineração (27 de propriedade da Vale), segundo balanço da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Semad) de 2016. O próprio documento do Estado indica que esses tipos de barragem têm "maior risco de ruptura".

Segundo Bruno Milanez, professor do Departamento de Engenharia de Produção e Mecânica da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), esse é um modelo "bem mais arriscado". Como a barragem cresce sobre o próprio rejeito, não é tão estável. A alternativa mais segura, diz, é o reservatório à jusante, erguido do lado de fora.

"No País, ainda há muitas dessas, e as que já existem têm de ser reforçadas. É preciso que os novos empreendimentos usem outros métodos, mais seguros. É um processo mais caro, mas de custo insignificante se comparado ao prejuízo que decorre de um rompimento", afirma Roberto Kochen, do Instituto de Engenharia de São Paulo. Nesse tipo de depósito, o maciço da barragem é formado com camadas de rejeito seco.

"Faz o primeiro dique e vai lançando o rejeito, até atingir a altura, quando se faz novo alteamento. É como fazer uma escada, com vários degraus. Há sempre o risco de acumular água e, sem boa drenagem, a possibilidade de acidente é maior." Em agosto de 2016, após a tragédia de Mariana, a Vale anunciou que

reduziria o uso de barragens e produziria menos 700 milhões de toneladas de rejeitos até 2025.

Na época, a empresa disse ter reformulado o plano de lavra de suas minas e que pretendia adotar cada vez mais o processamento a seco, que não utiliza barragens e costuma encarecer o preço do minério. Procurada, a empresa não informou se levou o plano adiante. Ontem, o diretor de Finanças e Relações com Investidores da Vale destacou o fato de as duas tragédias envolverem esse método.

"Até agora, a única informação relevante que liga os dois acidentes (de Mariana, em 2015, e Brumadinho) é que foram duas barragens construídas com método de alteamento à montante, mais antigo" Para Willy Lacerda, professor de Engenharia Civil da Universidade Federal do Rio (UFRJ), essas barragens são bombas- relógio.

Ele explica que, em barragens úmidas, é preciso tomar cuidados extras, como instalar aparelhos que medem a deformação da barragem em todas as profundidades. "São tocos ocos, que se deformam junto com a barragem, e permitem detectar direitinho onde tem movimento." Além disso, ele diz que é necessária a instalação de um dam break, aparelho que mostra o alcance da lama num eventual rompimento, o que poderia ter evitado muitas mortes.

Proibições. Em reação ao desastre de Mariana, Minas proibiu, em decreto de 2016, novas licenças para barragens com essa tecnologia. Para estruturas já existentes, não exigiu desativação, mas auditorias técnicas. A barragem de Brumadinho tinha laudo de garantia de estabilidade, do ano passado.

O decreto também não suspendeu processos já em andamento que pediam liberação ou ampliação de barragens com essa tecnologia. Em novembro de 2016, o Ministério Público de Minas entrou com ação civil pública contra o Estado para também suspender esses solicitações. Segundo a Promotoria, na época havia ao menos 37 pedidos em andamento que propunham esse método. Na Justiça, o processo está parado desde outubro de 2017.

Em nota, a Semad informou que o decreto sobre barragens é "importante mudança na legislação" sobre o tema e destacou a exigência de auditorias. Disse ser favorável a ampliar a medida e estudar a "descaracterização" das barragens existentes com essa tecnologia, além de fomentar técnicas alternativas.

Em 2016, o Ministério Público Federal também pediu à União que não aprovasse mais planos de lavras com barragens de contenção de rejeitos de mineração por este método. Procurada ontem, a Agência Nacional de Mineração não informou se mudou a orientação sobre isso. No Chile, o modelo

já foi proibido. Na Europa e nos Estados Unidos, também tem sido menos usado nas últimas décadas. / BRUNO RIBEIRO, DENISE LUNA, GIOVANA GIRARDI, JOSÉ MARIA TOMAZELA, MARCO ANTÔNIO CARVALHO e VICTOR VIEIRA

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 29/01/2019

Seção: Metrópole

Autor: Bruno Ribeiro

Título: 'Giovana Girardi Se os culpados não forem punidos, tudo recomeçará'

Entrevista

Paulo Affonso Leme Machado, jurista, autor do livro "Direito Ambiental Brasileiro"

Para especialista, legislação de barragens é defeituosa e mudança no licenciamento pode ser problemática

Um dos maiores especialistas em Direito Ambiental do País, o advogado Paulo Affonso Leme Machado, ex-promotor de Justiça no Estado de São Paulo, concedeu entrevista sobre os desafios e fragilidades da legislação ambiental brasileira em relação à mineração.

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, defende uma reforma do processo de licenciamento. Ele diz que lei é "complexa, irracional e não funciona" e sugere simplificar a legislação para os projetos de baixo impacto ambiental e centrar esforços nas obras mais complexas. O que o senhor achar disso?

Uma questão que se questiona é o tempo de duração do processo. Concordo, é demorado. Tem de ter prazo mais estrito. Mas dizer que é irracional, não é. Nem excessivamente complexo. Agora falar em casos mais simples... Eu sou contra essa diferenciação. Uma coisa que parece simples pode depois se mostrar complexa. Não vem escrito na testa do empreendedor ou do processo que seu impacto ambiental é mínimo. É preciso pesquisar para dizer qual será o impacto.

Desde o desastre de Mariana, ambientalistas, cientistas e promotores alertam para o risco de uma "fábrica de Marianas" se o licenciamento fosse afrouxado. Brumadinho pode aumentar a pressão sobre esse debate?

Sim, acredito que deve aumentar a necessidade de um licenciamento ambiental mais forte, não mais fraco. A questão minerária, e principalmente mineral em Minas, vem mostrando que o licenciamento tem sido muito frouxo e com domínio inegável negável dos mineradores. E o resultado é que as regras ficam afrouxadas.

O sr. vê falhas na legislação específica da mineração?

Há um grande erro, uma chaga, na Lei de Segurança de Barragens, que é o tanto de poder que dá ao empreendedor de se autofiscalizar. É ele que vai realizar as inspeções de segurança. É uma lei defeituosa. São os mineradores que dão a última palavra no monitoramento. E você sabe que é muito difícil uma pessoa se autoacusar. Nossa segurança humana e ambiental fica à mercê do arbítrio das empresas mineradoras, não do Estado.

O que é preciso para evitar que esses casos voltem a se repetir?

Por um lado, para que o licenciamento ambiental seja eficiente, é preciso que as pessoas que licenciam tenham independência funcional, de modo que elas não se submetam a pressões políticas e econômicas. Por outro, como cidadão e habitante deste planeta, espero que o MP e o Judiciário possam cumprir seu dever e ir até o fim. Se pararmos no meio do caminho, se a identificação das condutas não ficarem claras e os culpados não forem punidos, tudo recomeçará.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 29/01/2019

Seção: Opinião

Autor: Pedro da otta Veiga e Sandra Polónia Rios

Título: A OMC na nova política Direção da Vale tem seguro comercial brasileira

A campanha eleitoral do presidente Bolsonaro propunha a abertura comercial pela via da redução das tarifas de importação e das barreiras não tarifárias em paralelo com a negociação de acordos bilaterais. Em Davos, o presidente reconheceu que "o Brasil é uma economia relativamente fechada ao comércio internacional e que mudar essa condição é um dos maiores compromissos deste governo". Afirmou, também, que "buscaremos integrar o Brasil ao mundo por meio de uma defesa ativa da reforma da OMC (...)".

Embora o governo ainda não tenha apresentado nenhuma proposta concreta de reforma da política comercial, pode-se legitimamente esperar que seja divulgado, nos próximos meses, um programa de liberalização comercial

unilateral. A adoção de uma política de abertura comercial, pela primeira vez desde a liberalização do início dos anos 90, exigirá a reorientação da estratégia de negociações comerciais do País. O Brasil adotou historicamente posturas defensivas nas negociações comerciais preferenciais (acordos bilaterais), mas também na OMC – instância desde sempre privilegiada pela estratégia brasileira –, onde o País optou por um "multilateralismo defensivo".

Uma guinada liberalizante na política comercial brasileira exige a reorientação da estratégia de negociações comerciais. Quais deveriam ser os vetores desta "adaptação liberal" para um país com as características estruturais do Brasil – uma potência média regional, com parceiros comerciais e de investimentos diversificados geográfica e setorialmente e com vantagens comparativas concentradas em produtos intensivos em recursos naturais?

Não há dúvidas de que a "adaptação liberal" da estratégia brasileira de negociações comerciais passa pela ênfase em acordos preferenciais – de cuja rede mundial a estratégia protecionista nos deixou isolado. Mas é também inquestionável que, para um país com as características do Brasil, o engajamento em negociações bilaterais com países relevantes não deve – nem necessita – se dar à custa do desengajamento na OMC. A relevância do multilateralismo comercial para o Brasil não decorre de opções políticas, mas das características estruturais e da posição do País na economia internacional, bem como dos recursos de poder de que o País dispõe nesta dimensão.

A característica estrutural está relacionada à distribuição setorial da produção e do comércio no Brasil: a relevância dos produtos agrícolas na pauta de exportações brasileiras. Se é possível buscar a redução ou eliminação de tarifas e quotas que incidem sobre produtos agrícolas em acordos bilaterais, a negociação de subsídios agrícolas, principalmente os relacionados a medidas de apoio interno, tem a OMC como único foro disponível. A segunda característica refere-se ao fato de o Brasil ser um pequeno ator global.

O País tem exportações e importações diversificadas em termos geográficos, mas tem pequena participação no comércio internacional, ocupando a 26.^a posição no ranking das exportações mundiais e a 29.^a no das importações. Mais além dos fatores estruturais que avalizam a concessão de prioridade a um "multilateralismo ofensivo", há ainda dois fatores circunstanciais que reforçam a relevância da OMC para o Brasil. Em primeiro lugar, a consolidação de um mundo multipolar ocorre hoje num cenário de conflitos econômicos e geopolíticos com crescente fragmentação da economia mundial, com consequências nefastas para um país como o Brasil.

Em segundo lugar, a OMC é certamente a instância mais adequada para lidar com os desafios gerados pela consolidação da China como potência global.

Numa trajetória de liberalização da economia brasileira, o engajamento do Brasil na reforma da OMC deve ser orientado pelo objetivo de reforçar o regime multilateral de comércio, defendendo a extensão de sua agenda e a adoção de regras que preservem a competição internacional equilibrada, e não distorcida por subsídios governamentais.

SÃO DIRETORES DO CENTRO DE ESTUDOS DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (CINDES)

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 29/01/2019

Seção: Política

Autor: Renato Sousa Fernando Jordão

Título: Desastre coloca a Vale no olho do furacão

A tragédia em Brumadinho, região metropolitana de Belo Horizonte, coloca a mineradora Vale no centro de um furacão jurídico, que deve resultar em milhares de ações na Justiça no país e no exterior. O entendimento nos tribunais e no Ministério Público Federal é o de que não se pode repetir o fracasso observado no desastre de Mariana, pelo qual ninguém foi punido devido a uma enxurrada de ações protelatórias. Segundo os bombeiros, 65 corpos já foram encontrados no vale de lama deixado pela barragem de uma mina que arrebentou na última sexta-feira e mais de 270 pessoas estão desaparecidas.

Ontem, a Vale sentiu o peso do que está por vir. Teve mais R\$ 800 milhões bloqueados de suas contas, totalizando R\$ 11,8 bilhões. Tomou uma sova dos investidores, que fizeram o valor de mercado da empresa despencar mais de R\$ 70 bilhões. Terá de responder a processo na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), responsável pela regulação e fiscalização do mercado de capitais. E corre o risco de ter a sua diretoria destituída pelo governo, como avisou o presidente interino da República, general Hamilton Mourão.

Mais: a Polícia Federal está fazendo uma varredura nos laudos que indicavam a segurança da barragem da mina Córrego do Feijão, em Brumadinho. As diligências são conduzidas pelo delegado Luiz Augusto Pessoa Nogueira. A PF vai avaliar se existe algum tipo de irregularidade nas licenças. O governo alega que existe risco de contaminação do Rio São Francisco, o que motiva a atuação dos investigadores federais. Dentro da PF, corre a informação de que pode ter havido fraude no processo de avaliação da barragem, já que nada justificaria o desabamento se todos os requisitos estivessem sendo seguidos corretamente.

Terceirizados

O cerco contra a empresa foi explicitado pela procuradora-geral da República, Raquel Dodge. Ela afirmou que o Ministério Público está avaliando medidas para impedir a demora na punição dos responsáveis e no ressarcimento dos danos causados à sociedade. “É muito importante que a Justiça dê uma resposta eficiente, dizendo que esse caso, esse tipo de responsabilidade, deve ser tratado como prioridade. É também preciso responsabilizar severamente, do ponto de vista indenizatório, a empresa que deu causa a este desastre, e também promover a persecução penal”, afirmou.

Dodge lembrou que os “executivos podem ser punidos também”. Ela se referiu aos responsáveis pela atuação direta na região de Brumadinho. Além do MPF, o Ministério Público do Trabalho (MPT) quer garantir que cada família de trabalhador vítima do rompimento da barragem receba ao menos R\$ 2 milhões. O valor, segundo a procuradora-chefe do MPT em Minas Gerais, Adriana Augusta Souza, é o mesmo acordado com as famílias dos trabalhadores mortos no desastre de Mariana, há três anos. Foi com base nesse número, aliás, que o MPT conseguiu liminar para bloquear mais R\$ 800 milhões da Vale. De acordo com a empresa, ao menos 400 pessoas trabalhavam na Mina do Feijão, quando a barragem se rompeu.

O valor, no entanto, é preliminar, e leva em consideração gastos imediatos. “A gente quer que a empresa arque com as despesas de funeral, traslado do corpo e demais gastos relacionados a um contexto como esse, inclusive dos trabalhadores terceirizados. É um direito que as famílias têm”, explicou Adriana. Ela sabe, porém, que não será tarefa fácil, uma vez que a Vale conseguiu brecar todas as ações decorrentes do desastre em Mariana. Desde que uma barragem de rejeitos se rompeu e destruiu o distrito de Bento Rodrigues, 50 mil processos foram movidos contra a Samarco e suas controladoras, a Vale e a BHP Billiton. Nenhuma das ações que correm no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) resultou em reparo financeiro às vítimas.

Segundo o TJMG, as milhares de ações contra a Samarco e as suas controladoras estão paradas devido a vários pedidos de Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDRs) por parte da mineradora. Essa artimanha é facilitada porque as ações estão espalhadas por diversas varas especializadas. Até que uma decisão seja tomada sobre o caso, autorizando ou não a unificação dos processos, todas as ações ficam paradas no Poder Judiciário, alimentando a impunidade.

Além da Justiça estadual, as empresas envolvidas enfrentam processos na Justiça Federal e em cortes internacionais. Algumas famílias conseguiram furar o cerco montado pela Vale e recebem recursos para aluguéis e auxílios emergenciais. No caso da tragédia de Brumadinho, se tudo se mantiver como está, a resolução do processo pode demorar ainda mais, por conta da

quantidade de pessoas vitimadas. Por isso, a pressão da sociedade sobre o Judiciário terá de ser grande. “Queremos o pagamento continuado dos salários dos empregados, tanto dos que morreram, quanto dos que estão vivos, pois com a paralisação dos serviços, ficarão sem emprego. As famílias não podem perder o sustento”, afirmou a procuradora do MPT.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 29/01/2019

Seção: Política

Autor: Gabriel Vinhal

Título: Diretoria na corda bamba

O presidente em exercício, Hamilton Mourão, afirmou que o gabinete de crise do governo estuda a possibilidade de afastar a diretoria da mineradora Vale da gestão da empresa durante as investigações do rompimento da barragem de Brumadinho. O desastre ocorreu na última sexta-feira. Se quiser mesmo afastar os diretores, o Palácio do Planalto terá de convencer os acionistas da companhia — Bradespar, Mitsui e a Previ, fundo de pensão dos empregados do Banco do Brasil — a fecharem um acordo nesse sentido.

“Essa questão da diretoria da Vale está sendo estudada. Vamos aguardar quais são as linhas de atuação que eles estão levantando”, afirmou Mourão. Ele admitiu, no entanto, não saber se o grupo pode fazer tal recomendação. “Tenho que estudar, não tenho certeza.” O governo detém na Vale a chamada golden share, que lhe dá direito de opinar sobre temas estratégicos.

Para Mourão, os responsáveis pelo rompimento da barragem devem ser punidos exemplarmente, inclusive do ponto de vista financeiro. “Punição tem que ser a que dói no bolso, que já está sendo aplicada. Segundo, se houve imperícia, imprudência ou negligência por parte de alguém dentro da empresa, essa pessoa tem que responder criminalmente. Afinal de contas, quantas vidas foram perdidas nisso aí?”, questionou.

Assim como Mourão, o porta-voz da Presidência da República, general Otávio Rêgo Barros, destacou que o governo ainda não tomou uma decisão, mas analisa se o afastamento da diretoria seria uma atitude dentro da lei. “Estudos estão sendo aprofundados para que uma decisão seja tomada adequadamente e, naturalmente, dentro dos ditames legais que regem nosso dia a dia”, afirmou.

O Planalto, segundo Rêgo Barros, está pronto para auxiliar o governo mineiro assim que for pedido. Ele destacou que o governo tem ajudado com o envio de profissionais de saúde e de vigilância sanitária; o monitoramento do abastecimento de água para parte da região metropolitana de Belo Horizonte; o

envio de profissionais para ajudar pessoas desalojadas e famílias afetadas; o acompanhamento dos profissionais israelenses que foram enviados ao local do desastre; e com a antecipação do pagamento do Bolsa Família para famílias afetadas.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 29/01/2019

Seção: Política

Autor: Gabriel Ponte

Título: Pânico na Bolsa: perda de R\$ 71 bi

A Bolsa de Valores de São Paulo (B3) registrou ontem um derretimento das ações da mineradora Vale, afetada pelo estouro de uma barragem de resíduos de minérios em Brumadinho (MG). Os papéis ordinários da companhia desabaram 24,52%, a maior queda da história do pregão paulista. A derrocada dos papéis da mineradora levou de roldão o Ibovespa, principal índice do mercado, encerrou o dia em baixa de 2,29%, aos 95.444 pontos. Nos Estados Unidos, os American Depositary Receipts (ADRs) da Vale caíram 18,12%.

A Vale responde por 10,9% da carteira teórica do Ibovespa, peso considerável entre as ações negociadas. Com o tombo no pregão de ontem, a mineradora perdeu nada menos do que R\$ 71 bilhões em valor de mercado, desempenho sem precedentes na história da empresa. Diante disso, a agência de classificação de risco Fitch rebaixou a nota de crédito da companhia, de BBB+ para BBB-. A direção da Vale, por sua vez, anunciou a suspensão da distribuição de dividendos aos acionistas.

O desempenho negativo não se limitou aos papéis da mineradora. As ações preferenciais da Bradespar, que tem participação acionária de 6,3% na Vale, recuaram 24,49%. Ainda que de forma indireta, o desastre abalou também os papéis do Banco do Brasil (BB), que tiveram perda de 1,29%. É que a Caixa de Previdência dos Funcionários do banco (Previ), por meio da Litel Participações, detém 18% do capital da mineradora.

Pedro Galdi, analista de investimentos da Mirae Corretora, observou que as ações da Vale haviam sido precificadas pelo recuo, na sexta-feira, na Bolsa de Nova York. “A expectativa era de que os papéis abrissem ajustando o tombo das ADRs (American Depositary Receipts). No entanto, com as notícias negativas no fim de semana, a queda foi superior a 20%. Foi uma tragédia muito forte, além dos investidores observarem ser uma reincidência da empresa”, pontuou.

De acordo com Breno Bonani, analista interno da Valor Gestora, os investidores

também repercutem as movimentações da diretoria da empresa.

“Acompanhamos as notícias de que o governo estuda desfazer a diretoria da mineradora. Não à toa, o governo possui golden share (ação de ouro), com poder de veto, na Vale. Essa decisão influencia o investidor, além da notícia do cancelamento de dividendos”, disse.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 29/01/2019

Seção: Política

Autor: Renato Souza

Título: Governo faz fiscalização de emergência

Por meio de uma portaria que será publicada hoje no Diário Oficial da União (DOU), o governo federal determina que os órgãos reguladores iniciem um processo de fiscalização em barragens de todo o país. De acordo com o texto, a prioridade são locais que apresentam elevado risco para a vida humana. A intenção é evitar que uma tragédia como a que se abateu sobre Brumadinho, em Minas Gerais, se repita. De acordo com o texto da portaria, assinado pelo ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, as entidades responsáveis devem iniciar, “imediatamente, fiscalização nas barragens sob sua responsabilidade, com ênfase naquelas classificadas como possuidoras de “Dano Potencial Associado” à vida humana de nível alto ou, ainda, como de “Risco Alto”.

Além disso, o documento prevê a criação de um grupo de trabalho para atualizar a Lei nº 12.334, de 2010, que implantou a Política Nacional de Segurança de Barragens e definiu critérios técnicos para a construção das estruturas. Além da fiscalização, os órgãos públicos citados na portaria devem avaliar a necessidade de retiradas das instalações de barragens que correm o risco de desabar. Outra determinação se refere à continuidade do apoio ao governo de Minas Gerais, onde autoridades estaduais e federais atuam para tentar localizar vítimas, resgatar corpos e encontrar pessoas isoladas pela lama que inundou vastas áreas do município.

Foco

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, defendeu a simplificação da legislação apenas para os projetos de baixo impacto ambiental, de modo que os órgãos fiscalizadores e de controle possam concentrar o foco nos empreendimentos mais complexos. As declarações foram dadas em entrevista à Rádio Eldorado.

“Precisamos de objetividade e centralidade para fazer com que as coisas aconteçam de maneira efetiva”, disse. “Recursos humanos que deveriam estar focados nas questões de médio e alto risco estão sendo dispersos (em questões menores). Precisamos de legislação que funcione, licenciamento que funcione”, afirmou.

Salles disse ainda que o modelo anterior de gestão não funcionou porque não tinha foco, já que colocava no mesmo patamar projetos de baixo, médio e alto impactos. “(Isso) está desvirtuando e tornando ineficientes os trabalhos de fiscalização. É uma legislação tão complexa e irracional, que não funciona”. O ministro defendeu a “unicidade” no processo de licenciamento ambiental e fiscalizatório. Disse, ainda, que pouco foi aprendido com a tragédia de Mariana (MG), ocorrida em novembro de 2015.

“Recursos humanos que deveriam estar focados nas questões de médio e alto risco estão dispersos (em questões menores). Precisamos de legislação que funcione, licenciamento que funcione”

Ricardo Salles, ministro do Meio Ambiente

Empresa doa R\$ 100 mil a cada família

O diretor Financeiro da Vale, Luciano Siani, anunciou a doação de R\$ 100 mil para cada família que teve pessoas mortas e desaparecidas, em consequência do rompimento da barragem da empresa em Brumadinho (MG). Ele esclareceu que o dinheiro será doado para “aliviar os problemas de curto prazo” dos atingidos e não será contabilizado como indenização. Para minimizar as perdas e os prejuízos à população, a Vale vai manter o pagamento de royalties para Brumadinho por tempo indeterminado, para não prejudicar a arrecadação municipal. A cidade recebeu cerca de R\$ 140 milhões em 2018, 60% relativos à mineração. “Esse valor muda com o preço do minério de ferro, mas o que importa é que a Vale vai continuar compensando o município, por conta da falta desses recursos, já que a produção foi paralisada. Vamos fazer a conta na ponta do lápis: o que seria devido, vamos pagar”, afirmou Siani.

Pagamentos

A Caixa Econômica Federal informou que vai conceder uma pausa de 90 dias no pagamento de operações de crédito feitas pela população de Brumadinho, inclusive de financiamentos imobiliários. As ações, conforme o banco, visam a atender clientes, empresas, beneficiários de programas sociais e os moradores em geral, atingidos na região. Para as empresas da região, o banco concederá pausa de até três meses para pagamento das parcelas de empréstimos.

Além disso, os trabalhadores que tiverem residência na área afetada poderão

solicitar o saque do FGTS, conforme previsto na Lei nº 10.878/04. O limite máximo será R\$ 6.220,00 por pessoa. Também será antecipado o pagamento do Bolsa Família.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 29/01/2019

Seção: Política

Autor: Vera Batista

Título: Maior acidente trabalhista do país

Com o número oficial de 65 mortos e cerca de 300 desaparecidos, até agora, a tragédia de Brumadinho já é considerada o maior acidente de trabalho da história do país, segundo o Ministério Público do Trabalho (MPT).

De acordo com o procurador-geral do Trabalho, Ronaldo Curado Fleury, o topo da lista era ocupado pelo desabamento do pavilhão do Parque de Exposições da Gameleira, em Belo Horizonte, em 1971, com 65 mortos, vindo a seguir a contaminação do solo pela Shell Basf, fabricante de agrotóxicos, que funcionou entre 1974 e 2002, em Paulínia, São Paulo. O rompimento da barragem do Fundão, em Mariana (MG), em 2015, também de propriedade da Vale, que deixou 19 mortos, estava em terceiro lugar na relação do MPT.

Brumadinho é também o pior desastre em uma barragem ocorrido no mundo na última década, na avaliação da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A entidade emitiu comunicado para apontar a “necessidade de reforço global nas medidas de segurança quando o assunto é mineração. “

Em setembro de 2008, o rompimento de uma barragem em Shanxi, na China, fez pelo menos 254 mortos. Em 2015, 113 pessoas morreram em Mianmar, também depois do rompimento de uma barragem. A OIT, porém, alerta que outras tragédias envolvendo situações similares causaram uma perda “ainda maior de vidas no passado, em todas as regiões do mundo”.

A OIT ainda afirma que o Brasil ratificou em 2004 uma convenção internacional para garantir a segurança e a saúde nas atividades de mineração, nove anos depois que o instrumento fora aprovado. Em comunicado, o diretor-geral da OIT, Guy Ryder, apontou que cerca de 300 pessoas continuam desaparecidas em Brumadinho: “Essa tragédia é uma triste lembrança da importância crucial de um sistema para garantir a segurança e saúde para os trabalhadores e a proteção de suas comunidades”. Segundo ele, a OIT continua disposta a ajudar

o Brasil a fortalecer esses mecanismos para “prevenir futuros acidentes”.

Na avaliação de juízes, procuradores e auditores-fiscais do trabalho, os instrumentos de prevenção de acidentes são falhos no Brasil. A legislação pouco rigorosa com empresários e especialmente rígida com os funcionários, a falta de pessoal em algumas áreas de fiscalização e recursos escassos para prestação de serviço à sociedade são ingredientes que, somados, deixam servidores de mãos atadas e trabalhadores à mercê de tragédias de grandes proporções, afirmam

No entanto, segundo os profissionais da área, não se pode falar em morosidade da Justiça Trabalhista. “Ela é a primeira a atender as demandas do cidadão. Efetivamente, no rompimento da barragem de Mariana, a Justiça cumpriu seu papel e ressarciu vítimas”, disse Guilherme Feliciano, presidente da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra).

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 29/01/2019

Seção: Política

Autor:

Título: Desembargador vê culpa conjunta

O desembargador Antônio Souza Prudente, do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª região, com jurisdição sobre o estado de Minas Gerais, chamou a atenção para a responsabilidade compartilhada de todos os que tiverem alguma parcela de culpa pelo desastre ambiental de Brumadinho. “A lei que regula os crimes ambientais estabelece a responsabilidade de quem concorre para os danos, inclusive empresários. Cabe ao poder público e a toda a coletividade, preservar”, explicou, em entrevista ao programa CB.Poder, do Correio Braziliense e da TV Brasília.

De acordo com Souza Prudente, a legislação prevê, inclusive, a responsabilidade do prefeito. “A Constituição estabelece a competência dele para autorizar a operação de mineradoras. Ele tem responsabilidade”, disse. O desembargador destacou ainda a necessidade de fiscalização constante, já que vistorias anteriores podem ter sido falhas. “O empreendedor deve ser monitorado constantemente pelos órgãos que emitiram a licença”, afirmou.

As penas para crimes ambientais, porém, não passam de quatro anos. “São ridículas. São crimes que a lei pode considerar culposos, mas que, em alguns casos, a Justiça vai avaliar como dolosos. Em princípio, é culpa pela omissão”,

disse Souza Prudente. Da mesma forma, ele defende ações não só por danos materiais, mas também morais. “A legislação vigente não se volta especificamente para a apuração de danos morais. Teria que haver uma caução garantidora dos riscos de dano, o que não é feito”, afirmou.

O desembargador acredita que, após a tragédia de Brumadinho, o presidente Jair Bolsonaro pode repensar a opinião de “acabar com a indústria de multas ambientais”. “Creio que, com esse desastre, temos de aprender que não se pode flexibilizar, mas arrochar, para que isso não aconteça mais”, explicou.

Souza Prudente também fez um alerta sobre projetos que tramitam no Congresso. “Nenhum projeto pode flexibilizar. Há uma cláusula pétrea, o artigo 225, parágrafo 1º, que diz que é obrigatório estudo prévio ambiental em face do empreendimento. Querer flexibilizar significa a pressa do faturamento, sem pensar na vida humana.” Por fim, o desembargador afirmou que as vítimas devem buscar indenizações com a Justiça. “Aqueles que foram vítimas devem, sim, buscar as indenizações na linha de perspectiva que as ações são imprescritíveis”, disse.

Protesto no Rio

Manifestantes encheram de lama a escadaria de acesso à sede da mineradora Vale, em Botafogo, zona sul do Rio, durante protesto realizado na tarde de ontem. A calçada em frente à empresa foi pintada com frases como “Vale assassina” e “não foi acidente”. A mineradora é responsável pela barragem que ruiu na última sexta-feira, em Brumadinho e até a noite desta segunda-feira havia deixado 65 mortos e 279 desaparecidos. Cerca de 50 pessoas participaram do protesto, que também teve performances, discursos e exibição de cartazes com cobranças à Vale e ao governo. Não houve confrontos. Seguranças da Vale acompanharam o ato, mas não interferiram. Quatro policiais militares também estiveram presentes, mas não precisaram agir.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 29/01/2019

Seção: Política

Autor: Luiz Carlos Azedo

Título: Viver é muito perigoso

Nas entrelinhas

Foi bem-sucedida cirurgia à qual foi submetido ontem o presidente Jair

Bolsonaro, para retirar a bolsa de colostomia e religar o trânsito intestinal. Segundo a Presidência, “o presidente possuía em razão das outras duas cirurgias uma quantidade muito grande de aderências. E essas aderências exigiram do corpo médico uma verdadeira obra de arte em relação à cirurgia”. A operação durou oito horas, mais do que o dobro do previsto. Foi uma operação mais complexa do que imaginava.

Enquanto Bolsonaro se recupera da cirurgia, a vida segue seu perigoso curso, como diria o jagunço Riobaldo, personagem de Grande Sertão: Veredas, de Guimarães Rosa. O país acompanha comovido o trabalho de resgate dos corpos das vítimas, na esperança de eventuais sobreviventes, do rompimento da represa de rejeitos de minérios de Brumadinho, na Grande Belo Horizonte. Essa é a nossa maior tragédia humana do gênero, que já contabiliza mais de 60 mortos e quase três centenas de pessoas desaparecidas. Foi muito mais grave do que a de Mariana, ocorrida há três anos e dois meses, cujo impacto ambiental no Rio Doce foi maior do que o atual, que transformou num rio de lama de minério o Córrego do Feijão, afluente do Rio Paraopeba, que deságua no São Francisco.

Equipes de resgate do Corpo de Bombeiros e da Defesa Civil do governo de Minas foram reforçadas por tropa especializada de militares israelenses, enquanto efetivos e equipamentos do Exército, disponíveis em Juiz de Fora, não foram mobilizados ainda, aparentemente por entraves burocráticos. É muita tolice criticar a presença dos israelenses, que têm equipes treinadas para resgates em escombros. Embora nunca tenham passado por uma situação igual no seu país, os especialistas israelenses também se destacaram no México, socorrendo vítimas de terremotos.

Há muito mais do que marketing político na operação. Israel quer estreitar relações com o Brasil e vender sua alta tecnologia. Há empresas brasileiras que também desejam fazer isso, mas foram desconsideradas pela Vale, que optou por economizar naquilo que não deveria, principalmente depois da tragédia de Mariana. Como se sabe, metade da Samarco, empresa responsável pela tragédia de Mariana, é da Vale que, por sua vez, também não assume a responsabilidade pelo que aconteceu em Brumadinho. Não devemos demonizar a mineração, mas isso não significa passar a mão na cabeça da diretoria da Vale, cujo presidente, se fosse japonês, já teria feito harariqui.

Meio ambiente

O governo federal também está sendo obrigado a rever suas posições em relação à questão das licenças e fiscalização ambientais, como fez com o Acordo de Paris. O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, faz malabarismos conceituais para explicar a mudança de posição em relação aos controles dos órgãos ambientais. A demonização do Ibama e o ICMBio, discurso fácil até

agora, está diante do outro lado da moeda das licenças ambientais. A diferença é de que em outras áreas, que o ministro chama de baixo risco, populações ribeirinhas e indígenas são afetadas sem a mesma letalidade, como no caso de Belo Monte. Mas o drama humano também existe, com o desenraizamento, a favelização, o banditismo e a prostituição.

“Viver é muito perigo, seu moço!” A frase antológica do jagunço mineiro é verdadeira. Vale para as tragédias e para a política. Em menos de 30 dias, o novo governo do país está de cara com essa realidade. Rapidamente está descobrindo que boa parte dos problemas que enfrenta não decorre de ideologias, mas da realidade objetiva e das contingências do nosso desenvolvimento. Por isso, são muito importantes os projetos e estratégias; há problemas que não se resolvem na canetada, mas no esforço continuado e na mobilização permanente do Estado, dos agentes econômicos e da sociedade. Isso não se consegue com bravatas e frases de efeito, requer a construção de amplos consensos e a participação dos demais atores políticos.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 29/01/2019

Seção: Política

Autor: Alessandra Azedo/ Gabriela Vinhal

Título: Congresso busca medidas severas

Mais um desastre foi necessário para que a precariedade das regras de segurança de barragens voltasse a ser debatida entre os parlamentares. A tragédia em Brumadinho (MG), na última sexta-feira, colocou o tema ambiental de volta na agenda. Com o início do ano legislativo, na próxima sexta-feira, deputados e senadores garantem retomar o assunto, esquecido nas gavetas do Congresso apenas alguns meses após a tragédia em Mariana (MG), em 2015.

Uma das ideias é inserir na pauta o Projeto de Lei nº 224/2016 do Senado, que foi arquivado no fim do último ano legislativo, em dezembro do ano passado. A proposta, uma das mais amplas sobre o assunto, prevê a atualização do Plano Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), com o objetivo de endurecer as regras para que empresas construam e mantenham barragens. Também estabelece punições mais duras para quem descumprir essas determinações. (veja quadro)

De autoria do senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), o projeto seguiu para a Comissão de Meio Ambiente (CMA) do Senado em 2016, mas nunca foi votado. Como era terminativo, não precisava passar pelo plenário, poderia ser

encaminhado à Câmara logo após a aprovação do colegiado. O relator da matéria, senador Jorge Viana (PT-AC), considera que o Congresso falhou ao abandonar o tema.

Outros parlamentares pretendem sugerir projetos ainda mais ambiciosos, como a de proibir a construção de barragens de alteamento a montante — método que consiste em depositar os rejeitos minerais em camadas, para aumentar a altura da barragem. A ideia foi levantada pelo presidente da frente ambientalista da Câmara, deputado Alessandro Molon (PSB-RJ). “A ideia é de que não sejam mais construídas e, ao mesmo tempo, que as que já existem sejam desmontadas”, disse.

Após conversas com a ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva, o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) também propõe medidas duras. Ele anunciou que apresentará, já na próxima segunda-feira, um projeto que torna hediondo o crime ambiental que afetar gravemente ecossistemas e colocar vidas humanas em risco.

Recuperar-se desse prejuízo exige mais do que apresentação de propostas que, muitas vezes, são arquivadas ou derrotadas. Em julho do ano passado, por exemplo, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais rejeitou o projeto que proibia novas licenças para barragens de alteamento e impedia a construção de barragens onde há comunidades.

No âmbito federal, para mexer nas regras atuais, os parlamentares precisarão enfrentar obstáculos dentro do próprio Congresso. O primeiro deles é encarar a bancada da mineração que, apesar de ser pequena, está entre as mais influentes.

Para que o assunto não seja varrido para debaixo do tapete, como aconteceu pouco depois do desastre em Mariana, os deputados ambientalistas pretendem travar uma batalha com a bancada da mineração. “Vai ser uma disputa difícil, porque o outro lado ainda tem muita força e é muito bem articulado”, comentou um deputado.

Parlamentares defendem CPI

Parlamentares se mobilizam para a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho. Segundo a assessoria de imprensa, o senador Otto Alencar (PSB-BA) já teria conseguido as 27 assinaturas necessárias para que o colegiado passe a investigar o desastre. Se confirmadas as assinaturas, o pedido de criação da CPI deve ser feito logo no início do ano legislativo, nesta sexta-feira. A instalação da comissão é apoiada pelo deputado Rogério Correia (PT-MG). Ele defende

investigação sobre as práticas exploratórias da Vale.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 29/01/2019

Seção: Política

Autor: João Henrique do Vale/ Junia Oliveira

Título: Rejeito já ocupa área de 3,5km²

O mar de lama que desceu da barragem da Mina do Córrego do Feijão, da mineradora Vale, em Brumadinho, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, fez desaparecer ao menos dois córregos que passavam pela cidade. Os rejeitos estão se deslocando para o Rio Paraopeba, confirmou ontem o Fórum Brasileiro de Comitês de Bacias Hidrográficas e o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba.

Segundo a Fundação Joaquim Nabuco, que monitora o avanço da lama, até domingo, os rejeitos haviam percorrido 205 quilômetros e ocupado uma área de 3,5 quilômetros quadrados. O monitoramento foi feito por meio do satélite francês Sentinel 2, que vinha sendo usado para pesquisas na Caatinga. De acordo com Luciano Siani, diretor executivo de Finanças e Relações com Investidores da Vale, a lama deve chegar hoje a Pará de Minas, a 75,4 quilômetros da cidade onde houve o rompimento.

Divulgado ontem, o Boletim de Monitoramento Especial do Rio Paraopeba, elaborado pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM), prevê que a lama com rejeitos de barragem da Vale alcance, entre 15 e 20 de fevereiro, a Usina Hidrelétrica de Três Marias, na Bacia do Rio São Francisco, Região Central de Minas. De acordo com o boletim, a “água turva” percorre a Rio Paraopeba a uma velocidade de 1km/hora. Hoje à noite, os rejeitos deverão alcançar o município de São José da Varginha e, entre 5 e 10 de fevereiro, a Usina Hidrelétrica de Retiro Baixo, entre os municípios mineiros de Curvelo e Pompéu. Diariamente, o CPRM emite dois boletins sobre as águas contaminada do Rio Paraopeba.

Ainda de acordo com o diretor da Vale, a empresa vai tentar reduzir o impacto da lama sobre o abastecimento de água. “Estamos, a partir de amanhã (hoje), colocando uma cortina de contenção no Rio Paraopeba para impedir que o rejeito que se desloca afete a captação de água do município de Pará de Minas. Temos uma expectativa muito grande de que isso tenha sucesso”, disse.

Barreira

O ponto mais crítico é Retiro de Baixo, a 220 quilômetros do Córrego Feijão. Por ser o primeiro trecho de rio a encontrar barramento, pode ser também a solução para evitar que a lama desça ainda mais. “É possível adotar alguma medida para tentar conter o fluxo da lama, lembrando que, como é uma quantidade menor, talvez se consiga comportar nesse primeiro barramento ou no de Três Marias, que está com 57% da capacidade do reservatório. Se fechar o reservatório Retiro Baixo, é possível conter e não chegar nem a Três Marias. Mas, se não conseguir, há de se avaliar fechar as comportas de Três Marias”, explica Renato Ramos.

Suspensão

O Greenpeace pede a imediata suspensão das atividades nas 167 barragens de resíduos de mineração da Vale em operação em todo o país para evitar mais uma tragédia. “Será que todas elas também são bombas ativas que podem explodir a qualquer momento?”, questionou o geógrafo Marcelo Laterman, da campanha de Clima e Energia, da ONG. “Pedimos que a operação dessas barragens seja paralisada imediatamente e que uma revisão de engenharia seja efetivamente executada, oferecendo segurança para as pessoas, o meio ambiente e a economia do país. Não podemos deixar todo um sistema nas mãos de uma empresa negligente e criminosa”.

Corrupção em agência da ANM

A Polícia Federal identificou um esquema de corrupção na gerência regional da Agência Nacional de Mineração (ANM) na Bahia. A entidade é uma das responsáveis pela concessão de autorização para a criação e funcionamento de barragens de rejeitos. De acordo com a PF, as investigações, que começaram em 2017, identificaram “servidores da ANM, em Salvador, recebiam vantagens indevidas para priorizar o andamento de determinados processos e até mesmo modificar decisões contrárias aos interesses de empresários”. Os gerentes do órgão atuavam para atender interesses de um grupo político.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 29/01/2019

Seção: Política

Autor: Renan Damasceno/Túlio Kaiser/Elían Guimarães

Título: Sepultamentos começam em MG

Sessenta covas abertas, caixões em fila, aguardando a hora de serem levados do velório para o cemitério Parque das Flores, no Bairro Salgado Filho. Parentes se revezando em choros, soluços e orações. A sensação é de que todos estão anestesiados, ainda sem acreditar no que ocorreu, que o tempo parou desde

que a barragem do Córrego do Feijão estourou, no início da tarde de sexta-feira. Até a noite de ontem eram 65 mortos confirmados (31 identificados) e ao menos 279 desaparecidos.

Assim foi a rotina do quarto dia desde a tragédia em Brumadinho, com o sepultamento das vítimas. Desde a noite de sexta-feira, coveiros trabalham em regime de emergência no Parque das Flores, onde foram abertas 60 covas, com capacidade para sepultar até 98 vítimas. Ontem, foram apenas três corpos liberados para sepultamento no local, segundo Josana Pereira, funcionária da Prefeitura de Brumadinho que cuida dos cemitérios. Outras duas vítimas foram levadas para o Municipal e outros dois enterrados no cemitério de Brumado, na comunidade de Conceição de Itaguaí.

O velório dura poucos minutos com caixão lacrado. A causa de morte foi declarada como politraumatismo contuso. O primeiro a chegar ao Parque das Flores foi o motorista Maurício de Lemos, 52 anos, que teve o corpo reconhecido no início da tarde de domingo, no Instituto Médico Legal (IML). “Ele falou com minha mãe três minutos antes de tudo acontecer. Disse que estava dentro da máquina. Ele estava trabalhando lá há seis meses e a gente estava organizando os papéis para ver se ele conseguiria se aposentar. Acabaram com ele, acabaram comigo”, disse a filha Juliana Rita Lemos.

A Prefeitura de Brumadinho estuda a possibilidade de ampliar o terreno do cemitério Parque das Flores, para receber as vítimas. “Providenciamos banheiros químicos, tenda para os parentes, água mineral e estamos aguardando para ampliar a parte debaixo do cemitério”, afirmou Josana. Os sepultamentos continuam hoje à medida que o Instituto Médico Legal (IML) em Belo Horizonte liberar os corpos.

Solidariedade

Para alguns, a dor da certeza da perda definitiva de entes queridos, para outros a angústia do silêncio da desinformação. No Bairro Gameleira, essa foi a rotina durante todo o dia no IML. Muito choro, apreensão, poucas esperanças e muita solidariedade. No quarteirão permitido somente ao trânsito local, calçadas tomadas por uma rede solidária de voluntários, gente vindas de todas as partes para oferecer alimento, acolhida, agasalho ou apenas um afago se misturavam com famílias e amigos nas idas e vindas do desespero de obter “alguma notícia” ou na dor expressa da confirmação da ausência de um pai, um filho, um marido ou esposa.

Sem dormir havia três dias, Odair Dias da Rocha Santana, 42, aguardava notícias da irmã Denise da Rocha, 32, engenheira da Vale, mãe de dois filhos, um de 12 e outro de 8, que trabalhava na empresa há quatro anos. “Ela nos mandou fotos almoçando, no refeitório, na sexta-feira, às 13h30 e nunca mais tivemos

notícia”. Odaír aguardava a chegada da mãe e das irmãs, vindas de São Paulo, para tentar entrar no instituto e reconhecer a irmã entre os corpos. “Não sabemos o que dizer aos filhos, que chamam pela mãe o tempo todo e precisaram ser medicados. Ninguém da Vale ainda nos procurou.”

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 29/01/2019

Seção: Política

Autor: Junia Oliveira

Título: Suporte emocional

Psiquiatras e psicólogos da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (Fhemig) vão fazer plantão 24 horas em Brumadinho para dar suporte às vítimas do rompimento da Barragem Minas Córrego Feijão e seus familiares. Os profissionais estão atuando também no apoio a parentes no Instituto Médico-Legal (IML) de Belo Horizonte. Médicos legistas estão sendo liberados para reforçar a equipe. Hoje, três pacientes internados no Hospital de Pronto-Socorro João XXIII (HPS) devem ter alta. Quatro pessoas ainda ficarão na unidade sem previsão de quando irão para casa.

Os profissionais que darão o apoio psiquiátrico e psicológico são dos hospitais Eduardo de Menezes e do Raul Soares. Já os legistas são médicos que têm dupla jornada e também trabalham no HPS. “Nossa preocupação é o que ocorrerá com familiares e vítimas daqui para frente, mesmo aquelas que não estão hospitalizadas, no que se refere ao impacto do trauma psicológico. Temos relatos de médicos psiquiatras sobre pessoas que não se recuperaram até hoje do trauma de Mariana, em 2015”, afirmou o diretor assistencial da Rede Fhemig, Marcelo Lopes Ribeiro.

Médicos estão sendo remanejados para exercer unicamente a função de legista, uma vez que a quantidade de corpos que está chegando é muito além da capacidade do IML. Marcelo Ribeiro garante que o procedimento não vai atrapalhar a rotina do João XXIII nem de outros hospitais da rede Fhemig. De acordo com o diretor do HPS, Sílvio Grandinetti, a unidade tem funcionários suficiente para agir nesse tipo de situação. “Nessas horas, independente de estrutura física, faz a diferença a mobilização de todos”, relatou.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 29/01/2019

Seção: Política

Autor: Renan Damasceno/Túlio Kaiser/Elían Guimarães

Título: Pouco movimento e comércio fechado

O rompimento da barragem administrada pela Vale, na última sexta-feira, alterou completamente a rotina dos moradores de Brumadinho. Entre a tristeza por causa da tragédia e das vidas perdidas e a esperança na busca por sobreviventes, a população tenta, ainda de forma tímida, voltar à rotina.

Ontem, três dias após o rompimento da barragem, foi o primeiro dia útil após a tragédia. Desde as primeiras horas do dia, o centro comercial de Brumadinho esteve pouco movimentado. Poucas lojas estavam abertas. Algumas, além das portas fechadas, traziam o símbolo de luto na fachada.

Quem teve força para encarar o dia de trabalho ainda lamentava a tragédia. Todo mundo perdeu algum conhecido próximo. Uma comerciante, que preferiu não se identificar, afirmou que só abriu a loja de roupas no centro da cidade para tentar esquecer um pouco as imagens de horror.

“Eu perdi amigos e clientes. Familiares, felizmente não, mas a cidade é pequena e todo mundo se conhece. Muita gente não abriu a loja, foram parentes perdidos. Eu vim para a loja apenas para espair um pouco, tentar apagar da mente, pelo menos um pouco, tudo o que aconteceu”, disse.

Algumas lojas abriram apenas para limpeza. As ruas, vazias, indicaram o clima vivido em Brumadinho. O esvaziamento é reflexo das dificuldades que as pessoas estão em andar pela cidade. “Quem mora do outro lado de onde rompeu a barragem não consegue chegar aqui para trabalhar”, completou a comerciante. (RD, TK e EG)

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 29/01/2019

Seção: Política

Autor: Junia Oliveira

Título: Alta ainda sem previsão

Nove pessoas deram entrada no HPS em virtude da tragédia de Brumadinho. Duas já tiveram alta. Das sete que ainda restam, quatro pacientes ainda ficarão sem previsão de alta. Segundo o diretor assistencial, um paciente de 55, que teve traumatismo craniano, exige muita atenção. Uma mulher de 43, com traumatismo torácico, precisa de exames periódicos para verificar se a lesão vai progredir.

Uma outra mulher, que por ter ficado na lama por muito tempo, teve lesões também. O caso mais preocupante é de uma adolescente de 15, que teve múltiplas fraturas na pelve, bacia e tórax. Ela foi operada, ficou em coma

induzido e acordou depois de suspensa a sedação. “A primeira pergunta que ela fez foi sobre os familiares dela. Parece que não se lembrava do que havia ocorrido”, contou o médico. A garota precisa de tratamento complementar e deve fazer outras cirurgias ao longo da internação.

Espera

Para o supervisor de serviços gerais José Antônio Soares Pereira, 46, o momento agora é de espera. Ele e a família trabalhavam na Pousada Nova Instância, arrasada pela lama. No hospital, estão a mulher e a cunhada. Desaparecida, a filha de 14. “Eu estava em BH. Esse é um dos motivos de eu ter escapado, senão, não estaria aqui agora dando essa entrevista. É um desespero total”, disse, em meio a um abraço. (JO)

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 29/01/2019

Seção: Política

Autor: Denise Rothenburg

Título: Só assim

A descoberta de um ônibus de funcionários da Vale, em Brumadinho, obrigou os bombeiros a trabalhar em condições extremas. Uma situação que resume bem as dificuldades, obstáculos e exigências mentais às quais esses socorristas se expõem para regatar corpos e procurar sobreviventes de um dos piores desastres socioambientais do Brasil. Cerca de 100 militares chegaram a ser empenhados em várias frentes de trabalho, 85 deles nas chamadas “zonas quentes”, os locais mais perigosos e com maior número de vítimas.

O ônibus foi encontrado no domingo, mas só pôde ser acessado ontem, devido à falta de luz no anoitecer. Logo às 6h, 20 bombeiros militares de Minas Gerais e do Rio de Janeiro se deslocaram pela área arrasada pela lama e rejeitos. O terreno é instável, apresentando partes de concentração líquida que lembram um córrego ou lago, com até dois metros de profundidade, e outras de lama movediça, que engole com facilidade quem não se desloca com cuidado e técnica.

“São áreas de acesso muito difícil. Por isso, pedimos às pessoas para não entrar nelas”, afirmou o comandante de salvamento especializado do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, Leonard Farah. O porta-voz da corporação, Pedro Aihara, disse que, mesmo entre os socorristas, nem todos podem participar das ações nos lugares mais complexos. “Na área quente, nem os bombeiros militares têm acesso livre para fazer buscas. O trabalho é feito apenas por equipes especializadas, com cães farejadores e outras forças.”

O resgate de ontem teve de ser manual, sob um forte calor de 34°C. A todo momento, os bombeiros precisavam procurar terreno firme para poder trabalhar. Metade utilizava pás e enxadas para tentar desenterrar o veículo. A outra metade usou facões, cordas e motosserras para remover madeira da mata e construir uma rota de fuga, caso a barragem B6, que vinha apresentando perigo, rompesse.

“O ônibus, aparentemente, é de funcionários, devido à grande quantidade de equipamentos de proteção individual encontrados em seu interior. Mesmo trabalhando o dia todo pode não ser possível resgatar todos os corpos, uma vez que o ônibus pode ter vindo (sendo arrastado) e espalhado mais vítimas pelo local”, disse o capitão Farah.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 29/01/2019

Seção: Política

Autor: Denise Rothenburg

Título: Só assim

Brasília-DF

A Vale que se prepare: Há consenso no Judiciário e no Executivo a respeito da forma de fazer com que a empresa seja totalmente rigorosa na prevenção de novos acidentes. Punição exemplar no caso de Brumadinho, algo que não houve em Mariana.

Diferenças

No caso de Mariana, o dano ao meio ambiente foi maior. Desta vez, o drama é o número de mortos. Ninguém engole um refeitório justamente no local por onde a lama escoaria, em caso de rompimento.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 29/01/2019

Seção: Gabriel Ronan

Autor: Política

Título: Israelenses reforçam equipe

Se por um lado o quarto dia de trabalhos de resgate de corpos e busca de sobreviventes do rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, na Grande Belo Horizonte, ficou marcado pela saída de voluntários, que não puderam atuar nas chamadas zonas quentes (áreas de maior risco), por outro, o Corpo de Bombeiros ganhou um reforço de peso. Desde a tarde de ontem, militares do Exército israelense trabalham nas cenas da tragédia ambiental. Cerca de 120 agentes do país do Oriente Médio se concentraram na área administrativa da Vale, onde estava situado um refeitório com centenas de funcionários da mineradora.

Outro grupo, de aproximadamente 15 oficiais, permaneceu na sede do comando das operações, na Faculdade Asa, logo na entrada do município mineiro. Com eles, veio uma tecnologia de ponta com a chancela de uma das maiores potências bélicas do planeta: sonares capazes de detectar o que é lama e o que é material humano em uma profundidade de até cinco metros. Para alcançar melhores resultados, foi recolhida uma amostra da lama. Os equipamentos fazem parte do inventário de 16 toneladas trazido por Israel ao território brasileiro.

A escolha pelo refeitório é estratégica. Até o fechamento desta edição, os bombeiros brasileiros não conseguiram localizar o restaurante. Isso porque a lama o arrastou para posição ainda não precisada pelas equipes. Antes da chegada de Israel, as tentativas se baseavam em cálculos matemáticos, o que não surtiu efeito. Além disso, os esforços estrangeiros nesse local impedem uma possível aglomeração excessiva de agentes, o que criaria ainda mais barreiras.

Além dos equipamentos para diferenciar lama e material humano, outro sonar cria uma alternativa na busca de sobreviventes. Apesar de as chances serem remotas, as autoridades ainda trabalham com a possibilidade de encontrar sobreviventes a partir dos sinais telefônicos. Para facilitar essa tarefa, o Exército de Israel conta com uma tecnologia que capta as redes de aparelhos em profundidades de até cinco metros. Contudo, as condições da tragédia dificultam esse trabalho, já que há pontos em que a lama afundou até 15 metros. No caso do restaurante da Vale, por exemplo, o nível está em oito metros, de acordo com dados do comitê de crise.

“A gente faz uso de uma série de recursos tecnológicos. Atualmente, utilizamos sobrevoos com drones, câmeras termais, georreferenciamento, últimas localizações disponíveis e outros equipamentos. Esse é mais um recurso para somar”, explicou o tenente Pedro Aihara, do Corpo de Bombeiros, sobre o novo

aparato. O comandante da Unidade de Resgate Nacional de Israel, Golan Vach, também concedeu entrevista à imprensa em Brumadinho. Ele explicou os primeiros passos da operação estrangeira em Minas. “Logo de manhã, checamos a área com helicópteros para ter uma imagem completa do local. Antes de tudo, nossa impressão é de um grande trabalho do Corpo de Bombeiros. É uma missão muito difícil, em um lugar muito perigoso”, disse.

Também no local, o governador Romeu Zema (Novo) agradeceu o apoio de Israel. “Sou muito grato (a Israel). Com a tecnologia deles, vamos aumentar, e muito, as chances de encontrarmos novos sobreviventes e vítimas. Isso vai amenizar a angústia que as famílias dessas vítimas têm passado”, afirmou.

A ajuda do Exército israelense foi oferecida pelo primeiro-ministro do país, Benjamin Netanyahu, ao presidente Jair Bolsonaro (PSL). Em sua conta pessoal no Twitter, ele postou, ainda no domingo, imagens dos militares enviados para o Brasil e destacou a importância da operação. “A delegação israelense está a caminho do Brasil para ajudar as vítimas do desastre do desabamento da barragem. Nós ajudamos nossos amigos”, disse.

Os israelenses trouxeram ainda equipamentos modernos para rastreamento, com capacidade de captação de imagens e detectores de vozes e ecos. Todo o aparato, contudo, precisou ser regulado às características da tragédia, inclusive com a falta de estrutura nas zonas quentes, concentradas justamente na área rural de Brumadinho. Para evitar possíveis erros, foi feita uma reunião entre o comitê de crise e Israel.

No total, são 136 militares. Eles chegaram por volta das 21h30 de domingo a Belo Horizonte e foram recebidos pelo governador Romeu Zema na pista do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins, na região metropolitana da capital.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 29/01/2019

Seção: Política

Autor: Simone Kafruni/Lucas Valença

Título: Tensão e medo em Paracatu

Aurum no latim significa “brilhante” e dá nome ao metal que produziu colonizações e encantou impérios. O ouro ainda tem alto valor monetário, mas sua exploração pode provocar danos físicos e ambientais irreparáveis. A 234 quilômetros da capital federal, na cidade de Paracatu (MG), a Kinross Gold Corporation explora a maior mina de extração do metal a céu aberto no Brasil. Depois da tragédia de Brumadinho (MG), o medo tomou conta da cidade. Há

três anos, depois do desastre de Mariana (MG), o receio já tinha aumentado. Isso porque a mineradora atua a apenas 300 metros da cidade. Autoridades procuram confortar a população com audiências e vistoria na empresa, mas as redes sociais estão fervendo de comentários e rumores.

O medo vai além de algum rompimento das duas barragens da região, Santo Antônio e Eustáquio. As pessoas temem falar sobre a empresa. Abordadas pela reportagem, cidadãos de variadas funções e idade, rejeitaram com receio de que algo pudesse “desagradar” à empresa, como deixaram claro. Um motoboy, 62 anos, que não quis se identificar, lembrou um ditado popular ao avaliar o cuidado da população: “Em boca fechada, não entra mosquito”.

A contadora Zenite da Costa Santana, 55, nasceu em Paracatu e jamais saiu da cidade. Conta que o clima ficou mais “tenso” depois do recente desastre. Contudo, diferente de muitos, ela diz não acreditar em um eventual rompimento da barragem, mas lamentou que a mineradora não oferece uma “contrapartida” à sociedade. “Muitos são empregados da Kinross; então, não falam, mas existe uma questão ambiental preocupante. Já temos crise hídrica, porque, para produzir esse ouro, as nascentes foram afetadas”, declarou.

Risco iminente

Mesmo com água disponível no município, a contadora esclareceu que parte da população consome água mineral de fora. Entre elas, a gerente de uma sorveteria no centro da cidade Maria do Socorro, 55. Questionada se tinha comprovação de que a água é contaminada, disse não ter certeza, mas que preferia não arriscar. Há cinco anos em Paracatu, Maria do Socorro está apreensiva. “Essa mineração é perigosa, corremos risco iminente. Isso é brincar com fogo em nome do dinheiro. Será que o tanto que já recolheram não basta?”, questionou. “Ninguém é contra o ouro, mas vidas estão em jogo. Os chefes da empresa não moram aqui, estão longe. Nem os parentes estão aqui. Nós é quem somos afetados”, afirmou.

O funcionário público Urubatan dos Santos, 63, lamentou a falta de proteção. Para ele, “nada garante” que a barragem não ceda e, se isso ocorrer, “não dará para a população fugir”. “Paracatu pede socorro. É uma mineradora praticamente no meio da cidade”, exclamou. Os rumores da sociedade chegaram à Câmara dos Vereadores de Paracatu. Ontem, 10 pessoas se reuniram no Legislativo, incluindo o presidente da Casa, vereador Wilson

Martins (PSB). Ele contou que ficou decidido a fazer uma visita à empresa na próxima sexta-feira às 13h30. “Estamos preocupados e decidimos solicitar um laudo técnico de uma empresa externa. O intuito é tranquilizar a população”, afirmou.

A expectativa é de que, na visita de sexta, o engenheiro da empresa forneça os esclarecimentos necessários. O objetivo é ir as duas barragens controladas pela empresa canadense. Eustáquio é a mais recente e, em 2015, tinha mais de 70 milhões de metros cúbicos de rejeitos. No entanto, a barragem de Santo Antônio, que está desativada há três anos, preocupa mais os vereadores. Possui rejeitos acumulados desde 1987, que somam mais de 420 milhões de metros cúbicos. “Essa é o perigo. A outra é nova e tem um sistema de segurança atual”, enfatizou.

Além da visita, a comissão de Meio Ambiente da Câmara já planeja convocar uma audiência pública para que a Kinross Gold Corporation preste informações à população. Segundo ele, a importância da mineradora para Paracatu faz com que todo ano haja, ao menos, um diálogo com a comunidade. “A cidade é dividida, uns acham que é benéfica (a empresa); outras acham que não, já que pode afetar a saúde. Por isso, promovemos esses debates”, explicou.

Outro lado

Procurada, a Kinross Gold Corporation de Paracatu informou, por meio de nota, que “trabalha com as melhores práticas na construção de barragens e possui procedimentos rigorosos de manutenção e monitoramento”. O documento também ressalta que a empresa “possui um plano de emergência sempre atualizado. Em novembro de 2017, a Kinross realizou, em parceria com a Defesa Civil Municipal, o Corpo de Bombeiros e a Polícia Militar, treinamentos com comunidades vizinhas à barragem. A ação, que integra o plano de emergência da Kinross, visou a repassar ao público informações sobre como proceder em situações de emergência”, discorre a nota.

A companhia destacou também que, para reforçar a transparência de sua operação, ampliou o Programa de Visitas e incluiu a barragem dentro do roteiro para que os visitantes possam conhecer e tirar dúvidas com relação à operação. “Em 2018, mais de mil pessoas visitaram a Mina Morro do Ouro”, destacou. “Em 25 anos de história, a Kinross nunca teve qualquer evento de rompimento da barragem em suas nove operações ao redor do mundo. Todas as nossas instalações são projetadas, construídas e mantidas com os mais altos padrões de engenharia. A segurança e integridade física, incluindo a capacidade de resistir a tempestade e eventos sísmicos, são algumas das nossas principais considerações”.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 29/01/2019****Seção: Economia****Autor:****Título: Governo pagará diesel em abril**

O governo federal estendeu até abril o prazo para a apuração e a liquidação de créditos e débitos existentes entre a União e os beneficiários com o fim da subvenção econômica para a comercialização do óleo diesel rodoviário. O prazo para fechar as contas para pagamento às empresas produtoras e importadoras de diesel pela Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP) terminaria no último dia útil de janeiro de 2019.

A extensão do período consta de decreto presidencial publicado no Diário Oficial da União (DOU) de ontem. Pela regulamentação, o pagamento da subvenção à Petrobras e demais fornecedores é feito pela União, via ANP, após fechamento mensal da conta gráfica dos produtores e importadores. O programa de subsídio ao combustível, baixado em maio do ano passado pelo governo de Michel Temer para pôr fim à paralisação de caminhoneiros, foi encerrado em dezembro.

Gasolina

A Petrobras manteve sem alteração o preço médio do litro da gasolina A sem tributo nas refinarias, válido para hoje, em R\$ 1,5104. A estatal também manteve sem alteração o preço do diesel, em R\$ 1,9998, conforme tabela disponível no site da empresa.

Em dezembro, a Petrobras anunciou um mecanismo de proteção complementar em que ela pode alterar a frequência dos reajustes diários do preço do diesel no mercado interno em momento de elevada volatilidade, podendo mantê-lo estável por curtos períodos de tempo de até sete dias, “conciliando seus interesses empresariais com as demandas de seus clientes e agentes de mercado em geral”.

Já o hedge da gasolina, que passou a ser adotado em setembro, permite à empresa manter os valores estáveis nas refinarias por até 15 dias.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data:** 29/01/2019**Seção:** Opinião**Autor:****Título:** A sociedade exige respeito

Visão do Correio

A tragédia provocada pelo rompimento da barragem da Vale em Brumadinho torna premente que os Três Poderes — Executivo, Judiciário e Legislativo — deem respostas rápidas à sociedade. Não é possível que, com tantos mortos e tantas famílias destruídas, se repitam o descaso, o protelamento, o jogo de empurra e os conchavos nos bastidores que sempre imperaram no país para proteger o poder econômico. A população não mais tolerará esse tipo de comportamento.

Espera-se, do Judiciário, agilidade no julgamento dos processos contra a mineradora. Como se sabe, passados mais de três anos do desastre provocado pela companhia em Mariana, ninguém foi punido. As indenizações às vítimas continuam empacadas. Com uma banca de advogados caríssimos, a Vale adia ao máximo as decisões nos tribunais. Acredita que, dessa forma, o crime prescreverá e nada será pago.

A sensação de impunidade, por sinal, está por trás da repetição da tragédia, agora, muito mais violenta — é possível que os mortos no vale de lama passe dos 300. Como domina os meandros da Justiça, a mineradora não se preocupou em adotar medidas de segurança que pudessem evitar o rompimento da barragem de Brumadinho. É essa postura arrogante — não só da Vale, ressalte-se — que precisa ser defenestrada pelos tribunais.

Do Legislativo, a demanda é simples: pede-se agilidade na votação dos projetos que estão parados pelo lobby fortíssimo das mineradoras. Há várias propostas no sentido de se apertar as regras para a concessão de exploração do solo do país e de tornar ainda mais rígida a fiscalização. Mas nada anda. Todas as tentativas nesse sentido são frustradas pelos movimentos de deputados e senadores, sob a alegação de que mais amarras podem inviabilizar as empresas, grandes geradoras de empregos e impulsionadoras do Produto Interno Bruto (PIB).

Em relação ao Executivo, é importante que se saia do discurso para a prática. E que um caso tão dramático não seja tratado com viés ideológico. É notório que os integrantes do atual governo sempre se mostraram contrário à adoção de

mecanismos mais rígidos para a proteção do meio ambiente. Falou-se muito, inclusive, sobre a retirada de poderes do Ibama, apontado como um entrave para o desenvolvimento ao dificultar a concessão de licenças ambientais.

O que se está vendo em Brumadinho não só reforça a importância de órgãos reguladores fortes, como exige ações concretas para punir, de forma efetiva, todos os que transgridem as leis. Não é possível que o país continue sendo obrigado a assistir, de tempos em tempos, a pessoas morrerem vitimadas pela omissão do Estado. O Brasil precisa dar mostras efetivas de que os interesses da sociedade, da maioria, estão acima de tudo.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 29/01/2019

Seção: Opinião

Autor: Leonardo Meireles

Título: Hora de falar, responder e cobrar

O assunto era para ser outro. Poderia ser jornalismo e política, educação e ideologia ou feminicídios e machismo. Porém, é preciso falar de Brumadinho, Mariana, Paracatu e diversos outros reais e potenciais desastres humanos e ambientais. Sim, é necessário escrever, discutir e não deixar tantas mortes, tanto descaso e tanta falta de explicação caírem no esquecimento. A responsabilidade de cada brasileiro, agora, é cobrar as razões e as consequências do que, cada vez mais gente, chama de crime, e não só de tragédia.

O governo federal, há de se reconhecer, fez algo muito importante porque pragmático e urgente: indisponibilizou dinheiro da Vale para ser usado nas buscas e na ajuda das vítimas, além de aceitar o apoio de Israel. Nessas horas, não há nacionalismo ou orgulho que fale mais alto. A assistência é bem-vinda e será oferecida se um outro país necessitar. Quando se fala em proteção e respeito à vida, essas atitudes estão acima de protocolos, burocracias ou leis (o que me deixa ainda mais abismado quando vem à tona que as ações de tais empresas caíram ou subiram depois de um evento como esse).

As respostas também passam pelas investigações. E não vejo órgão mais respeitado e competente do que a Polícia Federal para tomar a frente. Pode demorar, mas a apuração deve ser bem feita para que a Justiça tenha nas mãos uma outra parte dessa transparência que o assunto pede: a punição. Pessoas são responsáveis pelo desastre — por isso, tanta gente faz questão de chamar a situação de crime, e não de tragédia (apesar de ser uma tragédia) — e elas

devem ser punidas. Por sua vez, as vítimas precisam ser ressarcidas psicologicamente e financeiramente.

Tudo isso deve ser feito de forma exemplar para que não ocorra novamente. Se os cidadãos pediram com tanta força por mudanças na responsabilização de autoridades no comando do país, esse grito deve chegar alto em todas as áreas. O caso de Brumadinho talvez seja a primeira situação prática para a exigência de justiça que chega das ruas desde 2013. Gente morreu, pessoas perderam tudo o que tinham, o meio ambiente foi afetado de forma irreversível. Se os responsáveis receberem a punição devida e as vítimas ganharem o que foi roubado delas, aí é possível acreditar em alguma mudança real.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 29/01/2019

Seção: Opinião

Autor: Carlos Faria (Presidente da Associação Nacional dos consumidores de Energia (Anace))

Título: Novo fôlego para Angra 3

O presidente eleito Jair Bolsonaro surpreendeu os analistas de mercado ao confirmar o nome do almirante de esquadra da Marinha brasileira **Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Junior, como ministro de Minas e Energia**. Ainda não há muitas informações sobre a posição do almirante em relação a temas caros ao setor elétrico, como a ampliação do mercado livre de energia, a questão dos subsídios ou a insegurança jurídica gerada pelas regras de mitigação do risco hidrológico, mas a escolha sinaliza uma possível retomada de Angra 3, com status de projeto estratégico.

A conclusão de Angra 3 é positiva para o setor e para o país, mas é necessário um alerta em relação à alta no preço da energia da usina. A tarifa contratada foi revisada em outubro para R\$ 480/MWh, praticamente o dobro do valor estabelecido anteriormente: R\$ 243/MWh. O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) aumentou o preço para viabilizar parcerias com empresas privadas, uma vez que a Eletrobras não tem recursos para finalizar a obra. Mas essa medida repassa o ônus da má administração aos consumidores, mais uma vez.

Entre idas e vindas, as obras para construção de Angra 3 custaram cerca de R\$ 7 bilhões, que serão desperdiçados se a usina não for concluída. Além disso, seria necessário desembolsar R\$ 12 bilhões para encerrar de vez o projeto: há empréstimos bilionários a serem quitados, o desmonte da estrutura, a destinação das máquinas, além de dívidas diversas. Por outro lado, o custo para sua conclusão é estimado em R\$ 17 bilhões.

Esperamos que o novo ministro estabeleça vias de interlocução com o mercado e escolha um parceiro para a construção da usina de forma competitiva, garantindo a possibilidade de deságio no preço de referência e honrando o critério de modicidade tarifária defendido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e pelo próprio CNPE. Sugerimos que os gastos já realizados sejam considerados como custo afundado, e que uma nova tarifa-teto seja calculada considerando apenas o valor a ser investido a partir da retomada das obras. A taxa de juros do financiamento também merece uma revisão, pois um investidor externo poderá obter recursos em condições bem mais atrativas até mesmo do que a Taxa de Longo Prazo do BNDES, usada como referência para grandes projetos no Brasil.

A conclusão da usina pode trazer uma série de benefícios ao país — que, em longo prazo, compensam o custo de R\$ 17 bilhões necessários para a conclusão. Angra 3 contribui para a diversificação da matriz elétrica brasileira e também para a segurança e confiabilidade do sistema, com custos operacionais e ambientais mais baixos do que as térmicas a óleo ou carvão. Além disso, a geração nuclear pode ser um alívio nos períodos de seca. Em 2018, o Brasil enfrentou cinco meses seguidos de bandeira tarifária vermelha patamar 2, que adiciona R\$ 5 na conta de luz para cada 100 MWh consumido, pois teve de recorrer às usinas térmicas para evitar o esvaziamento dos reservatórios das hidrelétricas. Se a energia gerada por Angra 3 atingir um patamar de preços razoáveis, pode-se evitar o despacho das térmicas por motivo de segurança energética e evitar impactos maiores na conta de luz.

Considerada uma fonte limpa e segura, a energia nuclear é recurso fundamental para os países desenvolvidos. Na França, corresponde a 75% da matriz, com 58 reatores em operação. Nos Estados Unidos, país com maior número de reatores em funcionamento, são 99. Japão e China também investem nessa fonte e contam com 42 e 38 reatores ativos, respectivamente. No Brasil, o assunto geralmente é tratado com viés político e há pouca discussão técnica sobre o tema. A situação de Angra 3 esteve indefinida por muito tempo. A manutenção da estrutura existente custa cerca de R\$ 30 milhões por mês, incluindo a conservação dos equipamentos e a mão de obra necessária para não deixar que a obra se deteriore. O ideal é que a retomada das obras aconteça rápido e que o projeto receba os ajustes necessários, tornando-o vantajoso para todos os brasileiros.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 29/01/2019****Seção: Brasil****Autor: Por Rodrigo Polito | Do Rio****Título: Com térmicas menos acionadas, consumo de gás natural recua 27% em novembro**

O consumo de gás natural no Brasil em novembro do ano passado alcançou 55,1 milhões de metros cúbicos diários. O volume foi 26,5% inferior em relação a igual mês de 2017 e 22,5% menor na comparação com o mês anterior, segundo a Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás).

Segundo a entidade, a queda foi motivada pelo menor acionamento de termelétricas em novembro, que atingiu o menor volume desde julho de 2016. No acumulado dos primeiros 11 meses de 2018, o consumo ficou praticamente estável (-0,12%) ante igual período do ano anterior.

A Abegás destacou o desempenho do setor industrial, que teve um consumo em novembro (29,3 milhões de metros cúbicos diários) 4,6% superior ao do mesmo mês de 2017 e 2,74% maior que o observado em outubro de 2018.

"Os próximos anos são fundamentais para acelerar o ritmo de recuperação de nossa economia pós-recessão e promover seu fortalecimento. E a indústria do gás natural pode ser um alicerce dessa retomada. De acordo com nossas estimativas, o setor tem potencial de expansão e capacidade para atrair em média US\$ 32 bilhões em investimentos", disse o presidente-executivo da Abegás, Augusto Salomon, em nota.

O executivo também demonstrou otimismo com relação ao posicionamento do novo **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, sobre a necessidade de inclusão de termelétricas na base do sistema elétrico brasileiro e com o novo presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, sobre a necessidade de implementação de novos usos para o gás natural com o objetivo de monetizar o insumo produzido na camada pré-sal.

"Acreditamos ainda que o remodelamento do marco regulatório do setor, em tramitação no Congresso Nacional, e a adoção de medidas infralegais abrem condições para que o Brasil possa concretizar esse volume de investimentos, fomentando a construção de infraestrutura, aumentando a competitividade e estimulando a oferta e a demanda", completou Salomon.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 29/01/2019****Seção: Internacional****Autor Ian Talley e Michael C. Bender | Dow Jones Newswires, de Washington****Título: EUA adotam sanções contra o petróleo da Venezuela**

Os EUA impuseram ontem novas sanções contra a estatal venezuelana Petróleos de Venezuela (PDVSA), num esforço para paralisar o governo do presidente Nicolás Maduro e para reforçar o poder da oposição no país. As medidas, que também atingem a Citgo, subsidiária da PDVSA nos EUA, entrarão em vigor nos próximos três meses e colocarão uma pressão formidável sobre Maduro.

O assessor de segurança nacional do presidente Donald Trump, John Bolton, disse que as medidas vão congelar US\$ 7 bilhões em ativos e custar ao país US\$ 11 bilhões em exportações perdidas nos próximos doze meses. O secretário do Tesouro, Steven Mnuchin, disse que as sanções terão um efeito mínimo sobre as refinarias americanas, mas isso não está claro ainda.

As sanções deverão ter impacto nos preços do petróleo, uma vez que os EUA ainda comprem em torno de 500 mil barris por dia de petróleo venezuelano. O anúncio das medidas ocorreu após o fechamento do mercado.

Maduro reagiu as notícias dizendo que os EUA estavam buscando roubar a Citgo da Venezuela. "A PDVSA vai tomar as medidas legais, políticas, operacionais e comerciais para defender os interesses da Venezuela nos EUA", afirmou o presidente ao receber diplomatas venezuelanos que retornavam dos EUA.

As sanções ocorrem após o presidente Trump ter confrontado, na semana passada, o regime chavista ao reconhecer Juan Guaidó, de 35 anos, o presidente da Assembleia Nacional, como o legítimo chefe de Estado da Venezuela.

"A população da Venezuela se manifestou clara e corajosamente" contra Maduro, afirmou Trump na semana passada. Ele disse que usaria "todo o peso do poder econômico e diplomático dos EUA para pressionar pelo restabelecimento da democracia venezuelana".

Guaidó, que também conta com o apoio de muitos outros países, disse que seu governo vai assumir as contas externas do país para evitar a pilhagem dos ativos por Maduro e por membros de seu acuado governo. "Queremos impedir que o

usurpador e sua gangue raspem o fundo do tacho e continuem a roubar o dinheiro venezuelano", afirmou Guaidó ontem.

O presidente da Assembleia Nacional disse que seu governo nomeará uma nova diretoria para a PDVSA e sua unidade americana, a Citgo. E acrescentou que os funcionários de ambas as empresas devem continuar em seus empregos.

O governo Trump vem examinando uma série de medidas, incluindo a restrição do fluxo de petróleo venezuelano para os EUA, em um esforço para aplicar um golpe duro ao suprimento de dinheiro do país e fortalecer Guaidó.

O secretário do Tesouro disse que a Citgo continuará a operar, mas a companhia não poderá remeter dinheiro ao regime de Maduro. Sua receita será mantida em contas bloqueadas nos EUA.

Mnuchin explicou que as refinarias americanas poderão receber pelo petróleo venezuelano que já foi pago e embarcado. E acrescentou: "Se o povo na Venezuela quiser continuar a nos vender petróleo, desde que o dinheiro vá para contas bloqueados, continuaremos a aceitar. De outra forma, não iremos comprar".

Segundo Mnuchin, algumas poucas refinarias americanas ainda utilizam o petróleo venezuelano, mas que essa dependência hoje é muito menor, em torno de "10% ou menos". "Muitos de nossos amigos no Oriente Médio ficarão felizes de compensar esse estoque."

Washington também fez gestão junto ao Reino Unido para que o Banco da Inglaterra (o banco central britânico) negasse ao governo Maduro acesso aos US\$ 1,2 bilhão em ouro que a Venezuela tem na instituição em Londres. O Reino Unido, junto com o Canadá e a maioria dos países da América Latina, seguiu os EUA e reconheceu Guaidó como presidente interino da Venezuela. **(Com agências internacionais)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/01/2019

Seção: Opinião

Autor:

Título: Tragédias na mineração poderiam ter sido evitadas

Depois de ser protagonista, junto com a anglo-australiana BHP, no maior desastre ambiental da história do país - o rompimento da barragem de resíduos em Mariana, que arrasou o Vale do Rio Doce - a Vale agora está envolvida, três

anos depois, em uma das mais letais tragédias da mineração no país. O rompimento, na sexta-feira, da barragem da mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG) provocou 65 mortes (até a noite de ontem) e 292 pessoas estavam desaparecidas. As chances de resgate de sobreviventes agora são pequenas.

Há um cipoal de responsabilidades nas tragédias recentes da mineração no país. Com a devastação ambiental produzida em Mariana, a Vale, sócia da BHP e sob comando de Murilo Ferreira, deveria ter mais que redobrado os esforços de segurança e reforçado sua gerência de riscos em todas as minas que opera com sistema de barragem semelhantes à do Fundão. O rompimento em Brumadinho, bem pior em número de vítimas, põe em dúvida a atitude da empresa com a segurança das comunidades e de seus próprios funcionários, submersos pela lama da barragem rompida.

Fabio Schvartsman, principal executivo da companhia, disse que "seguiu toda a orientação dos técnicos e esse negócio deu no que deu" (Globonews). "Quer dizer, não funcionou". A estabilidade da barragem foi atestada pela última vez em setembro pela consultoria alemã Tüv Süd.

Ambientalistas e ONGs apontam que a Vale recebeu em tempo recorde licença para aumentar substancialmente a produção em Brumadinho e que na renovação de sua licença, em reunião na Câmara de Atividades Minerárias, órgão do governo mineiro, em dezembro, o representante do Ibama se absteve de votar e houve voto contrário do representante do Forum Nacional da Sociedade Civil (Fomasc). Apontam também o poder das mineradoras sobre a regulação do setor. Após a tragédia de Mariana, Ministério Público e ambientalistas enviaram propostas de mudança da legislação, entre elas a de fim do automonitoramento, necessidade de revisões periódicas das barragens de acordo com seu nível de risco e proibição da concessão de licenças para construção ou ampliação de reservatórios em locais com comunidades próximas ao curso dos rios (Folha de S. Paulo, 27 de janeiro). A Assembleia Legislativa ignorou as propostas.

Por outro lado, a única coisa previsível e comum às tragédias brasileiras é a precariedade da fiscalização da União e dos Estados. Relatório do Senado, em 2016, apontou que a União tinha, em 2015, só 4 fiscais para verificar as condições de 317 barragens em Minas Gerais, e 18 encarregados da mesma função em todo o país. Um relatório de segurança de barragens apontou que em 2017, 211 de 790 barragens do tipo da que vazou em Mariana foram vistoriadas, ou 27% do total (Folha de S. Paulo).

Além das perdas irreparáveis em vidas humanas, resta um pesadelo judicial do qual os sobreviventes não acordarão tão cedo. Dois anos após o desastre em

Mariana, estava em andamento um processo criminal contra Vale, BHP e 22 pessoas, acusadas do homicídio de 19 pessoas. Mais de 50 mil ações de pessoas prejudicadas fora de Mariana pelos estragos causados pelo rejeito em todo o vale, esperavam uma sentença unificadora de casos repetitivos do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Para os diretamente atingidos em Mariana, a Fundação Renova organizou auxílio e providencia indenizações em um acordo que prevê para isso e a revitalização do vale, cerca de R\$ 20 bilhões. Das 22 multas aplicadas à Samarco, apenas uma está sendo paga, em parcelas (Estado de Minas, 5 de novembro de 2018).

Com a crônica letargia judicial e a infinidade de recursos possíveis, as penas para quem teve a responsabilidade direta ou indireta por desastres ambientais são leves e não têm efeito dissuasório relevante. Sem a ameaça de pesadas punições pecuniárias e/ou criminais a preocupação com a preservação ambiental dos projetos de mineração passam a ocupar o segundo plano, em especial quando os preços do minério de ferro apontam para cima.

O alto preço em vidas do desastre de Brumadinho pode ou não mudar essa situação. Os investidores derrubaram em 24,5% as ações da Vale, que perdeu R\$ 72 bilhões em valor de mercado. A Justiça mineira bloqueou R\$ 11 bilhões da companhia. É um choque, superável, porém, para a maior mineradora de ferro do mundo. Tudo vai depender agora da apuração das causas do rompimento da barragem e da atribuição de responsabilidades.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/01/2019

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes, Juliana Schincariol, Rodrigo Polito e André Ramalho | Do Rio

Título: Vale terá que rever a governança depois de tragédia em Brumadinho

A tragédia de Brumadinho (MG) vai impor novos desafios de governança corporativa à Vale, o que pode levar a mudanças, a curto e médio prazos, nos cargos de liderança da mineradora, tanto na diretoria-executiva como no conselho de administração. O aprimoramento da governança havia começado em 2017 e 2018, quando a empresa passou por uma série de mudanças: trocou o quadro de diretores, unificou ações na B3 e estabeleceu novas prioridades operacionais, reforçando o segmento de ferrosos e dando especial atenção ao níquel, negócio que ainda representa uma aposta no futuro.

Mas a área de sustentabilidade mostrou, mais uma vez, que a Vale tem um longo caminho a percorrer em termos de governança - sistema pelo qual as empresas são dirigidas, monitoradas e incentivadas em uma relação que envolve sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e todas as demais partes interessadas.

Ontem os efeitos de Brumadinho, cuja tragédia humana já era evidente desde sexta-feira, dia do rompimento da barragem I da mina de Feijão, chegaram à bolsa, em São Paulo, onde a empresa perdeu quase um quarto do valor de mercado. Há fortes indicações que a Vale vai adiar a divulgação do balanço financeiro do quarto trimestre de 2018 previsto para ser divulgado no dia 13 de fevereiro, apurou o **Valor**. Em coletiva, o diretor-executivo de finanças da Vale, Luciano Siani, disse que preocupações com possíveis provisões e adiamento do balanço do quarto trimestre são questões secundárias neste momento.

"As ações caíram e subiram. Isso é completamente secundário neste momento. Com relação à mudança da data do balanço, é uma matéria técnica. Não é o foco nesse momento. De acordo com a lei das S.A., a companhia tem até o dia 30 de abril para realizar as assembleias e cumprir os atos societários relevantes." Pela instrução 480 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), os números têm que ser publicados até 90 dias após o encerramento do exercício social, ou seja, em 31 de março. Se a divulgação pela Vale for feita após esta data, a companhia estará sujeita à multa diária, cobrada pela CVM.

Siani anunciou quatro ações por parte da Vale: início da construção de uma membrana coletora de rejeitos no rio Paraopeba próxima a Pará de Minas (MG); manutenção do pagamento de royalties de mineração a Brumadinho; contratação do hospital Albert Einstein para dar assistência às famílias e doação de R\$ 100 mil a cada família que perdeu um parente ou cujo ente está desaparecido. Siani não quis comentar a declaração do presidente da República em exercício, Hamilton Mourão, de que o gabinete de crise do governo estuda a possibilidade de a diretoria da Vale ser afastada de suas funções nas investigações sobre o desastre de Brumadinho.

Ontem o conselho de administração da Vale passou o dia reunido, no Rio, mas não houve qualquer discussão sobre eventual mudança na diretoria-executiva. Os esforços estão concentrados na questão humanitária. Fontes avaliam que seria erro fazer qualquer mudança agora uma vez que a diretoria está concentrada no "teatro de operações" de Brumadinho.

Fabio Schvartsman, o atual presidente-executivo da Vale, terminou de renovar seu mandato por mais dois anos e, na avaliação de fontes, qualquer discussão sobre eventual saída do executivo vai depender dos acionistas e dele próprio. A Vale tem um processo institucionalizado de seleção de executivos, via "head

hunter", e uma das perguntas que se faz hoje é quem aceitaria ocupar o lugar de Schvartsman? Fontes próximas da empresa acreditam que seria razoável esperar a definição de um plano de ação para Brumadinho por parte da Vale para só depois decidir sobre a situação de Schvartsman e dos demais diretores.

Mas, ao mesmo tempo, os conselheiros deverão ter que enfrentar a discussão sobre a diretoria a curto prazo, disse fonte. Existe ainda a questão do conselho. Já haverá substituição natural de parte dos conselheiros em março, com a saída do atual presidente, Gueitiro Genso, que será substituído pelo novo presidente da Previ, José Maurício Coelho. A questão é se Brumadinho poderá acelerar outras mudanças no conselho.

Advogado da área de governança avalia que a diligência de cada conselheiro no caso é o que estará em jogo. "Depois da Samarco, os parâmetros de gestão de risco devem ter subido muito. Houve falhas na gestão e ainda não se sabe o porquê", afirmou. Além das investigações na justiça, os administradores da Vale também podem responder a processos na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que abriu duas investigações. Uma delas foi aberta para analisar a atuação da Vale do ponto de vista de divulgação de informações ao mercado e a outra avalia a divulgação de "notícias, fatos relevantes e comunicados". Neste caso, costuma se analisar a conduta e deveres fiduciários dos administradores.

Especialista em reputação de empresas, o diretor para América Latina do Group Caliber, Dario Menezes, avalia que a liderança da Vale agiu de forma adequada. Para ele, a direção da companhia se posicionou de maneira correta, pedindo desculpas. "O presidente da Vale colocou a organização em prol das vidas humanas. O posicionamento da liderança foi assertivo." Para outro especialista, há, porém, um problema na governança da Vale. Para o interlocutor, pode ser o momento de rever se a empresa tem as pessoas certas no conselho e na sua administração.

Outro especialista disse que nenhum conselheiro está preparado para discutir sistemas ligados à mineração e a tendência é que acreditem nos executivos. O perfil da maioria dos conselhos de administração no Brasil é financeiro ou formação em direito. "Os conselhos vão ficar nas mãos dos executivos. Eles não têm capacidade técnica de discutir de igual para igual com consultorias. Antecipar saídas seria prematuro. Qualquer conselheiro que chegar ali vai se ver diante da mesma situação", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 29/01/2019****Seção: Empresas****Autor: Juliana Schincariol e Francisco Góes | Do Rio****Título: Perdas da mineradora atingem fundos de pensão**

As perdas bilionárias da Vale em um único dia, ontem, acertaram em cheio os fundos de pensão, e levantaram dúvidas sobre a viabilidade de venda da participação das fundações na mineradora, em 2019. A Litel é um veículo de investimento que reúne a Previ (fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil), Petros (Petrobras), Funcef (Caixa Econômica Federal) e Funcesp (empresas elétricas do Estado de São Paulo). Somente ontem, o recuo das ações da mineradora levou a perdas de cerca de R\$ 16 bilhões na Litel, cujo valor de mercado era de R\$ 65,3 bilhões, na sexta, e caiu para R\$ 49,3 bilhões ontem.

O valor dessa perda é aproximado pois considera só as oscilações em bolsa da Vale, no pregão de ontem, e não leva em conta as diferentes formas de cálculo de cada fundo de pensão - valor econômico ou valor de mercado -, nem os aspectos tributários. Se a Previ contabilizasse a participação ao sabor das altas e baixas diárias, apenas ontem as perdas em bolsa seriam de quase R\$ 13 bilhões. Na sexta, o valor de mercado da participação da Previ na Vale, via Litel, era de R\$ 52,6 bilhões, valor que caiu ontem para R\$ 39,7 bilhões. A fatia do fundo de pensão na Litel é de 80,6%.

Na última divulgação de resultados da Previ, a fatia da Vale era avaliada em mais de R\$ 45 bilhões e representava 50,65% da carteira de renda variável e 25,14% do patrimônio do fundo. Até agosto, a avaliação de Litel era feita anualmente pelo valor econômico e, em setembro, passou a ser mensal, determinada a partir de uma média ponderada das cotações do trimestre anterior. A mudança contribuiu para que a Previ registrasse superávit em 2018 no Plano 1, de benefício definido, onde concentra a participação.

Procurada, a Previ disse que ainda é cedo para falar em desdobramentos financeiros e que não tem "qualquer urgência" de venda da sua posição em Vale. "Temos um colchão de liquidez que nos dá conforto e que nos permite aguardar o desenrolar dos fatos." Na Petros, a participação em Vale corresponde a cerca de R\$ 4 bilhões e a concentração na mineradora está

dentro dos parâmetros de risco. A suspensão dos dividendos anunciada pela companhia não compromete a liquidez, afirmou o fundo. Procuradas, Funcef e Funcesp não comentaram.

Em dezembro, o diretor de investimentos da Previ, Marcus Madureira, disse ao **Valor** que a fundação avaliava fazer uma venda de parte de sua fatia na Vale em 2019. A proposta era distribuir as ações para os acionistas da Litel para que cada um adotasse estratégia individual, sem prejuízo de operação conjunta. Nos bastidores, após o rompimento da barragem em Brumadinho, alguns fundos de pensão defendem que a operação de venda de Vale ainda possa ocorrer neste ano. Há analistas que veem que a produção da Vale não foi comprometida com o acidente e os papéis têm potencial de alta, além de estarem longe do seu ponto mais baixo. Porém, pesam as incertezas sobre o futuro da mineração e o desempenho das ações da Vale ao longo dos meses, comprometendo uma possível venda.

Outro acionista relevante da mineradora, a Bradespar perdeu ontem R\$ 2,9 bilhões de valor de mercado após a queda de Vale. As ações ONs de Bradespar caíram ontem 25,16% e as PNs, 24,49%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/01/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Chevron compra Pasadena

A Chevron aceitou comprar a refinaria de petróleo da Petrobras no Texas (EUA), unidade com espaço para lidar com o fluxo de "shale oil" de suas operações em West Texas, informou a agência de notícias Reuters, citando fontes. Segundo a agência, o acordo para comprar a refinaria em Pasadena deve ser divulgado pela Chevron neste trimestre. O processo de venda da refinaria de Pasadena - cuja compra pela Petrobras teria causado prejuízo para a estatal de mais de meio bilhão de dólares, segundo relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) - foi iniciado em fevereiro do ano passado.

Dívida da Samarco

A Samarco não chegou a um acordo em relação a uma reestruturação consensual dos títulos de dívida da empresa com vencimento em 2022, 2023 e 2024 e contratos de pré-pagamentos de exportação que juntos somam

aproximadamente US\$ 3,8 bilhões. Em comunicado ao mercado, a Samarco informou que não há outras negociações agendadas. As partes negociam desde 27 de novembro. Segundo a companhia, embora as conversas possam vir a prosseguir no futuro, não há certeza de que elas vão continuar ou, caso continuem, se vão resultar em acordo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/01/2019

Seção: Empresas

Autor: Fábio Pupo e Raphael Di Cunto | De Brasília

Título: Quintão atuou a favor do setor na criação da agência de mineração

Ligado a empresas de mineração, o articulador político do governo Bolsonaro no Senado, Leonardo Quintão (MDB), retirou da medida provisória (MP) que criou a Agência Nacional de Mineração (ANM) dois dispositivos que aumentariam a fiscalização de barragens de rejeitos, como a que rompeu em Brumadinho (MG) na sexta-feira, causando 65 mortes até a noite de ontem.

O governo propôs na época que o novo órgão pudesse credenciar empresas e técnicos a emitirem laudos sobre a segurança e estabilidade das barragens, como forma de contornar a falta de pessoal e verbas para fiscalização, e a criação de uma taxa que financiaria as atividades da agência e que teria, entre suas atribuições, custear vistorias técnicas presenciais nos diques.

Quintão é deputado federal por Minas Gerais, mas não foi reeleito e passará a atuar a partir de fevereiro como secretário especial da Casa Civil para o Senado, responsável por negociar os projetos e demandas do governo com os senadores. Ele foi o relator da MP que substituiu o hoje extinto Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) pela ANM e retirou esses dois artigos sem maiores explicações ao apresentar o parecer sobre o projeto, aprovado pela comissão especial no fim de 2017.

A autorização para que a futura agência pudesse credenciar pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, para expedição de laudos, pareceres ou relatórios que demonstrem o cumprimento dos requisitos e das exigências para mineração, "inclusive quanto a segurança e a estabilidade de barragens de mineração", desapareceu da MP.

Segundo parlamentares que participaram da comissão, esse ponto, que permitiria a ANM "terceirizar" a elaboração de laudos, foi combatido por servidores do DNPM, que temiam um maior sucateamento do órgão. Em outro

ponto da MP, Quintão deixou claro que "todas as análises técnicas necessárias deverão ser realizadas pela ANM".

A MP criaria a taxa de fiscalização das atividades minerais (TFAM) e estabelecia, de forma explícita, que o dinheiro seria usado para "vistorias técnicas presenciais em empreendimentos minerários, inclusive para garantir o aproveitamento racional das jazidas, a segurança técnico-operacional das minas e de barragens e o fechamento adequado das minas", entre outras funções, como apuração de ilícitos e aplicação de sanções.

O relator retirou as referências a fiscalização das barragens e fechamento de minas. O projeto passou a definir que o dinheiro seria usado, genericamente, "em fiscalizações presenciais em empreendimentos minerários, objetivando um aproveitamento racional das jazidas e sua segurança técnica operacional".

Dois anos após o rompimento da barragem da Samarco em Mariana (MG), a MP teve removidas todas as citações à fiscalização dessas construções.

As modificações nos dispositivos sobre fiscalização de barragens passaram despercebidas

Na comissão, segundo dois integrantes, os debates ficaram centrados na criação da taxa de fiscalização, alvo de pressão das mineradoras e que acabou rejeitada pelo plenário da Câmara, e nas carreiras dos funcionários do DNPM, com forte mobilização dos servidores no ano anterior à eleição. As modificações nos dispositivos sobre fiscalização de barragens - que continuam sob a alçada da ANM - passaram despercebidas.

Atualmente, a ANM fica como responsável por fiscalizar as barragens de mineração graças a outra lei, a 12.334 (de 2010), que estabelece que a função deve ficar a cargo da "entidade outorgante de direitos minerários". O objetivo do governo para criar a agência era dar mais poder jurídico ao regulador do setor diante de críticas à atuação da DNPM (cuja atuação na fiscalização chegou a ser chamada de "débil" pelo Tribunal de Contas da União). Na prática, no entanto, a fiscalização da ANM abre brechas para uma livre atuação das empresas.

O geólogo Jehovah Nogueira Júnior, que trabalha há mais de 40 anos em barragens e hoje faz consultoria a mineradoras, diz que quem fornece as informações sobre a estabilidade das barragens são as próprias empresas por meio de um sistema online. Não existem regras específicas para a fiscalização pelo poder público, como a periodicidade das visitas - o que faz com que o comportamento da ANM seja "passivo". "Praticamente não tem fiscalização", disse ele.

A última vez que a barragem da Vale rompida em Brumadinho foi visitada pelos técnicos do governo foi em 2016, informaram servidores da ANM. Desde então, a Vale é quem fornecia as declarações de segurança à agência. Em 2018, a empresa afirmou pelo menos três vezes à ANM que a barragem era estável.

O deputado Nilto Tatto (PT-SP), que atuou na comissão da MP, diz que nenhum departamento regional da ANM tem funcionários suficientes. "O déficit é generalizado", afirmou.

O parecer da MP, que tradicionalmente apresenta as justificativas para as mudanças, não cita esses pontos. Quintão afirmou ontem, em nota da assessoria da Casa Civil, que um dos trechos suprimidos liberava a terceirização da fiscalização de barragens e que preservou a competência exclusiva dos servidores da ANM para essa função. "Não foi retirada a possibilidade de fiscalização da segurança e estabilidade de barragens, apenas garantido que ela ficasse nas mãos de quem tem competência para isso", disse.

Quintão é conhecido no Congresso pela proximidade com as mineradoras. A relação cresceu quando ele relatou o que seria o novo Código de Mineração no primeiro governo Dilma. Uma das versões do texto foi elaborada no computador de um escritório de advocacia que trabalha para grandes mineradoras, conforme revelado por reportagem da "BBC".

Quando se reelegeu em 2014, o emedebista recebeu R\$ 1,8 milhão de mineradoras como doações declaradas de campanha. Em 2018, com o financiamento empresarial proibido, há pelo menos duas pessoas físicas ligadas ao setor entre seus doadores: o irmão dele, Rodrigo Quintão, sócio de uma mineradora, que contribuiu com R\$ 49,5 mil; e o empresário mineiro João Paulo Santos Cavalcanti, dono da GSM Mineração e do Grupo Semil, que deu R\$ 15 mil.

O parlamentar foi alvo de representações na Câmara e no Supremo Tribunal Federal (STF) para que fosse afastado da relatoria do Código de Mineração por causa dessa proximidade, mas nenhuma prosperou. Ele sempre alegou que sua atividade parlamentar não se pautava por essas relações e que atuava de forma isenta.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/01/2019

Seção: Empresas

Autor: Maria Luíza Filgueiras | De Brumadinho (MG)

Título: Mortos chegam a 65, e equipamento israelense ainda não pode ser usado

Subiu para 65, ontem à noite, o número de mortos em Brumadinho em decorrência do rompimento da barragem de rejeitos da Vale. De acordo com o governo de Minas, 31 corpos já foram identificados. A contagem de desaparecidos estava em 279 pessoas. Outras 386 foram encontradas, incluindo os 65 mortos.

Em toda casa de Brumadinho, há um parente, um vizinho, um conhecido desaparecido. Na maioria delas, há mais de uma pessoa nessa situação. "Quatro sobrinhos, todos jovens, na casa dos 30 anos, eram funcionários da Vale. Na minha rua, tem mais de dez pessoas que eu conheço que sumiram", diz o aposentado Antônio Sousa.

O verbo no passado para falar dos parentes se tornou mais comum na cidade no quarto dia de buscas. Além de uma interrupção de quase 20 horas nas buscas no fim de semana, não foi encontrado nenhum novo sobrevivente nos últimos dois dias. Na segunda-feira, o número de mortos subiu para 65 e continuam desaparecidas 279 pessoas.

As buscas por sobreviventes continuam, mas as características da área tornam mais difícil encontrar vítimas vivas a cada hora que passa, segundo o Corpo de Bombeiros.

"A chance [de haver sobreviventes] é muito pequena pelo tipo de acidente e da área. Quando há um desabamento, por exemplo, ficam bolsões de ar; aqui não", disse Pedro Aihara, tenente do Corpo de Bombeiros.

A Vale tem quase mil funcionários na cidade, segundo a prefeitura, que se revezam em três turnos. "Todos que foram vítimas, que sobreviveram ou não, têm ligação com alguém que mora na cidade", disse o prefeito Avimar de Melo, conhecido como Neném da Asa.

Brumadinho tem menos de 40 mil habitantes e alta dependência da atividade minerária. "Acabou com a nossa cidade", diz Melo. O município vive da mineração. Segundo o prefeito, quase 65% da arrecadação advém da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem) e isso é basicamente da Vale na cidade.

Quem sobreviveu à tragédia que passou na porta de casa junta os cacos. Na região do bairro Parque das Cachoeiras, três casas viraram uma. A casa do taxista Romeu Simões, de 69 anos, foi arrastada por mais de 300 metros. "Tem

pedaço de três casas aqui", diz ele, em cima de uma pilha de destroços que soma geladeira, cama, telhados e muita lama. "Eu tinha piscina", diz ele, sobre a casa que levou um vida para construir. "Mas graças a Deus não tinha ninguém em casa."

Parentes de desaparecidos passaram o dia ontem questionando o comitê de operações e procurando os jornalistas na base de cobertura para pedir informações atualizadas sobre nomes de vítimas. O chefe da Defesa Civil, Flávio Godinho, explicou que a dificuldade de integração de listas de nomes é um cuidado com as famílias das vítimas.

"Esta tarde demos assistência a famílias que estavam ansiosas de informação, tivemos reunião, e a Vale disponibilizou um ônibus para levar às famílias ao IML", disse Godinho.

O coronel ressaltou que não há nenhum site oficial para ajuda financeira e disse que as doações já são suficientes. Os oficiais também pediram a saída de drones da região, que estão atrapalhando os sobrevoos de resgate.

O grupo da Força de Israel, formado por 136 militares, se somará aos 180 bombeiros no resgate de eventuais sobreviventes e corpos. A tecnologia de Israel para identificar corpos soterrados em cerca de cinco metros começará a ser aplicada especialmente na área do refeitório, onde havia um número de relevante de funcionários na hora do acidente.

Os equipamentos de Israel ainda não se mostraram efetivos. A tecnologia para encontrar corpos soterrados, com identificação de sinais de celulares, foi testada ontem, mas não foi utilizada. "Os equipamentos israelenses oferecem recursos positivos mas são necessárias adaptações", disse o tenente Aihara.

O comandante da Unidade de Resgate Nacional de Israel, general Golan Vach, disse que os "esforços serão na busca de quem ainda pode estar vivo".

Há dois dias não são encontrados sobreviventes na área. Durante a tarde, familiares procuraram os militares dizendo que haviam conseguido ligar para o celular de vítimas. "No acidente, quando a pessoa é impactada, o celular pode ser lançado para longe", disse. "Ter sinal do telefone não significa que a pessoa está viva."

"Ainda não conseguimos acesso ao refeitório porque é grande a possibilidade de ele ter se deslocado e termos que ampliar muito o perímetro para busca de corpos", disse o tenente Aihara.

O Ministério da Cidadania informou algumas medidas emergenciais para ajudar a população de Brumadinho. Entre as ações, está a antecipação do pagamento da Bolsa Família para os beneficiários que moram no município. Com a medida, os beneficiários poderão sacar o dinheiro sem precisar seguir o calendário do programa.

O pagamento do Bolsa Família em todo o país teve início no dia 18 e segue até dia 31. Em fevereiro, o repasse começa no dia 15 e segue até dia 28. De acordo com a pasta, no município mineiro, 1.506 famílias recebem o benefício, totalizando R\$ 272,9 mil repassados mensalmente. O governo federal também prorrogou, por 60 dias, o prazo para as famílias atualizarem seus dados junto à administração municipal do programa.

A Caixa também anunciou medidas em apoio à população de Brumadinho. Segundo o banco, para os clientes do município, será concedida pausa especial de pagamento até 90 dias nas operações de Crédito Pessoal e Crédito Direto ao Consumidor (CDC), além de até 60 dias de carência para a primeira parcela em novos contratos.

Para as empresas da região, o banco concederá pausa de até três meses para pagamento das parcelas das operações de crédito e isenção de cesta de serviços também pelo período de três meses para correntistas. No crédito habitacional, haverá pausa de até 90 dias nas prestações.

A Vara do Trabalho de Betim deferiu na madrugada de ontem o pedido formulado pelo Ministério Público do Trabalho em Minas Gerais em ação cautelar, informa o MPT em seu site. A decisão autoriza o bloqueio de R\$ 800 milhões nas contas da Vale, para assegurar as indenizações necessárias.

A tragédia de Brumadinho acontece apenas três anos depois da tragédia de Mariana, sob responsabilidade da Samarco, empresa da Vale e da BHP. Brumadinho fica a apenas 90 quilômetros de Mariana. **(Colaboraram Carla Araújo e Andrea Jubé, de Brasília)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/01/2019

Seção: Empresas

Autor: Andrea Jubé e Carla Araújo | De Brasília

Título: Mourão recua sobre afastar diretoria da Vale

O presidente da República em exercício, general Hamilton Mourão, disse ontem no início da noite que a decisão sobre eventual afastamento da diretoria da Vale enquanto durarem as investigações sobre o rompimento da barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG), é assunto do conselho de administração da empresa. Mais cedo, Mourão havia declarado que o assunto era "estudado" pelo gabinete de crise constituído pelo governo para traçar a linha de ação relativa ao desastre e ao apoio às vítimas.

Ontem, Mourão também adiantou que a pauta da reunião do conselho de ministros hoje será a revisão das regras da política nacional de segurança de barragens. A pauta original era discutir o modelo de governança com representantes do Tribunal de Contas da União.

"Tem que reunir o conselho de administração", afirmou Mourão, sobre a discussão do eventual afastamento da diretoria da Vale. "A ideia seria fazer por meio do conselho, mas o presidente [Jair Bolsonaro] está fora, ele tem que decidir isso", completou.

Como o governo detém uma ação "golden share" da empresa - que confere direitos a vetos - poderia convocar a reunião do conselho para discutir o tema, mas Mourão ponderou que é preciso esperar o retorno de Bolsonaro. Questionado pelos jornalistas se o governo vai usar a "golden share" para tratar do ocorrido em Brumadinho, Mourão ponderou que precisa se inteirar melhor do assunto.

No final da manhã, o presidente em exercício havia feito outra afirmação na saída do gabinete da vice-presidência: "essa questão [do afastamento da diretoria] está sendo estudada pelo grupo de crise, vamos aguardar quais as linhas de ação que o grupo está levantando".

O presidente em exercício ressaltou que a punição tem que doer no bolso, e lembrou as multas que já foram aplicadas à empresa. "Se houve imperícia, imprudência ou negligência por parte de alguém dentro da empresa, essa pessoa tem que responder criminalmente porque, afinal de contas, quantas vidas foram perdidas nisso daí", completou. O Ibama aplicou o valor máximo da multa previsto em lei, de R\$ 250 milhões.

Mourão ressaltou que a prioridade, agora, é "tentar resgatar todos os corpos". E lamentou que, infelizmente, "cada dia que passa é menos provável" que se encontre alguém com vida. "Mas a gente sempre tem essa esperança", ressaltou o presidente da República em exercício.

O gabinete de crise reuniu-se ontem no Palácio do Planalto em duas sessões - manhã e tarde. Participaram das reuniões os ministros Fernando Azevedo e

Silva (Defesa), Gustavo Bebianno (Secretaria-Geral), **Bento Costa Lima (Minas e Energia)**, Onyx Lorenzoni (Casa Civil), general Carlos Alberto Santos Cruz (Secretaria de Governo) e Gustavo Canuto (Desenvolvimento Regional). Mourão não participou das reuniões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/01/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Rocha | De São Paulo

Título: Minério sobe após acidente da Vale

O preço do minério de ferro sentiu impacto imediato do rompimento da Barragem I da mina Córrego do Feijão da Vale. O mercado à vista do porto chinês de Qingdao atingiu o maior patamar desde março de 2018, com a commodity subindo 3,49% ontem, a US\$ 78,18 a tonelada, segundo a "Metal Bulletin". Os contratos futuros para maio subiram 2,8% em Dalian.

O alto nível de estoque de minério de ferro nos portos chineses e as cargas em alto mar rumo ao país asiático devem sustentar a oferta da commodity no curto prazo, mesmo com o rompimento da barragem. Entretanto, se as reduções de carga do Brasil coincidirem com variações climáticas na Austrália, a oferta e a demanda terão de ser reequilibradas.

A mina Córrego de Feijão, que utilizava a barragem rompida, faz parte do complexo de Paraopebas, no Sistema Sul da Vale. De uma produção total de 27,3 milhões de toneladas por ano de Paraopebas (cerca de 7% do total da Vale), as estimativas para Feijão variam entre 7 milhões e 8,5 milhões de toneladas por ano. Ao todo são cinco minas em Paraopeba (Córrego de Feijão, Jangada, Mar Azul e Capão Xavier em operação e Mutuca, desativada) e duas unidades de beneficiamento do minério.

Em relatório, o banco Bernstein destacou que, embora o Sistema Sul da Vale normalmente use em média minério de baixo teor de ferro, as reservas em Paraopeba são de um grau ligeiramente maior de qualidade, com a unidade de beneficiamento de Feijão produzindo concentrado de 68% para uso como matéria-prima de pelotas. O produto do complexo é voltado tanto para o mercado doméstico quanto o marítimo, saindo pelos portos de Tubarão, no Espírito Santo, e Guaíba, no Rio de Janeiro.

Dos produtos da mina paralisada, o mercado espera possíveis interrupções no fornecimento dos finos de minério ("sinter feed") padrão e com alto teor de sílica. De acordo com a "Metal Bulletin", se apenas os finos de minério padrão

forem afetados, o impacto no principal produto da Vale, os finos "Brazilian Blend", será baixo.

Caso o produto com alto teor de sílica também sofra, poderá acarretar numa queda de disponibilidade do principal "blend" da Vale, uma vez que o produto é misturado com os finos vindos das unidades produtivas de Carajás, e depois comercializado no mercado chinês. O produto com alto teor de sílica, porém, poderia encontrar um substituto no minério fornecido pela CSN.

Em volume, um possível fechamento temporário de Paraopeba não deve resultar em um grande impacto nas vendas do minério de ferro brasileiro para o exterior, uma vez que as operações da Anglo American, que ficaram boa parte de 2018 paralisadas por conta de vazamentos no mineroduto de Minas-Rio foram autorizadas a retomar o funcionamento no fim do ano passado. Segundo a estimativa da mineradora britânica, a projeção para 2019 é de produção entre 18 milhões a 20 milhões de toneladas. Com a expansão para a Fase 3, a produção de Minas-Rio deve chegar a 26,5 milhões de toneladas.

"Se for apenas Feijão onde as paradas de produção serão necessárias, esperamos que a perda de 7 milhões de tonelada por ano não tenha um impacto enorme no preço do minério de ferro (já que representa apenas aproximadamente 0,3% do mercado global)", afirmam os analistas do Bernstein.

O banco também fala de uma possível reação perversa à tragédia. A queda na produção do minério com 68% de ferro no Sistema Sul poderia elevar o preço do produto no mercado mundial, o que beneficiaria as operações do Sistema Norte da mineradora.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/01/2019

Seção: Empresas

Autor: Flávia Furlan | De São Paulo

Título: Seguradoras estimam perdas de US\$ 4,5 bi

As seguradoras chegaram a uma estimativa inicial de US\$ 4,5 bilhões em perdas com o rompimento da barragem em Brumadinho (MG), da mineradora Vale, mas as fontes do setor de seguros dizem que será preciso mais cinco dias, no mínimo, para ter dados mais precisos sobre os prejuízos causados.

Caso a estimativa seja confirmada, as perdas em Brumadinho devem superar as alcançadas com o rompimento da barragem da Samarco, empresa controlada pela mineradora brasileira e a anglo-australiana BHP Billiton, no município de Mariana (MG) em 2015. Na ocasião, as perdas totais foram de US\$ 4 bilhões, sendo que metade foi custeada pelo setor segurador.

No fim de semana, em Brumadinho, executivos das seguradoras identificaram US\$ 4 bilhões em danos causados a terceiros, inclusive ao meio ambiente, além de US\$ 500 milhões em danos materiais e em lucros cessantes, que é aquilo que a empresa deixa de ganhar com a operação em Brumadinho paralisada.

"O dano material me parece adequado em US\$ 500 milhões, no entanto, os danos a terceiros ainda precisam de alguns elementos para serem determinados mais precisamente", disse uma fonte do setor ao **Valor**.

Algumas variáveis ainda precisam ser consideradas. Entre elas, um possível pedido de ressarcimento do Estado de Minas Gerais e da própria União por terem disponibilizado serviços públicos no resgate e atendimento às vítimas. "Essa conta vai potencializar a indenização que a empresa terá de pagar", disse um alto executivo do mercado segurador.

Consultada pela reportagem, a Advocacia-Geral da União respondeu, por meio de sua assessoria de imprensa, que é uma praxe o órgão ingressar com ações para que as empresas façam o ressarcimento aos cofres públicos quando o governo arca com ações emergenciais de acidentes causados pelo setor privado, nas chamadas "ações regressivas". No entanto, em relação ao rompimento da barragem em Brumadinho, a possibilidade de ingressar com a ação ainda não foi discutida pelo órgão.

Conforme o **Valor** adiantou na sexta-feira, a maior parte do valor das perdas será bancado pela própria Vale. As seguradoras endureceram as regras para indenizar a empresa após o rompimento da barragem da Samarco. Depois do episódio em Mariana, as seguradoras incluíram nos contratos uma cláusula que limita o valor indenizado caso o fato que gerou o acionamento da apólice tenha sido o rompimento de uma barragem.

A Vale tem dois contratos de seguros. Um deles cobre os danos materiais e os lucros cessantes e está nas mãos de um consórcio liderado pela Chubb e do qual fazem parte a Mapfre, a Swiss Re e a FM Global. Além disso, há 15 resseguradoras que participam dele, sendo que o IRB é o líder, ficando com 15% do valor do risco. Outro contrato, que cobre a responsabilidade civil, está com a

seguradora alemã Allianz, com o resseguro no mesmo grupo. Apesar de ter no total US\$ 2,8 bilhões em cobertura, devido às restrições impostas pelas seguradoras, a Vale pode acessar menos de 10% desse valor.

Segundo o **Valor** apurou, a Vale já tomou as providências para acionar as seguradoras sobre o rompimento da barragem e para um possível pedido de indenização. As seguradoras, por sua vez, estão trabalhando para disponibilizar o seguro de vida a partir desta semana para indenizar as famílias atingidas. Procurada pela reportagem, a Vale disse que não vai comentar.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/01/2019

Seção: Empresas

Autor: Arícia Martins | De São Paulo

Título: Impacto negativo sobre a economia de Minas

O impacto econômico do rompimento da barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG), deve ser menor do que o contabilizado após o desastre de Mariana, com efeitos diretos reduzidos sobre o nível de atividade regional. Economistas ainda estão mensurando as implicações do novo incidente na produção da Vale e no PIB de Minas Gerais, mas a avaliação até agora é que as consequências indiretas sobre a economia do Estado devem ser mais relevantes.

No total, o complexo de Paraopeba responde por 7% da produção de minério da Vale. Destes, 2% vinham da barragem rompida. O volume pela qual a Samarco respondia em Mariana (MG), onde uma barragem se rompeu no fim de 2015, era muito parecido, mas naquela unidade a empresa produzia pelotas, que têm maior valor agregado e, portanto, impacto maior sobre os resultados da companhia e da atividade.

A indústria extrativa mineral tem peso pouco significativo tanto no Produto Interno Bruto (PIB) de Minas quanto no do país, observa Alejandro Padrón, economista da 4E Consultoria, de 2,9% e 1,4%, respectivamente. Os dados do Estado são de 2016, última ocasião em que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou o PIB regional. Para o Brasil, o número é uma estimativa da 4E para 2017 com base nas Contas Nacionais de dois anos atrás.

Padrón pondera que, como os preços da commodity metálica são voláteis, esses percentuais podem variar bastante de ano para ano. Considerando uma média de 2012 a 2016, o setor extrativo mineral responde por 5% do PIB mineiro, destaca ele, número ainda pouco representativo. "O impacto direto do rompimento da barragem na economia é muito pequeno."

Além do peso relativo pouco expressivo do setor na economia do Estado e do país, Padrón destaca que a unidade da Samarco era mais importante para a Vale do que o complexo de Paraopeba. Em 2016 - ano que capturou a maior parte dos efeitos do primeiro rompimento de uma barragem - a produção da indústria extrativa mineral de Minas recuou 18,2%, lembra ele, ao passo que o PIB estadual diminuiu 5,3%, retração mais forte do que a média nacional (-3,5%).

Considerando que a indústria total responde por cerca de 25% do PIB de Minas, também de acordo com dados de 2016, a 4E deve revisar para baixo a projeção para a expansão da economia do Estado em 2019, atualmente em 2,2%. Na produção industrial mineira, o incidente deve retirar até 0,5 ponto do crescimento deste ano, diz Padrón, previsto em 2,6%.

Para Bernardo Campolina, professor do departamento de ciências econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e integrante do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas (Cedeplar), que pertence à instituição, os efeitos em cadeia gerados pelo incidente podem ser mais negativos sobre a economia regional.

Em estudo recente, o Cedeplar concluiu que cada emprego na indústria extrativa em Minas gera 13 ocupações nesta unidade da federação. Outro impacto indireto poderia ocorrer se as regras de controle sobre barragens ficarem mais rígidas, o que afetaria outras unidades da Vale e de empresas mineradoras. "O Estado é muito dependente da mineração em termos de exportação e geração de massa salarial. Só na região metropolitana de Belo Horizonte, há cerca de 40 barragens como a rompida."

O professor lembra, também, que Brumadinho pertence ao cinturão verde hortifrutigranjeiro que abastece a capital, atividade afetada pelo desastre. A cidade é, ainda, polo turístico da região devido ao complexo do museu de Inhotim, outro setor prejudicado.

O mais grave, contudo, em sua visão, é o vazamento de lama para o rio Paraopeba, fonte de abastecimento hídrico de Belo Horizonte, e daí para a foz do São Francisco, desastre que, se concretizado, será pior do que o ocorrido no rio Doce após o incidente em Mariana. Neste caso, também seriam afetados os Estados de Pernambuco, Bahia e Sergipe, diz Campolina.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/01/2019

Seção: Empresas

Autor: Tobias Buck e Neil Hume | Financial Times, de Berlim e Londres

Título: Tüv Süd fez inspeção em julho de 2018

O rompimento da barragem da Vale no Brasil colocou em foco um grande, mas pouco conhecido grupo de testes e certificações alemão que inspecionou a estrutura no ano passado. A Tüv Süd informou que realizou uma "avaliação periódica" da barragem em junho do ano passado e uma "inspeção de rotina" em setembro.

"Por causa da investigação em curso, não podemos fornecer mais nenhuma informação... Vamos dar total apoio à investigação e providenciar toda a documentação pedida pelas autoridades responsáveis pela apuração", acrescentou a empresa.

A barragem construída em Brumadinho, Minas Gerais, se rompeu na sexta-feira, deixando até o momento 65 mortos. Existe ainda uma lista de 292 desaparecidos após o rompimento.

Com sede em Munique, a Tüv Süd foi fundada em 1866 como Associação de Inspeção de Caldeiras a Vapor da região de Baden. A empresa rapidamente expandiu sua atuação para a área de inspeções técnicas de veículos a motor, antes de avançar para a de avaliações de instalações industriais complexas, edificações e infraestrutura, assim como a de testes de segurança de produtos.

Com 24 mil empregados espalhados em mil escritórios em 50 países ao redor do mundo, a Tüv Süd afirma ser um dos "maiores provedores de serviços técnicos do mundo para testes e certificação de produtos, inspeção, auditoria e certificação de sistema".

A área de serviços industriais da Tüv Süd oferece uma variedade de inspeções, incluindo de instalações nucleares e outras infraestruturas de energia, túneis e pontes, unidades fabris, teleféricos, aeroportos e brinquedos de parques de diversões. A inspeção de barragens faz parte de suas "atividades tradicionais", segundo a empresa.

A forma legal da Tüv Süd é de uma "aktiengesellschaft", ou empresa de capital aberto, mas suas ações não são negociadas na bolsa de valores. Em vez disso, o proprietário da Tüv Süd é uma associação sem fins lucrativos que representa mais de 12 mil membros, incluindo empresas e uma fundação beneficente que dá apoio a projetos educativos científicos e técnicos.

De acordo com os últimos dados financeiros publicados pela companhia alemã, a Tüv Süd teve receitas de € 2,4 bilhões em 2017 e ganhos líquidos de € 139 milhões. Em comparação, no ano anterior suas receitas foram de € 2,34 bilhões e os ganhos, de € 131 milhões. À exceção de uma pequena quantia, tudo foi reinvestido no grupo.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 29/01/2019****Seção: Empresas****Autor: Daniela Chiaretti | De São Paulo****Título: 'Ênfase agora é em ação emergencial e não solução estruturante'**

Na calamidade que estão vivendo os moradores de Brumadinho, afetados pelo rompimento da barragem da Vale, é preciso separar as ações emergenciais daquelas que compensarão as perdas, que virão depois. A recomendação é agir rápido na proteção social, dando acolhimento às famílias e ajudando com moradia, apoio psicológico, fornecimento de bens básicos, apoio de saúde, atendimento aos animais resgatados e em muitas outras frentes da tragédia.

"As demandas imediatas têm que ser supridas o mais rápido possível. É preciso colocar foco na situação de emergência e não misturar o momento crítico, que exige acolhimento total das famílias, com a busca de soluções estruturantes. Esta fase vem depois." O conselho é de Roberto Waack, diretor-presidente da Fundação Renova, formada com recursos das mineradoras controladoras da Samarco (Vale e BHP Billiton) para recuperar e compensar os danos causados na região e ao longo do vale do Rio Doce com o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, em 5 de novembro de 2015.

"É dar ênfase ao momento dramático, sem querer resolver os problemas do futuro agora", continua. Ele diz, por exemplo, que a opção por dar um cartão de ajuda emergencial com duração de cinco anos não foi uma boa escolha no caso de Mariana. "O cartão para cinco anos é uma complicação. Hoje é difícil saber quando retirá-lo, há comércio de cartões", ilustra.

"Desenhar um processo de indenização sem conhecer as pessoas, as comunidades, a realidade econômica, e achar que esta é uma solução imediata, é um equívoco", continua.

Waack lembra que o perfil do desastre de Mariana, onde morreram 19 pessoas e o dano ambiental afetou mais de 700 quilômetros do rio Doce é diferente do de Brumadinho com um número de mortos e desaparecidos na escala das centenas.

O escopo da Renova é atuar em Mariana e na bacia do Rio Doce. A Fundação não pode atuar na operação de Brumadinho, a não ser compartilhando o conhecimento acumulado em lidar com desastres. Um deles é a governança "que tem que incluir as comunidades o mais cedo possível."

Waack é defensor do modelo de se criar uma fundação com atuação independente e recursos das mineradoras - a Vale, no caso- para compensar e recuperar os danos da tragédia que se repete em Brumadinho. "O nosso caso foi de escola, onde tudo isso foi desenvolvido. Levamos 2,5 anos para chegar ao modelo de governança da Renova. As soluções foram construídas com a comunidade. Não há solução de prateleira para tudo", continua. "Um desenho de solução desta natureza não está pronto, esta expectativa não pode existir. Essas soluções não surgem de um dia para o outro."

Ele reconhece as críticas ao processo. "Sem dúvida, deveria ser melhorado. Mas não é correto dizer que nada foi feito". Segundo ele, R\$ 5,2 bilhões foram investidos até agora, em 2,5 anos, no reassentamento dos atingidos, na estação de tratamento de água, na infraestrutura de reparo de manejo de rejeitos, nos diques.

Este ano, diz Waack, mais R\$ 3 bilhões serão investidos pelas mineradoras nas ações de reparação de danos do desastre da Samarco.

Dos R\$ 5,2 bilhões, R\$ 1,3 bilhão foi pago em indenizações. Foram mais de 260 mil pessoas indenizadas. "Em três anos, ter feito este volume, não foi pouco. Isso significou 1.200 indenizações fechadas por dia em 2018".

Vem daí, contudo, "o grande ruído" de todo o processo, reconhece. "Agora restaram os casos controversos, os casos informais. Estamos tendo que enfrentar o desenho de políticas que atuem em situações muito controversas".

Outro alvo de críticas frequente é a demora em acomodar as pessoas que perderam suas casas, e tudo o que havia nelas, e que eram moradores de Bento Rodrigues, a vila que foi totalmente destruída pela lama da Samarco.

"A escolha dos terrenos foi feita, a compra, o plano diretor está fechado, as obras estão em pleno curso, as casas foram desenhadas uma a uma preservando como eram, as relações de vizinhança, as escolas, as igrejas", diz ele. "Não é um reassentamento do tipo 'Minha Casa, Minha Vida'. É um processo muito mais complexo."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/01/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito | De São Paulo e do Rio

Título: Usinas do Madeira perdem 50% da geração

As hidrelétricas do complexo do rio Madeira (RO), que somam mais de 7 gigawatts (GW) de potência, estão "jogando fora" praticamente metade da energia que poderia ser gerada, justamente no período de cheias do rio, devido a problemas distintos nos dois linhões que levam a energia da região ao resto do país. Até o fim da semana passada, as megasusinas Jirau e Santo Antonio já tinham vertido mais de 2 mil MW médios. As linhas de transmissão estão com 50% de capacidade de escoamento, e não há previsão de normalização.

Em 13 de janeiro, uma falha em um transformador conversor de uma subestação de Porto Velho obrigou ao desligamento do Polo 1 do primeiro linhão do Madeira, operado pela Eletronorte. O fato foi comunicado ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), e técnicos e representantes da empresa fornecedora dos equipamentos com problemas, a ABB, foram convocados para avaliar os danos.

Em 18 de janeiro, foi a vez de uma falha no Polo 3, do segundo linhão do Madeira, concessão operada pela ISA Cteep. Segundo a companhia, durante análises periódicas da qualidade do óleo isolante, foi identificada uma alteração em um transformador da estação conversora de Araraquara (SP), que poderia levar a perda do equipamento. A previsão de finalização da substituição desse transformador é no sábado.

No caso do Polo 1, a fornecedora dos equipamentos prevê divulgar um relatório apontando a causa da falha até o início de fevereiro. "A ABB está desmontando algumas partes do Polo 1, mandando as peças para Guarulhos. Os equipamentos serão despachados para a Suécia, para passarem por testes de laboratório para que as causas da falha possam ser encontradas", disse Glauco Freitas, vice-presidente de Power Grids da ABB no Brasil. Enquanto a "causa raiz" não é diagnosticada, a companhia já está fabricando os equipamentos danificados na Suécia. Eles devem ficar prontos até o fim de fevereiro.

Enquanto isso, o linhão opera com os Polos 2 e 4. "De fato, estamos com a produção do Madeira limitada a dois polos e às máquinas ligadas diretamente em Rondônia, o que impõe uma restrição de cerca de 3 mil MW do Madeira", disse, ao **Valor**, Luiz Eduardo Barata, diretor-geral do ONS.

Em nota, a Aneel disse que está acompanhando, por meio da sua área de fiscalização, as questões associadas às indisponibilidades de instalações de transmissão associadas ao escoamento das usinas do rio Madeira. Foram solicitados detalhamento das causas dos problemas e as providências tomadas para que sejam resolvidos.

O problema deve alcançar, de certa forma, todas as hidrelétricas do país, que fazem parte do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE, espécie de

condomínio que reúne toda energia hídrica gerada). Como essa época do ano costuma ter abundância de chuvas, as usinas acabam contando com energia secundária (quando a energia gerada supera as garantias físicas das hidrelétricas), o que garante ganhos no mercado à vista de energia. Sem a geração prevista do Madeira, a energia secundária deve cair, podendo até mesmo se tornar o temido GSF (sigla em inglês para risco hidrológico).

A questão ganha mais relevância justamente por ser o período de cheia do rio. Na quarta-feira da semana passada, foi realizada a primeira reunião do ano da Sala de Crise do Madeira, que avaliou as condições meteorológicas atuais e previstas que apontaram a possibilidade de precipitações importantes na região, informou a Agência Nacional de Águas (ANA). Foi decidido que as reuniões serão mais frequentes, e que o ONS vai monitorar a situação dos níveis, vazões e operação dos reservatórios com boletins, a fim de preparar medidas necessárias para manter o trânsito na BR-364, que pode ser alagada e prejudicar o acesso terrestre ao Acre.

Além disso, a usina de Angra 2, com 1.350 MW, ficou indisponível entre quarta e sexta-feira da semana passada. Na quarta-feira, o país importou 1.200 MW da Argentina e 400 MW do Uruguai, a fim de atender a demanda recorde registrada no meio da tarde, de 89 GW.

"O sistema teve vários percalços e perturbações, mas continuamos mesmo assim suprimindo toda a carga, sem apertar a frequência e mantendo o sistema em operação, o que mostra que o sistema é robusto", disse Barata.

No dia do recorde, o sistema estava ainda sem a energia da megausina de Belo Monte, no rio Xingu (PA). Em 13 de janeiro, o ONS foi informado da queda de três torres de transmissão do primeiro linhão da hidrelétrica, devido a eventos climáticos em Goiás. Segundo uma fonte, durante os 10 dias em que a energia da hidrelétrica deixou de ser transmitida para o restante do país, deixaram de ser gerados 3.500 MW médios.

Questionado sobre a energia que deixou de ser gerada, Barata não confirmou os valores, mas disse que o ONS estima que as duas "perturbações" no sistema reduziram em 0,7% a 0,8% os reservatórios do submercado Sudeste/Centro-Oeste. "Essas duas semanas de janeiro foram uma conjugação de más notícias, mas apesar de tudo, o sistema funcionou e funcionou adequadamente", disse Barata.

Além dos problemas físicos na operação do sistema, as chuvas também vieram muito abaixo do esperado em dezembro e janeiro, o que ajudou a acelerar o deplecionamento dos reservatórios, em uma época em que, em geral, eles são preenchidos para que o sistema chegue com segurança de abastecimento ao

período seco do ano, a partir de maio. Para efeito de comparação, os reservatórios do Sudeste/Centro-Oeste subiram de 18,82% no início de dezembro de 2017 para 31,18% da capacidade máxima no fim de janeiro do ano passado. Em 1º de dezembro de 2018, os mesmos reservatórios estavam com 24,25% da capacidade total. No domingo, 27 de janeiro, estavam com 27,31%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/01/2019

Seção: Finanças

Autor: Juliana Machado e Victor Aguiar | De São Paulo

Título: Vale tem pior pregão da história

Susto e decepção descrevem a percepção dos investidores com a Vale. A empresa colecionou uma lista de marcas negativas no pregão de ontem, depois que o rompimento de sua barragem de rejeitos em Brumadinho (MG) colocou incertezas sobre o destino da empresa, tanto em termos financeiros quanto de governança. A Vale perdeu R\$ 72,8 bilhões em valor de mercado, após o recuo de 24,52% de suas ações, a R\$ 42,38 - menor preço desde 9 de abril de 2018. Foi o pior desempenho do papel em um dia da história.

A perda de valor da Vale ontem foi tão expressiva que equivale, por exemplo, à avaliação de mercado da Suzano - maior produtora de celulose de eucalipto do mundo e com valor de R\$ 67 bilhões. A mineradora também perdeu o posto de terceira companhia mais valiosa da B3: ela, que já estava atrás de Petrobras e Itaú Unibanco, foi ultrapassada por Ambev e Bradesco.

Sozinha, a Vale tem participação de 11% no Ibovespa. O efeito do susto com a empresa tirou mais de dois mil pontos do índice, que encerrou ontem em queda de 2,29%, aos 95.444 pontos. O giro financeiro da ação da mineradora foi de R\$ 8,15 bilhões - o maior da história e equivalente a quase 40% dos R\$ 20,9 bilhões de giro de todo o Ibovespa. A pressão sobre a Vale também se alastrou para a Bradespar, acionista da mineradora, cujas ações recuaram 24,49% ontem.

O desempenho da Vale ontem só tem comparação com a crise financeira global de 2008. Em 15 de outubro de 2008, a ação da mineradora caiu 18,6%. O Ibovespa cedeu 11,4% naquele dia, com os temores de recessão global e após sucessivos pacotes anunciados pelas economias desenvolvidas para salvar o sistema financeiro.

O rompimento da barragem da empresa em Brumadinho já tinha provocado ajuste forte para os ativos da empresa no exterior na sexta-feira, com os mercados locais fechados. Os recibos de ações (ADRs) repetiram ontem a dose e terminaram a sessão em Nova York em queda de 18%, a US\$ 11,20. Os recibos da mineradora foram os ativos mais negociados em Wall Street.

Especialistas afirmam que a "contaminação" da Vale para o Ibovespa é limitada e não tira o índice da tendência de alta, com tudo que já foi precificado em relação à agenda liberal do novo governo. Afirmam, ainda, que é difícil dizer qual será o novo "preço justo" da Vale, porque será preciso aguardar para saber quais os efeitos econômicos sobre a mineradora, reavaliar seus fundamentos e chegar a um novo "valuation" (avaliação de preço) dos papéis.

Mesmo assim, o investidor foi implacável. Nos bastidores, fundos procuraram a Vale, demonstraram profundo descontentamento com a gestão e classificaram a situação como "imperdoável", sobretudo depois do rompimento da barragem em Mariana (MG), em 2015 - a barragem era da Samarco, que tinha como seus principais acionistas a Vale e a BHP. "Fica óbvio que Mariana não valeu nada para a empresa, não foi suficiente", afirma James Gulbrandsen, gestor da NCH Capital.

Gulbrandsen já estava com posição vendida (que aposta na queda) na ação da Vale, considerando as dúvidas sobre o crescimento econômico da China e, portanto, sobre a sustentabilidade dos preços do minério de ferro. Com isso, o ganho financeiro que a NCH registrou foi bem robusto nesta segunda, com performance elevada para os cotistas. A taxa de performance que a gestora vai ganhar, no entanto, será doada às vítimas de Brumadinho, informa Gulbrandsen. Ele não revela o valor.

"Antes de qualquer investimento na Vale agora, também teremos que avaliar não só o ambiente no exterior, mas também qual a situação das demais barragens da companhia", afirma ele. "É difícil saber, neste momento, que efeito vai perdurar na empresa", diz.

Instituições financeiras minimizaram os efeitos do rompimento da barragem na produção total da companhia, mas ponderaram que ainda não é claro o impacto do episódio nos resultados financeiros. Entre os receios, as casas citaram a revogação de licenças ambientais, perdas com processos no Brasil e nos Estados Unidos e danos à reputação da empresa. Entre as casas que cortaram a recomendação para as ações, estão HSBC, BMO, Macquarie, Jefferies e Clarksons Platou; J.P. Morgan e Bernstein preferiram manter a indicação de compra, enquanto o UBS manteve a recomendação neutra.

Um gestor que prefere não ser identificado afirma que tem uma posição pequena nas ações da empresa, abaixo de 5%, e que não tem informações suficientes para avaliar de maneira técnica qual o dano financeiro para a companhia. O fundo gerido por esse profissional chegou a ter uma posição grande em Vale no ano passado, de 12% - a estratégia foi comprar a ação a R\$ 38 e depois vendê-la, quando atingiu R\$ 61. "Agora, é um momento de cautela. Preferimos não fazer nada neste momento", conta.

Para Rodrigo Galindo, sócio-gestor da Novus, a complexidade nos cálculos dos efeitos financeiros para a Vale em função da tragédia dificulta a análise do mercado neste momento. "É um impacto relevante na imagem", diz. "No curto prazo, ainda veremos pressão social muito forte, eventualmente clamando até por mudanças na administração da companhia." Galindo ressaltava que os fundos administrados pela companhia não tinham exposição à Vale - as preocupações em relação à desaceleração da economia da China eram o argumento por trás da exposição zero à mineradora.

Um segundo gestor diz que é difícil inferir para onde os investidores poderão migrar agora. Ele acredita que talvez alguns prefiram continuar reduzindo o risco. O gestor afirma que possui leve exposição à Vale em seus fundos e que pretende reduzir a alocação, mas não zerar.

Segundo Eric Hatisuka, gestor da Rosenberg, a queda forte da Vale e do Ibovespa também provoca alguns efeitos técnicos. Um deles é que, ao recuar demais, o Ibovespa pode acabar reforçando a força compradora, mantendo o potencial de valorização - o índice ainda sobe 8,6% em janeiro, mesmo com a queda de ontem. "O estrago nos preços de Brasil tende a ser mais limitado", diz ele. **(Colaborou Rita Azevedo)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/01/2019

Seção: Finanças

Autor: Adriana Cotias

Título: Revisão de ativos deve se estender pelos próximos meses

Com participação relevante no Ibovespa, de 10,9%, as ações da mineradora Vale começaram a passar por um processo de revisão que deve se estender pelos próximos meses. Por se tratar de um dos papéis mais negociados na bolsa brasileira, muitos fundos de investimentos detêm o papel em carteira e com a queda de ontem podem ter acionado seus mecanismos de "stop loss" - gatilho

que determina venda para limitar as perdas a determinado patamar de volatilidade previsto no mandato do fundo.

Ontem, as ações da Vale recuaram quase 25% na B3, primeiro dia de negociações no Brasil após a queda da barragem em Brumadinho (MG) na sexta-feira.

"Não dá para dizer que o movimento de Vale acabou, falta entender até onde vão as multas, o processo burocrático e quanto vai gerar de impacto para o fluxo de caixa da empresa, na regulamentação. É possível que ainda haja mais ruído no curto prazo", diz Ronaldo Guimarães, sócio-diretor do Banco Modalmais. "Sem dúvida, tem muita gente 'stopando', saindo do papel. Tem rotação de um papel para outro."

O especialista, que faz o relacionamento com gestores na plataforma digital, acrescenta que, eventualmente, alguns deles aproveitam para comprar mais, alavancar suas posições. "Outros investidores, fora de Vale, podem achar que é um bom momento para entrar e isso gerar suporte para o ativo."

A AZ Quest resolveu reduzir a sua exposição aos papéis da Vale enquanto revisita o caso de investimentos. Segundo Alexandre Silvério, executivo-chefe de investimentos e gestor da casa, mais do que a avaliação econômico-financeira pura é preciso dimensionar a sustentabilidade do próprio modelo de negócio.

"Se falta visibilidade, compromete mais do que a avaliação econômico-financeira", diz. "O caso de investimento, que tinha por trás a geração de caixa num ambiente de preços de commodities suficientemente equilibrados para a companhia prosseguir com a desalavancagem, agora mudou completamente."

Ele não acha que o desastre em Brumadinho seja comparável ao de Mariana, principalmente pela reincidência, o que torna os desdobramentos mais imprevisíveis ainda. "É isso que acho que sob a ótica do acionista, do investidor, fica difícil, dado que a companhia já passou por situação semelhante e adotou uma série de procedimentos. A legislação deveria ter sido reforçada, a questão das licenças reforçada, e tudo que foi feito desde então não foi capaz de evitar um segundo acidente. O grau de incerteza incomoda muito a sociedade e tem que ser levado em conta para se fazer o estudo de caso."

Mesmo com o tombo das ações ontem, o sócio de outra tradicional gestora de recursos diz que ainda é cedo para voltar a comprar Vale. A casa já tinha zerado

a exposição por causa da percepção de menor crescimento global, mas diz entender quem tinha o ativo já que a companhia vinha apresentando boa geração de caixa e quase não tinha mais dívida.

Num primeiro momento são os fundos indexados - que acompanham o Ibovespa - que vão sofrer um baque maior, enquanto os gestores ativos tendem a zerar parte de suas posições, segundo Eduardo Guimarães, especialista em ações da empresa de pesquisa Levante. "Eles não têm como zerar tudo de uma vez, mas o volume alto dá sinais nesse sentido", diz. O analista lembra que, após o desastre em Mariana, cerca de três anos atrás, o pior momento para as cotações das ações da mineradora ocorreu três meses depois.

"Há um 're-rating' da Vale por conta de percepção de risco maior, não só pelo evento, mas pelas multas à frente e como isso pode afetar outras barragens e o processo de produção da empresa como um todo."

Comparativamente ao desastre de Mariana, o impacto operacional é relativamente menor (só 2% da produção), mas como a Vale responde por cerca de 30% do escoamento de minério no mundo, ele cita que o episódio impulsionou o preço da commodity no mercado internacional.

Com R\$ 11 bilhões bloqueados pela Justiça, o equivalente a 45% do caixa da empresa, o especialista da Levante diz que a empresa surpreendeu ao suspender a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio (JCP). Como efeito colateral, a medida pode afetar portfólios que vinham selecionando Vale pelo aspecto dos proventos. "Nunca achei que fosse um papel de dividendos, porque depende de dólar e minério de ferro, mas o mercado olhava assim. Agora parece que acabou o case de dividendos."

Com o recuo dos papéis no primeiro pregão no Brasil destruindo mais de R\$ 70 bilhões em valor de mercado, há quem tenha aumentado a exposição aos papéis. É o caso de uma grande gestora de recursos com sede no Rio de Janeiro, que assumiu o prejuízo que levou ontem e foi às compras.

Segundo um profissional da área de renda variável da casa, a expectativa é que os danos sejam menores do que foi o caso da Samarco, em Mariana, em novembro de 2015. O efeito do corte de produção sobre o preço do minério de ferro poderia, em tese, compensar a perda de volume ou a multa que a companhia vai pagar. "Com a Samarco foram R\$ 13 bilhões em indenizações [divididos com a outra acionista, a BHP], é o que se tem como referência, mas a empresa já perdeu mais de R\$ 60 bilhões de valor de mercado. Fora a tragédia,

qual é a probabilidade de um prejuízo 4,5 vezes maior do que aquele que teve lá atrás?", questiona.

Como o trabalho do analista é sempre olhar para um quadro incompleto, a dificuldade é dosar as diversas probabilidades ao tamanho da posição, prossegue. "Esse é um papel que a gente gostava historicamente e acorda vendo a empresa mais barata, mas com um risco maior de um evento de cauda." Os riscos, enumera, estão na recorrência do episódio sócio-ambiental, que pode levar o regulador a impor sanções severas como o desmonte de todas as barragens e, no extremo, até determinar a troca de gestão da empresa.

Como os gestores de recursos estão sem parâmetros, muitos deles tomaram a postura mais conservadora de diminuir a exposição até que tenham mais informações à mão. "Acho que o preço do papel mostra que teve muita gente que decidiu vender a qualquer preço para não acompanhar o caso posicionado", diz um profissional. Ele cita que pelo fato de ser um ativo de muita liquidez também internacionalmente, o investidor estrangeiro pode simplesmente trocar o papel pelo de outra mineradora global como BHP ou Rio Tinto.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/01/2019

Seção: Finanças

Autor: r Vanessa Adachi | De São Paulo

Título: Reação de fundos com viés ambiental é risco para Vale

Um acionista relevante da Vale que ontem estava às voltas com a tentativa de modelar o valor da mineradora pós-Brumadinho aponta como principal incógnita para o papel o comportamento futuro dos fundos com políticas ambientais e de governança corporativa, especialmente europeus.

"A Vale corre o risco de perder uma fatia de acionistas e dimensionar esse efeito é a maior dificuldade que encontro hoje", disse o acionista. "Esses fundos na Europa são gigantes e, caso eles decidam não ter mais o papel, a empresa perderá uma demanda pelas ações. É algo quase impossível de calcular e é um movimento que não vai acontecer no curto prazo", completou o acionista.

Tem avançado principalmente na Europa a adoção de critérios chamados de ESG na decisão de investimentos financeiros. ESG é a sigla em inglês para "Environmental, Social and Governance", ou seja, "Meio-ambiente, social e governança". Um dos problemas é que ninguém sabe ao certo qual a

representatividade desse tipo de investidor na base de acionistas da Vale. Mas o fato é que a companhia deverá ter dificuldades ao acessar essa "piscina" de recursos daqui para a frente.

Para um gestor que segue critérios de ESG, o principal aspecto a ser considerado na tragédia de Brumadinho nem é o ambiental em si, mas o de governança. "O risco ambiental sempre existiu, por se tratar de uma mineradora. Quem comprava o papel é porque acreditava que a empresa fazia compensações satisfatórias. A grande questão que vai ser colocada agora é sobre a governança. Afinal, como a companhia vinha fazendo o controle e acompanhamento da segurança lá dentro?", disse. "É uma questão de governança que gerou um problema ambiental", completou.

Na avaliação desse gestor, o investidor estrangeiro é mais sensível a essas questões, enquanto o investidor local poderá dar o benefício da dúvida à administração da mineradora.

Para o acionista citado no início da reportagem, o fato de Brumadinho ser uma repetição da tragédia de Mariana coloca os investidores que seguem os critérios ESG que detêm o papel em situação ainda mais crítica. "Os fundos que não têm a ação, certamente não vão comprar. Aqueles que têm estão com um problema nas mãos", avaliou.

Segundo a agência "Bloomberg" reportou ontem, o conselho de ética que recomenda exclusões para o fundo soberano de US\$ 1 trilhão da Noruega está analisando o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho. "É óbvio que consideramos casos como este", disse Eli Ane Lund, chefe do secretariado do conselho de ética do fundo da Noruega, em entrevista por telefone, ontem. "Acidentes podem acontecer com todos. Mas há o fato de que este é o segundo acidente muito grave desse tipo que afeta essa empresa."

Na vizinha Suécia, o conselho de ética do fundo de pensão público AP Funds disse no final de semana que provavelmente recomendaria uma exclusão da Vale.

Qualquer processo desse tipo na Noruega levaria tempo e envolveria o diálogo com a empresa, disse Lund, sem comentar sobre a probabilidade de resultados diferentes. "Precisamos descobrir o que aconteceu e por que, e especialmente o que está sendo feito para garantir que coisas assim não aconteçam novamente", afirmou ela.

O fundo soberano da Noruega, o maior do mundo, possuía US\$ 543 milhões em ações da Vale e US\$ 51 milhões em títulos no final de 2017, de acordo com os

dados mais recentes disponíveis no site do Norges Bank Investment Management. O fundo não quis comentar.

MME / ASCOM .